

Volume 1

Práticas Pedagógicas
em Educação Física Escolar

Diversidade nos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020

EM PAUTA: GÊNERO, RAÇA E REFUGIADOS

Ana Patrícia da Silva
Márcia Miranda
Organizadoras

 Pedro & João
editores

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

VOLUME 1

**DIVERSIDADE NOS JOGOS OLÍMPICOS DE
TÓQUIO 2020**

Em pauta: gênero, raça e refugiados



Pedro & João
editores

Financiamento:



Ana Patrícia da Silva
Márcia Miranda
(Organizadoras)

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

VOLUME 1

**DIVERSIDADE NOS JOGOS OLÍMPICOS DE
TÓQUIO 2020**

Em pauta: gênero, raça e refugiados

Autoras e autores:

Ana Patrícia da Silva - Andressa Fontes Guimarães-Mataruna
Camilla Ribeiro Ramos Antunes - Carlos Alberto Figueiredo da Silva
Denize Sepulveda - Eduardo Carpinelli dos Santos
Gabriel Magalhães - João Victor de Oliveira Pinto
José Guilherme de Oliveira Freitas - Juan Leal Garcia
Leonardo José Mataruna-Dos-Santos - Luzandra Siqueira Lima
Maicon Salvino Nunes de Almeida - Márcia Miranda
Marco Antonio Xavier - Maria Luíza Mendes Santos
Michele Pereira de Souza da Fonseca
Rosineide Freitas - Simone Parreira Correia



Pedro & João
editores

Copyright Autoras e autores



Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores. Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-ComercialNãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

Ana Patrícia da Silva; Márcia Miranda [Orgs.]

Práticas Pedagógicas em Educação Física Escolar. Diversidade nos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020. Em pauta: gênero, raça e refugiados. Vol. 1. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 151p. 16 x 23 cm.

**ISBN: 978-65-265-0947-0 [Impresso]
978-65-265-0948-7 [Digital]**

DOI: 10.51795/9786526509487

1. Práticas Pedagógicas. 2. Educação Física Escolar. 3. Diversidade. 4. Jogos olímpicos.
I. Título.

CDD – 370

Capa: Luidi Belga Ignacio

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:





Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 – São Carlos – SP
2023

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
Ana Patrícia da Silva e José Guilherme de Oliveira Freitas	
JOGOS DA DIVERSIDADE: TÓQUIO 2020/2021	13
Ana Patrícia da Silva, Márcia Miranda, Camilla Ribeiro Ramos Antunes e João Victor de Oliveira Pinto	
 https://doi.org/10.51795/97865265094871330	
GÊNERO	27
Amanda Mendonça	
DIVERSIDADE NOS JOGOS OLÍMPICOS DE TÓQUIO 2020: EM PAUTA GÊNERO	31
Denize Sepulveda, Juan Leal Garcia, Gabriel Magalhães e Marco Antonio Xavier	
 https://doi.org/10.51795/97865265094873145	
PROTAGONISMO FEMININO NO ESPORTE	47
Márcia Miranda, Eduardo Carpinelli dos Santos, Luzandra Siqueira Lima e Simone Parreira Correia	
 https://doi.org/10.51795/97865265094874765	
RAÇA	67
Janaína Gomes Lopes	
RAÇA NOS JOGOS OLÍMPICOS	69
Rosineide Freitas	
 https://doi.org/10.51795/97865265094876978	

CAPOEIRA E SEUS ATRAVESSAMENTOS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: POSSIBILIDADES NO ENSINO REMOTO Michele Pereira de Souza da Fonseca e Maria Luíza Mendes Santos  https://doi.org/10.51795/978652650948779104	79
REFUGIADOS Karla Noelia Cruz Morales	105
REFUGIADOS E OLIMPÍADAS NO CONTEXTO ACADÊMICO: UM ESPAÇO DE INVISIBILIDADE OU POTENCIALIDADE? Maicon Salvino Nunes de Almeida  https://doi.org/10.51795/9786526509487107120	107
REFLEXÕES DA FUNCIONALIDADE DO ESPORTE COM AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE MIGRAÇÃO FORÇADA Leonardo José Mataruna-Dos-Santos, Andressa Fontes Guimarães-Mataruna e Carlos Alberto Figueiredo da Silva  https://doi.org/10.51795/9786526509487121131	121
CONSIDERAÇÕES LEGADOS DOS JOGOS OLÍMPICOS DE TÓQUIO: NOSSAS PERCEPÇÕES Camilla Ribeiro Ramos Antunes, João Victor de Oliveira Pinto e José Guilherme de Oliveira Freitas  https://doi.org/10.51795/9786526509487133140	133
AUTORAS A AUTORES	141
ÍNDICE REMISSIVO	149

APRESENTAÇÃO

Este livro, para nós, do projeto de extensão intitulado "*Práticas Pedagógicas em Educação Física Escolar: Outras Possibilidades*" da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), é muito especial porque representa os esforços da nossa equipe em organizar e operacionalizar a formação de professores em um período bastante complexo.

Pensar a educação para além da sala de aula, através do incentivo à pesquisa e à extensão é de extrema relevância na formação docente. Apresentaremos aqui uma experiência na formação de professores pensada e operacionalizada a distância durante e no pós-pandemia Covid 19, no ano letivo de 2021.

Através do projeto de extensão supracitado organizamos e ofertamos eventos de formação de professores (inicial e continuada), no caso, "*Rodas de Conversa*" gratuitas, para docentes e discentes de Educação Física e educadores de maneira geral. Foram operacionalizadas três rodas distintas que contemplaram as seguintes temáticas: *gênero, raça e refugiados*. As "*Rodas de Conversa*" também chamadas por Paulo Freire de "*Círculos de Cultura*" tinham como objetivo analisar práticas pedagógicas democráticas e inclusivas que possibilitassem antecipar, problematizar e superar possíveis dificuldades de natureza didática e epistemológica a serem utilizadas presencialmente ou a distância nas aulas de Educação Física.

Cumpramos ressaltar que as experiências aqui narradas são reais e representam reflexões e práticas do chão da escola. Porém, mais do que isso, representam a obstinação por uma educação justa, de qualidade e para todos, todas e todos.

É característica dos eventos do nosso projeto de extensão dialogar com várias instituições diferentes, no âmbito nacional e internacional, o que na nossa percepção valoriza e enriquece nossos

processos de ensino e aprendizagem. No caso das “*Rodas Olímpicas*” dialogamos com 44 instituições educacionais, formais e não formais.

Deste diálogo nasceu a vontade de registrar a experiência supracitada, para que mais pessoas tivessem acesso a esta discussão tão rica e necessária para nossas formações, seja ela, em nível de formação inicial ou em nível de formação continuada. É importante registrar, que os temas abordados nas “*Rodas de Conversa Olímpica*” emergiram nos Jogos Olímpicos de Tóquio e se apresentam como lacunas curriculares.

Pensamos então na aproximação real das nossas discussões teóricas com as atividades realizadas dentro das universidades, sendo elas oriundas de pesquisas e / ou extensão. Convidamos alguns colegas de instituições educacionais parceiras, nacionais e internacionais para dialogar conosco, enriquecendo nossas reflexões.

Reconhecendo e reafirmando o protagonismo feminino nos Jogos Olímpicos de Tóquio convidamos três mulheres que são destaques em suas áreas de conhecimento para abrir as reflexões e dividir conosco as suas percepções a respeito das temáticas gênero, raça e refugiados nos jogos.

O livro foi organizado em seções distintas que articulam aspectos teóricos - textos oriundos das *Rodas Olímpicas* - e experiências práticas – textos oriundos de pesquisas e / ou extensão que dialogam e se complementam.

O texto “*Jogos da Diversidade: Tóquio 2020/2021*” de Ana Patrícia da Silva (Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira CAP-Uerj), Márcia Miranda (Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira CAP-Uerj), Camilla Ribeiro Ramos Antunes (Instituto de Educação Física e Desporto – IEFD UERJ) e João Victor de Oliveira Pinto (Instituto de Educação Física e Desporto – IEFD UERJ) apresentam as “*Rodas de Conversa Olímpica*” realizadas pelo projeto.

A seção intitulada “Gênero” é iniciada com o olhar cuidadoso da socióloga e pedagoga Professora Doutora Amanda Mendonça -

Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo (FFP/UERJ) e pesquisadora associada do Grupo de Pesquisa Tecnologia, Educação e Cultura - GPTEC / IFRJ e do Grupo de Pesquisa e Estudos Gêneros, Sexualidades e Diferenças nos Vários Espaços Tempos da História e dos Cotidianos (GESDI), na sequência a seção apresenta dois textos que se complementam:

✓ *“Diversidade nos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020: Em pauta Gênero”* de Denize Sepulveda (FFP/UERJ), Juan Leal Garcia (FFP/UERJ), Gabriel Magalhães (FFP/UERJ) e Marco Antonio Xavier (FFP/UERJ) e

✓ *“Protagonismo Feminino no Esporte”* de Márcia Miranda (Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira CAp-Uerj), Eduardo Carpinelli dos Santos, Luzandra Siqueira Lima e Simone Parreira Correia (Unisuan).

Na seção **“Raça”** convidamos a jornalista Janaína Gomes Lopes para iniciar as reflexões reconhecendo a importância da cobertura midiática e jornalística realizada na página do @afroesporte que realizou a cobertura dos jogos olímpicos na perspectiva da **“Raça”**. Na sequência as reflexões e apontamentos são encaminhadas com os seguintes textos:

✓ *“Raça nos Jogos Olímpicos”* de autoria da professora Rosineide (Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira CAp-Uerj).

✓ *“Capoeira e seus atravessamentos na Educação Física Escolar: possibilidades no ensino remoto”* da professora Michele Pereira de Souza da Fonseca (Universidade Federal do Rio de Janeiro IEFD UFRJ) e Maria Luíza Mendes Santos (LEPIDEFE).

Já a seção **“Refugiados”** é iniciada com as reflexões da professora Karla Noelia Cruz Morales da Universidade Autonoma do Ocidente – México e logo na sequência são apresentados os seguintes textos:

✓ *“Refugiados e olimpíada no contexto acadêmico: um espaço de invisibilidade ou potencialidade?”* de Maicon Salvino Nunes de Almeida (Universidade Federal do Rio de Janeiro /Faculdade de Educação LaPEADE UFRJ).

✓ *“Reflexões da funcionalidade do esporte com as pessoas em situação de migração forçada”* de Leonardo José Mataruna-Dos-Santos (Canadian University Dubai- Emirados Árabes Unidos) Andressa Fontes Guimarães-Mataruna (Universidade da Beira-Interior-Portugal) e Carlos Alberto Figueiredo da Silva (Universidade Salgado de Oliveira- Brasil).

Na seção *“Considerações”* Camilla Ribeiro Ramos Antunes (Instituto de Educação Física e Desporto – IEFD UERJ), João Victor de Oliveira Pinto (Instituto de Educação Física e Desporto – IEFD UERJ), e José Guilherme de Oliveira Freitas (Universidade Federal do Rio de Janeiro /Faculdade de Educação LaPEADE UFRJ) apresentam suas reflexões com o texto *“Legados dos Jogos olímpicos de Tóquio: Nossas percepções”*.

Vale ressaltar que, embora tratando de temáticas diferentes, todos estes temas possuem vieses comuns como a valorização das diferenças; a não discriminação por raça, gênero ou orientação sexual; a dedicação e o amor pelos esportes em geral, e pela Educação Física, em particular.

Partindo do princípio de que a discussão com professores/as em exercício sobre gênero e diversidade sexual, refugiados, raça e temas complexos em geral, tendo como pano de fundo a Inclusão de todos/as/es, pensamos que este movimento valioso como a Roda de Conversa pôde ser um dos meios através dos quais se consolide uma educação que forme sujeitos mais participativos e críticos em e de suas sociedades.

Ao considerar que a escola é um ambiente onde se faz necessária uma permanente interlocução entre professores e alunos, tratar de questões como a discriminação naturalizada na direção de quem tem a cor da pele não branca, de quem tem papéis e identidades de gênero divergentes da maioria heterossexual, ou que está vindo de regiões em que a cultura, a religião e as crenças em geral são diferentes é de suma importância para todos, a fim de evitar atos de violência simbólica ou explícita, percebidos nas relações entre os seres humanos que convivem no mesmo espaço.

Vemos esta obra como um instrumento que há de contribuir em direção ao não preconceito, em especial contra os homossexuais, negros, refugiados, pois mostra o quanto a inclusão é necessária e urgente a partir dos textos apresentados.

Temos a esperança de que as mudanças tanto na postura pessoal quanto na atitude profissional dos professores e futuros professores, possam se dar a partir do conhecimento e do estudo sério sobre esses temas tabus trabalhados neste livro tendo em vista a rapidez das mudanças experimentadas pela humanidade, não apenas no aspecto tecnológico, como também nos costumes, na família, na política, na religião e nos relacionamentos interpessoais, entre outras.

Ana Patrícia da Silva¹ e José Guilherme de Oliveira Freitas²

¹ Professora Doutora em Educação UFRJ e coordenadora do projeto de extensão "*Práticas Pedagógicas em Educação Física Escolar: Outras Possibilidades*" – UERJ.

² Professor Doutor em Educação pela UFRJ.

JOGOS DA DIVERSIDADE: TÓQUIO 2020/2021^{1,2}

Ana Patrícia da Silva – CAp-Uerj

Márcia Miranda – CAp-Uerj

Camilla Ribeiro Ramos Antunes – IEFD/UERJ

João Victor de Oliveira Pinto – UniCarioca

Introdução

Pensar a educação para além da sala de aula, através do incentivo à pesquisa e à extensão é de extrema relevância na formação docente. Entendemos que os professores estão em constante processo de formação ao longo da sua carreira profissional. Assim sendo, podemos pensar na “formação inicial” como o ensino da graduação e na “formação continuada” como as ações de extensão que tentam sanar as lacunas curriculares da “formação inicial” desses professores. Portanto, os avanços e experimentações da pesquisa, podem e devem ser compartilhados com tais professores na sua “formação continuada” através das ações oferecidas pela extensão universitária.

No ano de 2021, o projeto de extensão intitulado "*Práticas Pedagógicas em Educação Física Escolar: Outras Possibilidades*" decidiu oferecer "*Rodas de Conversa*" teve como objetivo analisar práticas pedagógicas democráticas e inclusivas que possibilitem antecipar, problematizar e superar possíveis dificuldades de natureza didática e epistemológica a serem utilizadas presencialmente ou à distância durante e no pós-pandemia.

A motivação para realização das “Rodas de Conversa” esteve centrada no fomento de reflexões a respeito das práticas

¹ Texto adaptado do original publicado no Endiipe 2022 – Uberlândia.

² <https://doi.org/10.51795/97865265094871330>

pedagógicas democráticas e libertadoras dos professores da Educação Física no período da pandemia (Covid 19).

Entendemos que “o esporte é um dos assuntos que mais mobiliza pessoas no mundo, é um espaço de encontro, de grandes emoções, de superação, de conexões improváveis, de muita história, conquistas e de muita luta” (NINJA ESPORTE, 2022 s/p). Sendo o esporte um dos conteúdos da disciplina Educação Física, os *Jogos Olímpicos de Tóquio* não poderiam deixar de inspirar nossas “Rodas de Conversa”. Assim sendo, estabelecemos então a organização das rodas em três momentos distintos e que contemplassem as seguintes temáticas: gênero, raça e refugiados.

Café com Prosa: Nossa Metodologia

Por que Rodas de Conversa? Segundo Moura e Lima (2014) “a conversa é um espaço de formação, de troca de experiências, de confraternização, de desabafo, muda caminhos, forja opiniões, razão por que a Roda de Conversa surge como uma forma de reviver o prazer da troca e de produzir dados ricos em conteúdo e significado para a pesquisa na área de educação” (p.98).

Trata-se de uma prática centrada no diálogo, na teoria dialógica freiriana, onde os sujeitos se encontram para conhecer e transformar o mundo em colaboração. A comunicação em forma de diálogo funda a colaboração que se realiza entre sujeitos. Dessa maneira, “ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 2007, p.47).

As “Rodas de Conversa” foram realizadas remotamente, transmitidas pela Conferência Web - RNP ou Google Meet e as inscrições realizadas pelo Google Forms. O evento contou com parcerias institucionais e interinstitucionais tendo abrangência nacional e internacional. Nosso público-alvo foi composto por professores em formação inicial, por professores em formação continuada e por profissionais da área (educação e educação física) de maneira geral.

Ousamos ao definir e empregar a “Roda de Conversa” também chamada por Paulo Freire por “Círculo de Cultura” como um instrumento de produção de dados normatizador de nossas “Rodas Olímpicas”. Para dar voz a diversidade que se anunciava nos Jogos Olímpicos de Tóquio, o nosso planejamento contemplou a organização, divulgação e operacionalização de três rodas, sendo elas: gênero, raça e refugiados.

Diversidade como Princípio Norteador

Os Jogos Olímpicos de Tóquio 2020, realizado entre 23 de julho de 2021 (cerimônia de abertura) e 05 de agosto de 2021 (cerimônia de encerramento) registrou a maior participação de mulheres de toda sua história. Além da presença de atletas “LGBTQIA+, negras e negros, um time somente com atletas refugiados e pela primeira vez contou com a presença de atletas trans. Atletas esses que há décadas vêm lutando para ganhar visibilidade, investimento e inclusão” (NINJA ESPORTE, 2022 s/p).

Sendo a diversidade o princípio norteador nas nossas “Rodas Olímpica” entendemos que seria necessário escolher “materiais didáticos” de análise que dessem voz à diversidade, tanto do público leitor quanto dos produtores do material a ser lido.

Escolhemos as publicações da NINJA Esporte Clube para nortear nossas conversas por serem “uma rede de comunicação livre que busca novas formas de produção e distribuição de informação a partir da tecnologia e de uma lógica colaborativa de trabalho”. A equipe formada pela NINJA Esporte Clube (@ninjaesportoclube) buscou “contar as outras narrativas desse evento tão importante para os atletas e seleções ao redor do planeta” (2021 s/p). E as publicações da Afro Esporte (@afroesporte) cujo foco é contar a história de pessoas pretas e LGBTQIA+ no mundo do esporte.

✓ *Protagonismo Feminino*

Jogos Olímpicos de Tóquio foram marcados pela participação feminina, em outras palavras os Jogos Olímpicos de Tóquio 2020 destacaram-se pelo protagonismo feminino.

No que tange ao gênero, o protagonismo feminino não é exclusividade do Brasil, nos Jogos de Tóquio. Em 2020, o número de integrantes mulheres no Comitê Olímpico Internacional (COI), o organizador dos Jogos, aumentou 50% em relação a 2013. As mulheres representam 37,5% do total de funcionários do COI. A quantidade de mulheres nas comissões do COI também dobrou no mesmo período, e elas passam a ser 47,8% dos membros.

Entre os atletas, as mulheres representam 48,8% dos participantes. É a maior participação feminina da história. Em 2016, a representação feminina era 45%, um avanço significativo quando comparado, por exemplo, com o ano de 1980, onde elas eram 21,5% do total, (COI, 2021).

No caso do Brasil, dos 303 atletas brasileiros, 140 são mulheres, participando em 28 modalidades. De todas as medalhas conquistadas pelo país, as mulheres foram protagonistas, com nove delas, ou seja, foram responsáveis por quase metade das medalhas conquistadas.

Para Carvalho (2021, s/p) o grande destaque foi Rebeca Andrade, na ginástica artística, que conquistou duas medalhas para o país, um ouro no salto e uma prata no individual geral. Quem também faturou o ouro inédito foi Ana Marcela Cunha, na maratona aquática, superando as adversidades. Martine Grael e Kahena Kunze, na classe 49er FX da vela também voltaram para casa com a medalha dourada no peito.

Nas palavras de Carvalho (2021) com apenas 13 anos, Rayssa Leal ficou com a medalha de prata na categoria street no skate, encantando o mundo. No último dia de competições, foi a vez de Beatriz Ferreira ficar com a prata no boxe, além do voleibol feminino que também ficou a medalha de prata. Mayra Aguiar, no judô, ficou

com o bronze, mais uma medalha olímpica para sua coleção - a terceira. E, no tênis, uma histórica medalha nas duplas, com Luisa Stefani e Laura Pigossi, que conquistaram o bronze (s/p).

✓ *Atletas LGBTQIA+ em Tóquio*

De acordo com Lance (2021) a cerimônia da abertura dos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020 ficou marcada pela mensagem de inclusão e diversidade. Segundo o levantamento do site '*Outsports*', a 32ª edição da Olimpíada teve pelo menos 163 atletas LGBTQIA+, algo inédito na história do evento (s/p).

O número de atletas LGBTQIA+ supera as duas últimas edições juntas. Nos Jogos Olímpicos do Rio 2016, foram 56 atletas, enquanto em Londres 2012 foram 23. No total, foram 79. Portanto, o número de Tóquio 2020 é mais que o dobro das duas últimas edições somadas.

São 27 países com esportistas LGBTQIA+ em Tóquio. Os Estados Unidos lideram a lista com mais de 30 atletas, seguido pelo Canadá, Reino Unido e Países Baixos com 16. Já o Brasil possui 14, sendo seis somente no futebol, e teve um avanço em relação ao número no Rio 2016 (LANCE 2021).

✓ *Racismo em Tóquio*

Os Jogos de Tóquio “foram uma oportunidade para que mulheres e atletas não-brancos e seus aliados puderam chamar a atenção para os temas do racismo e preconceito”. O racismo esteve em pauta nas discussões de atletas e torcedores durante o período dos Jogos Olímpicos de Tóquio, algumas seleções e atletas em ações individuais deram voz as manifestações e protestos antirracista. “Seleções de futebol feminino se ajoelharam em campo, antes da partida, em protesto”. Nesse sentido (G1, 2021 s/p).

Os Jogos Olímpicos de Tóquio foram os jogos da representatividade, a atleta e ativista dentro e fora das quadras, a

tenista Naomi Osaka foi a escolhida para acender a pira olímpica dos Jogos de Tóquio. Esse gesto traz à tona a importância da representatividade e de ações contra o racismo durante o evento.

"Antes de ser uma atleta, sou uma mulher negra". Esse é um trecho de um post de Naomi em uma rede social em agosto 2020, quando forçou o adiamento da semifinal do campeonato Western & Southern Open. Na ocasião, ela deixou uma partida em protesto contra os policiais que atiraram em Jacob Blake, acompanhando a ação de jogadores da NBA (G1, 2021 s/p).

✓ *Refugiados nos Jogos Olímpicos de Tóquio: Uma Questão "Politizada"*

A Delegação de Refugiados nos Jogos Olímpicos trouxe visibilidade para a questão humanitária, pois, participaram dos Jogos Olímpicos pela segunda vez. Em 2016, quando a equipe estreou na competição, eram dez integrantes, em 2020, o número praticamente triplicou e 29 nomes compuseram o time para a disputa em Tóquio.

A maioria desses atletas nasceu na Síria e no Irã, mas também há pessoas de países como Venezuela, Congo e Afeganistão. Ao todo, a delegação esteve presente em 12 modalidades e competiu sob a bandeira do Comitê Olímpico Internacional (COI). A Delegação de Refugiados foi a segunda a desfilar na cerimônia de abertura, no dia 23 de julho de 2021.

Para William Douglas de Almeida, doutor pela Escola de Educação Física e Esporte (EEFE) da USP e membro do Grupo de Estudos Olímpicos (GEO-USP), a equipe alimenta o debate sobre questões de nacionalidade no esporte e dá visibilidade para a situação dos refugiados. "A partir do momento em que um evento esportivo traz isso à tona, ele cumpre um papel que vai muito além da mera competição."

De acordo com o mais recente relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), mais de 82 milhões de pessoas em todo o mundo foram forçadas a se deslocar. Cerca de 26 milhões estão em situação de refúgio, número que cresceu nos últimos anos.

A perspectiva é de que o comitê internacional continue acompanhando essa questão e mantenha a Delegação de Refugiados para as próximas edições dos Jogos Olímpicos.

No que se refere às questões humanitárias, ao todo, o COI dá suporte a 55 atletas com status de refugiados reconhecido pelo ACNUR. As duas instituições convidaram os 29 nomes selecionados para competir em Tóquio a partir de critérios esportivos e pessoais.

Para Almeida, um sistema de classificação por desempenho e as modalidades coletivas são as próximas questões a serem debatidas.

Nenhum atleta que chega aos jogos olímpicos tem trajetórias que devam ser diminuídas, eles têm méritos por estar ali, mesmo que por convite, afirma. mas um atleta que consiga chegar fazendo um índice como refugiado, isso sim seria um novo marco e pode trazer uma nova dimensão para essa delegação olímpica (2021 s/p).

Para ele, a criação da equipe por parte do COI foi norteadada pela Agenda 20+20 e demonstra um interesse do comitê em trabalhar com as questões humanitárias. A medida também se adequa aos valores olímpicos de amizade, respeito e excelência.

É espreitar alguém que está numa condição e hoje não pode ser indicado por um comitê internacional, porque tem algum tipo de conflito com seu local de origem. Isso não pode ser um impeditivo para que esse atleta participe de um evento (2021 s/p).

Rodas de Conversa Olímpica

O porquê das nossas escolhas. Ao escolhermos os convidados para participar das nossas “Rodas Olímpicas” além do riquíssimo diálogo interinstitucional buscamos também professores (as) que além de especialistas em gênero, raça e refugiados também conseguissem dialogar com as questões específicas da educação física escolar e que abarcassem o chão da escola.

✓ *Nosso(as) Convidados(as):*

Diversidade nos Jogos Olímpicos de Tóquio: Em pauta gênero – Convidada – Professora Doutora Denize Sepúlveda - Coordenadora Adjunta e Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Processos Formativos e Desigualdades Sociais da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Professora Adjunta do Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Líder do Grupo de Pesquisa e Estudos Gêneros, Sexualidades e Diferenças nos Vários Espaços Tempos da História e dos Cotidianos (GESDI) da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Sub líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Os Impactos do Conservadorismo na Educação Brasileira (GEPCEB) da Universidade Federal Fluminense. Bacharel e Licenciada em História. Especialista em Educação Especial pela UFF. Especialista em Psicopedagogia pela PUC - Rio. Especialista em Educação Infantil pela PUC-Rio. Mestre em Educação pela UFF. Doutora em Educação pelo Proped/UERJ. Pós-doutora em Educação pelo Proped/UERJ. Pós-doutora em Educação pela UFF.

Diversidade nos Jogos Olímpicos de Tóquio: Em pauta raça – Convidada Rosineide Freitas - Professora Assistente da UERJ / Unidade CAp-UERJ. Doutoranda do Programa de Pós-graduação - Proped-UERJ. Pesquisadora das questões raciais no Brasil. 2a vice-Presidenta Regional RJ do ANDES-SN.

Diversidade nos Jogos Olímpicos de Tóquio: Em pauta refugiados – Convidado Maicon Salvino Nunes de Almeida - Doutorando em Educação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2020-2024). Mestre em Educação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2020). Graduado em Pedagogia na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2017. Tem experiência na área de Educação, com pesquisas que enfatizam Inclusão em Educação, Educação Democrática e Educação de Refugiados. Desde 2016 membro do grupo de pesquisa LaPEADE (Laboratório de Pesquisa, Estudos e

Apoio à Participação e à Diversidade em Educação, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação/UFRJ).

✓ Diversidade nos Jogos Olímpicos de Tóquio: Em pauta gênero



Convidada: **Professora Doutora Denize Sepulveda**

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR / "Roda de Conversa Diversidade nos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020: Em pauta gênero"

Fonte 1 - Roda Olímpica - Gênero, Projeto de Extensão Práticas Pedagógicas em Educação Física Escolar: Outras Possibilidades.

18/08/2021 - Horário: 19 horas

Local: <https://meet.google.com/wvh-acss-two>

Inscritos: 85

Formação inicial: 83,5% / Formação continuada: 16,5%.

Instituições participantes: 14, sendo elas:

- Centro Universitário - UNIFACVEST
- Centro Universitário Augusto Motta – UNISUAM
- Centro Universitário Cidade Verde - UNIFCV
- Faculdade de Formação de Professores - FFP (UERJ)
- Faculdade Presbiteriana Gammon – FAGAMMON
- Faculdades Integradas Norte do Paraná – UNOPAR
- Universidade Castelo Branco - UCB
- Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
- Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
- Universidade Federal Fluminense - UFF
- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ
- Universidade Gama Filho

- Secretaria de Educação - SEEDUC / Secretaria Municipal da Educação – SME
- Outro: Fundação Gol de Letra

✓ Diversidade nos Jogos Olímpicos de Tóquio: Em pauta raça



Convidada: **Professora Doutoranda Rosineide Freitas**

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR / "Roda de Conversa Diversidade nos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020: Em pauta raça"

Fonte2- Roda Olímpica - Raça, Projeto de Extensão Práticas Pedagógicas em Educação Física Escolar: Outras Possibilidades.

31/08/2021 - Horário: 19 horas

Local: <https://meet.google.com/icj-ioio-agb>

Inscritos: 51

Formação inicial: 66,7% / Formação continuada: 33,3%.

Instituições participantes: 13, sendo elas:

- Centro Universitário Augusto Motta - UNISUAM
- Centro Universitário Cidade Verde - UNIFCV
- Centro Universitário - UNIABEU
- Centro Universitário - UNIFACVEST
- Faculdade Presbiteriana Gammon - FAGAMMON
- Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais - Campus Barbacena - IFSEMG
- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ
- Universidade Castelo Branco - UCB
- Universidade de São Paulo - USP
- Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

- Universidade Federal do Rio De Janeiro - UFRJ
- Universidade Gama Filho
- Secretaria de Educação - SEEDUC / Secretaria Municipal da Educação - SME

✓ Diversidade nos Jogos Olímpicos de Tóquio: Em pauta refugiados



Convidado: **Maicon Salvino Nunes de Almeida**

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR /Roda de Conversa Diversidade nos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020: Em pauta refugiados

Fonte 3- Roda Olímpica - Refugiados, Projeto de Extensão Práticas Pedagógicas em Educação Física Escolar: Outras Possibilidades.

14/09/2021 - Horário: 19 horas

Local: <https://meet.google.com/gac-szws-btj>

Inscritos: 104

Formação inicial: 54,8% / Formação continuada: 45,2%.

Instituições participantes: 40, sendo elas:

- Centro Universitário - UNIABEU
- Centro Universitário - UNIFACVEST
- Centro Universitário Augusto Motta – UNISUAM
- Centro Universitário Cidade Verde – UNIFCV
- Colégio Universitário Geraldo Reis – COLUNI UFF
- Faculdade Multivix - Castelo
- Faculdade Presbiteriana Gammon – FAGAMMON
- Faculdades Integradas Rio Branco - SP
- Gestor Cultural Imigrante
- Instituição IKMR (Eu Conheço Meus Direitos)

○ Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais - Campus Barbacena - IFSEMG

○ Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – ISERJ

○ Movimento Nacional da População de Rua - Núcleo de Feira de Santana - Bahia

○ Pontifícia Universidade Católica - PUC Minas

○ Pontifícia Universidade Católica - PUC Rio

○ Pontifícia Universidade Católica - PUC SP

○ Projeto Ponte - Sedes

○ Secretaria Municipal da Educação – SME DF

○ Secretaria Municipal da Educação – SME SP

○ Secretaria Municipal de Educação De Chapecó -SC

○ Universidad Simón Rodríguez

○ Universidade Anhanguera - Jacareí - SP

○ Universidade Anhanguera - Sorocaba

○ Universidade Castelo Branco – UCB

○ Universidade de Vila Velha - UVV

○ Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

○ Universidade Estácio de Sá

○ Universidade Estadual Paulista "Júlio De Mesquita Filho - UNESP

○ Universidade Federal de Alagoas – UFAL

○ Universidade Federal de Rondônia - Campus Porto Velho

○ Universidade Federal de Roraima

○ Universidade Federal do Pará - UFPA

○ Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

○ Universidade Federal do Rio Grande - FURG

○ Universidade Federal Fluminense – UFF

○ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

○ Universidade Gama Filho

○ Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS

○ Universidade UP - Moçambique

○ Universidade Veiga de Almeida

Conclusões

Entendemos que nossas ações de extensão para formação docente (inicial e continuada) oferecidas pelo projeto *“Práticas Pedagógicas em Educação Física Escolar: Outras Possibilidades”* através das *“Rodas Olímpicas - Diversidade nos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020: Em pauta gênero, raça e refugiados”* alcançaram seus objetivos que eram analisar práticas pedagógicas democráticas e inclusivas que possibilitem antecipar, problematizar e superar possíveis dificuldades de natureza didática e epistemológica a serem utilizadas presencialmente ou à distância durante e no pós pandemia.

O público que se inscreveu nas nossas rodas foi em sua maioria alunos da graduação em formação inicial, mas quando o tema foi *“refugiados”*, a procura pela roda atingiu um número maior de docentes em formação continuada. Das 240 pessoas que se inscreveram nas nossas *“Rodas Olímpicas”*, por razões que ainda precisamos investigar, compareceram e participaram das rodas apenas 50% dos inscritos

É característica dos eventos do projeto de extensão *“Práticas Pedagógicas em Educação Física escolar: outras possibilidades”* dialogar com várias instituições diferentes, o que na nossa percepção valoriza e enriquece nosso processo de ensino aprendizagem. No caso das *“Rodas Olímpicas”* dialogamos com 44 instituições educacionais, formais e não formais.

Referências

AFRO ESPORTE. @afroesporte. Disponível em: https://www.instagram.com/afroesporte/https://www.instagram.com/ninjaesporte_clube/. Acesso em: 10/08/2021.

ALMEIDA. W. **Delegação de refugiados na Olimpíada traz visibilidade para questão humanitária.** JORNAL DA USP

Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/delegacao-de-refugiados-na-olimpiada-traz-visibilidade-para-questao-humanitaria/>
<https://www.instagram.com/ninjaesporteclube/>. Acesso em: 10/08/2021.

CARVALHO, Marcos Eduardo. **Com protagonismo feminino, Brasil bate recorde de medalhas nos Jogos Olímpicos em Tóquio.** Disponível em: <https://www.ovale.com.br/esportes/com-protagonismo-feminino-brasil-bate-recorde-de-medalhas-nos-jogos-olimp%C3%ADcos-em-t%C3%B3quio-1.180799>. Acesso em: 10/08/2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 36e. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

G1. **Racismo é tema para atletas e torcedores durante as Olimpíadas de Tóquio.** Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/07/26/racismo-e-tema-para-atletas-e-torcedores-durante-as-olimpiadas-de-toquio.ghtml>. Acesso em: 10/08/2021.

LANCE. **Jogos da diversidade: Olimpíada de Tóquio bate recorde de atletas LGBTQIA+.** Disponível em: <https://www.lance.com.br/olimpiada/jogos-diversidade-olimpiada-toquio-bate-recorde-atletas-lgbtqia.html>. Acesso em: 10/08/2021.

MOURA, LIMA. A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.23, n.1, p. 98-106, jan.-jun. 2014.

NINJA ESPORTE CLUBE @ninjaesporteclube. Disponível em: <https://www.instagram.com/ninjaesporteclube/>
<https://www.instagram.com/ninjaesporteclube/>. Acesso em: 10/08/2021.

OUTSPORTS: COURAGE IS CONTAGIOUS. Disponível em: <https://www.outsports.com/>. Acesso em: 10/08/2021.

GÊNERO

Amanda Mendonça – FFP/UERJ

“A mulher pode ser o que ela quiser, onde quiser, na hora que quiser”. A declaração da nadadora brasileira Ana Marcela ao subir ao pódio representa o espírito olímpico que prevaleceu nos jogos de Tokio 2020. Nesta edição, mulheres, pessoas trans, não-binárias e com múltiplas identidades de gêneros e orientação sexual quebraram barreiras históricas e fizeram da Olimpíada um retrato das mudanças que pulsam ao redor do mundo. Um retrato nada romantizado. Ao contrário, repleto de denúncias envolvendo assédio, violências, discriminação, desigualdade. Mas, ao mesmo tempo um retrato pautado pelo debate político, por disputa e, especialmente, pela afirmação da presença de diferentes corpos e identidades em todos os espaços.

Os jogos de Tóquio, que ocorreram em meio a Pandemia da Covid 19, mobilizaram ainda mais os sentimentos de união, celebração de comemoração da diversidade que em geral marcam a Olimpíada. Em um dos momentos mais duros da história da humanidade, a realização dos jogos representava um sopro de esperança em novos tempos. E o que a edição mostrou, é que o desejo manifestado era de que estes novos tempos fossem mais inclusivos, mais democráticos.

A Olimpíada de 2020 contou com pelo menos uma atleta em todas as delegações. De acordo com o Comitê Olímpico Internacional (COI), a previsão é de que na edição de Paris se chegue a 50% de mulheres entre todos os atletas. Para que isso ocorra, nos últimos anos vem sendo adotadas medidas por parte do comitê para combater a desigualdade de gênero no meio esportivo. Entre as ações adotadas estão a inclusão e o aumento de esportes

de gênero misto nos jogos. Trata-se de competições em que atletas de ambos os gêneros competem na mesma categoria.

Se pararmos para pensar que na Era Moderna, as mulheres começaram a assistir às competições, mas ainda não podiam competir, pois, acreditava-se que elas não tinham preparo físico adequado, que apenas em 1900, na Olimpíada de Paris, foi permitida a participação feminina, mas sem direito a receberem medalhas caso ganhassem a prova e que SOMENTE em 2012 foi permitido às mulheres competirem em todas as modalidades dos jogos, conseguimos compreender o cenário árduo e desigual que ainda estrutura os jogos. Na Olimpíada realizada no Rio de Janeiro, em 2016, por exemplo, só 11% por cento de toda a delegação técnica era composta de mulheres, independente do esporte, incluindo categorias exclusivas femininas, como a Ginástica Rítmica.

O campo esportivo e os jogos olímpicos como um dos momentos de ápice para aqueles e aquelas que integram este campo são parte da engrenagem social. Eles produzem e / ou refletem as desigualdades sociais, mas também as lutas políticas em curso. Não é possível pensar os jogos apenas como um espaço de confraternização, de união, como assistimos reiteradamente nos discursos e transmissões quando abordam o chamado “espírito olímpico”. Eles acompanham a dinâmica social e, por isso, em 2020 este espírito foi guiado pelos discursos sobre: igualdade, inclusão e solidariedade.

Se antes atletas eram proibidos de qualquer tipo de demonstração política e racial em uma Olimpíada, a partir de Tokio, o COI abriu uma brecha para que as pessoas pudessem se expressar, mesmo que ainda dentro de uma esfera controlada. Segundo o novo manual, atletas podem se manifestar politicamente em zonas de entrevista nas instalações olímpicas, em coletivas de imprensa, em reuniões de equipe ou nas redes sociais. E assistimos em 2020 inúmeras manifestações. Competidoras dos dois times de futebol que se enfrentavam se ajoelharam, num característico gesto contra o racismo. Medalhista em diversas

categorias cruzaram os punhos em cima da cabeça no pódio, como um gesto de apoio às minorias.

Importante mencionarmos também outras formas de manifestação política, como a que fez a ginasta americana Simone Biles, que desistiu de diversas provas por apresentar um quadro depressivo. A atleta se posicionou publicamente sobre casos de assédio e violência contra ginastas e trouxe também o debate sobre violência psicológica, transtorno de ansiedade e saúde mental. Atitude corajosa e inédita realizada por uma mulher negra. Outro exemplo de manifestação política inédita foi o da atleta trans neozelandesa Laurel Hubbard. A levantadora de peso tornou-se a primeira atleta trans a participar de uma Olimpíada. Seu corpo e sua identidade nos jogos representam também uma forma de disputa política neste espaço. As atletas que são mães também protagonizaram através de suas presenças, um ato de resistência política contra aqueles que acreditam que a maternidade representa o fim da carreira para as mulheres ou que justificam rompimento de contrato, corte de recurso e de patrocínio.

A batalha dos salários desiguais de atletas masculinos e femininos nos jogos olímpicos e paralímpicos ainda precisa ser vencida. Atos sexistas, assédio e inúmeras formas de violência contra identidades de gêneros e orientação sexual dissidentes precisam ser tiradas de baixo do tapete e serem enfrentados. E reforçarmos tudo o que ainda precisa ser discutido e mudado, pois acreditamos que os avanços significativos que pudemos acompanhar durante os jogos de Tóquio no que tange as questões de gêneros e orientação sexual são fruto de muita luta e não de concessão.

Olimpíada é sim um lugar historicamente político. Apesar de ser também um espaço pautado por negócios que atendem aos interesses da elite, do consumo global e dos fluxos de investimento, ela é ao mesmo tempo popular, agregadora e mobiliza transformações. Os jogos de Tóquio foram a prova disso. No nosso caso, vimos as atletas liderarem a conquista de medalhas do Brasil, se declararem em rede nacional para suas companheiras, jovens

skatistas mobilizarem o país e dizerem que meninas podem e devem brincar do que quiserem e o chamado país do futebol virar também o país da ginástica de Rebeca Andrade.

Todo este panorama envolvendo as questões de gêneros, os jogos de Tokio e seu legado foram inspiração para os textos que vocês encontrarão nas páginas a seguir. As rodas de conversa sobre o princípio de inclusão como a participação indiferenciada de todes, independentemente de suas prévias capacidades físicas ou intelectuais, raça ou gênero fazem parte das ações de resistência política e de transformação em busca de uma sociedade mais justa e igualitária e que conta com o esporte como um dos *fronts* de batalha

DIVERSIDADE NOS JOGOS OLÍMPICOS DE TÓQUIO 2020: EM PAUTA GÊNERO¹

Denize Sepulveda – FFP/UERJ/GESDI

Juan Leal Garcia – UERJ/GESDI

Gabriel Magalhães – UERJ/GESDI

Marco Antonio Xavier – UERJ/GESDI

Introdução

Fomos convidadxs² pela querida professora Dr^a Ana Patrícia da Silva, em agosto de 2021, para participar de uma roda de

¹ <https://doi.org/10.51795/97865265094873145>

² O uso do “X” nas palavras, do ponto de vista linguístico e gramatical, é uma forma de usar uma linguagem escrita que expresse maior igualdade entre homens e mulheres. A Língua Portuguesa determina que o plural dos substantivos deva usar o gênero no masculino. Essa generalização do plural é considerada sexista e machista por certos grupos e indivíduos, resultando assim em propostas por um gênero plural não sexista a ser adotado em Português. O uso do “X” é uma tentativa de, no âmbito da escrita, tornar a língua mais democrática. Segundo PERROT (2019, p.21) a linguagem, a gramática, contribui para o apagamento das mulheres na história, pois quando “há a mistura de gêneros, usa-se no masculino o plural: eles dissimulam elas”. Segundo Moura e Mäder (2022, p. 50 -510) “Chama a atenção a reversão do gênero ser quase sempre um processo assimétrico. O uso do masculino na referência ou interpelação a mulheres pode ter função depreciativa ou apreciativa, a depender do contexto. O uso do *feminino na referência ou interpelação a homens, todavia, apresenta apenas função depreciativa*, como é o caso no português brasileiro e em muitas outras línguas nas quais se observa a reversão de gênero gramatical, com raras exceções. (...). Pode-se, então, considerar essa assimetria no processo de reversão de gênero gramatical (principalmente o uso apreciativo do gênero masculino na referência a mulheres) como uma faceta do *sexismo linguístico*, em especial efeito apreciativo no uso do gênero feminino na referência a homens. Aí, mais uma vez, veem-se associadas ao gênero masculino qualidades positivas e ao feminino, qualidades negativas, tanto no plano linguístico quanto de maneira mais geral nas representações culturais em nossa sociedade.).

conversa que abordasse as questões de gêneros, mais especificamente sobre a participação feminina nas Olimpíada de Tóquio de 2020, convite esse que foi aceito de bom grado e com muito entusiasmo. Afinal o esporte é uma questão importante em nossas vidas.

Uma de nós foi atleta de “Nado Artístico³” nos anos de 1980, possui uma irmã⁴ que além de atleta também foi técnica desse mesmo esporte, na equipe Nacional Brasileira de 2008 até 2017. Em 2019 assumiu o cargo de Diretora Técnica da Federação Peruana de Natação e também é Head Coach da Seleção Peruana de Natação Artística.

Atualmente Denize Sepulveda é professora do quadro permanente da “Pós-Graduação em Educação: Processos Formativos e Desigualdades Sociais”, na Faculdade de Formação de Professores (FFP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Sendo assim, orienta mestrands e doutorands oriunds de vários cursos de licenciatura, entre eles o de Educação Física. Como sua temática de pesquisa gira em torno das questões de gêneros, sexualidades e histórias das mulheres, muitos professorxs de educação física a procuram para que xs oriente em suas temáticas de estudos.

Juan Leal García é professor de Educação Física da rede pública de Macaé, lotado no colégio Municipal do Sana, no município de Macaé. Trabalha há 18 anos com o Corfebol, esporte holandês que problematiza as questões de gênero que envolvem os espaços sociais e, como atividade coeducacional, o Corfebol atenua os processos de exclusão ocorridos em virtude de padrões estabelecidos pela cultura patriarcal. Pois, trata-se de um esporte de quadra obrigatoriamente misto, equipes compostas em igualdade de números por homens e mulheres, logo, as fronteiras

³ Nado Artístico é o atual nome dado a essa modalidade esportiva no Brasil, nos demais países da América Latina é denominado “Natação Artística”, nos anos de 1980 era cognominado de “Nado Sincronizado”.

⁴ Nos referimos a Maura Lúcia Xavier, irmã de Denize Sepulveda.

de gênero delimitadas pelos padrões normativos são subvertidas, e as hierarquias típicas do patriarcado deixam de existir.

A cultura patriarcal é desenvolvida no interior de um sistema social em que homens adultos mantêm o controle, o poder e a liderança política. Por esse motivo possuem a autoridade moral, gozam de privilégios e têm o controle das propriedades (SEPULVEDA & SEPULVEDA, 2019).

No domínio da família, o pai (ou figura paterna) mantém a autoridade sobre as mulheres e as crianças. Historicamente, o patriarcado tem-se manifestado na organização social, legal, política e econômica de uma gama de diferentes culturas. A cultura patriarcal desenvolveu um discurso no qual a mulher é naturalmente inferior ao homem, sendo considerada o reflexo da natureza diferenciada entre eles e, por isso, não pode ter os mesmos direitos. (SEPULVEDA & SEPULVEDA, 2019, p. 61-62).

Gabriel Magalhães Rodrigues Coelho é formado em Educação Física, pós-graduado em Psicomotricidade e Gestão Escolar, mestrando no programa de pós-graduação em educação “Processos formativos e Desigualdade sociais” da UERJ/FFP, coordenador sociopedagógico da Fundação Gol de Letra⁵ e professor de ensino fundamental no município do Rio de Janeiro/RJ (atualmente licenciado). Desde o início de sua trajetória como professor de Educação Física, atuando como educador em projetos sociais em locais de grande vulnerabilidade gerada, principalmente, pela pobreza e violência, percebeu a necessidade de discutir as diversas formas de opressão que geram desigualdades nas aulas. Desta forma, observou que era necessário ensinar mais que esportes, jogos, lutas e danças, era importante estimular a profunda discussão sobre temáticas transversais às práticas corporais. Nessa trajetória uma

⁵ Criada em 10 de dezembro de 1998, Dia Internacional dos Direitos Humanos, a Fundação Gol de Letra é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que nasceu do sonho dos tetracampeões mundial de futebol Raí e Leonardo de contribuir com a educação de crianças e jovens de comunidades socialmente vulneráveis, para que tenham mais oportunidades e perspectivas de vida. Fonte: <https://www.goldeletra.org.br/institucional/>

questão em especial chamou sua atenção, as desigualdades de gêneros produziam sérias opressões nas aulas de Educação Física. No ano de 2016, já professor da escola pública no ensino fundamental, percebeu a dificuldade da Educação Física escolar, disciplina que tem o corpo em movimento como principal ferramenta de aprendizagem, para avançar em relação a equidade de gêneros em seus conteúdos e atividades.

Foi coordenador esportivo e diretor adjunto da primeira escola vocacionada ao esporte do Rio de Janeiro entre os anos de 2019 e 2021. Esta cidade, preste a sediar os Jogos Olímpico e Paralímpicos de 2016, como parte do legado olímpico, no ano de 2012 inaugurou a primeira unidade dos Ginásios Experimentais Olímpicos (GEO), vinculada a Secretaria Municipal de Educação (SME-RJ), nomeada de Juan Antonio Samaranch, localizada no bairro de Santa Teresa. O objetivo central do GEO seria incentivar a dupla carreira (estudo e esporte) e a revelação de novos atletas (SILVA, 2014, p.52). Como coordenador e diretor dessa escola, acompanhou o desenvolvimento de aulas e competições esportivas escolares de diversas modalidades, tais como: futsal, handebol, atletismo, tênis de mesa, voleibol, xadrez, judô e badminton. Atualmente, pesquisa sobre as questões de gêneros e sexualidades no território das escolas vocacionadas ao esporte do município do Rio de Janeiro.

Na Fundação Gol de Letra, iniciou sua trajetória em 2013 ministrando aulas de Educação Física no Bairro do Caju, zona portuária da cidade do Rio de Janeiro. Atualmente, coordena dois programas de esporte/educação que atendem crianças e adolescentes de 4 a 18 anos, em contraturno escolar, com as seguintes atividades: futsal, judô, tênis de mesa, ginástica rítmica, tênis de quadra, muay thai, capoeira e oficinas psicomotoras.

De acordo com Altmann (2015. p. 66) garantir a igualdade de oportunidades em relação aos gêneros é um dos grandes desafios da Educação Física no que se refere ao desenvolvimento do esporte na escola. Esta análise é fundamental para entender os desafios que as escolas ou organizações que promovem a prática de esportes para crianças e adolescentes têm, principalmente para avançar na

mitigação dos sistemas de opressão e caminhar para o respeito às diversidades. A escola muitas vezes é reprodutora da desigualdade, principalmente quando não promove a inclusão de todos. Não obstante, a prática de esportes no Brasil é extremamente desigual no que se refere às oportunidades para homens e mulheres (ALTMANN, 2015, p.62).

Marco Antonio de Aguiar Xavier é formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, possui três pós-graduações lato-sensu, duas na área de treinamento e uma na área da educação física escolar. É professor de educação física da rede municipal de Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro. Em criança e adolescente teve um passador esportivo ligado ao Futsal e ao Futebol *Society*. Em relação ao Futsal, foi atleta de uma equipe tradicional no Estado do Rio de Janeiro, onde na época não havia a presença de equipes femininas, evidenciando mais uma vez a sociedade patriarcal em que vivemos. Em paralelo ao Futsal sempre praticou o Futebol *Society* em um clube tradicional da zona norte do município do Rio de Janeiro, no qual também não havia a presença de mulheres. No entanto, por dois anos consecutivos, depois de adulto, ajudou na organização do campeonato e possibilitou a abertura de vagas e participação das meninas e das jovens, instituindo os times femininos, obtendo um total de 6 a 8 times.

A grande procura de jovens e meninas deixou claro que as mulheres também querem participar de torneios e competições de futebol de forma recreativa. Hoje em dia, Marco Antonio, não faz mais parte do campeonato acima mencionado, mas sabe que as equipes são mistas, onde as mulheres jogam juntos com homens, o que dá pistas que a ação de abertura para os times femininos possibilitou evidenciar a competência das mulheres no esporte. Ele não sabe afirmar até que categoria a atividade mista ocorre, pois não tem informações sobre isso, mas pode exaltar a importância dessa integração e da aderência das mulheres em participar de torneios de Futebol *Society*, sinalizando, assim, que o futebol não é um esporte somente para homens. Vale ressaltar ainda, que nesse campeonato os treinadores são os pais dos atletas, mas depois da

entrada das meninas e das jovens, algumas mães assumiram também como treinadoras, o que mais uma vez nos leva a reflexão de que todxs podem participar de todas as atividades esportivas ou recreativas de forma igualitária.

Todavia, assim como para as atletas, as técnicas mulheres também tiveram que percorrer um caminho mais longo, pois as mesmas tiveram que superar vários obstáculos, preconceitos, muitos questionamentos em relação a competência, a capacidade de liderança, a vida pessoais, baixos salários e etc. De acordo com Ferreira (2012, p. 160):

(...) isso ocorre porque há uma associação entre treinamento esportivo e a masculinidade, o que acaba dificultando o acesso das mulheres a este trabalho. A situação, todavia, não é exclusiva das brasileiras. Acosta e Carpenter (2014) mantêm um estudo longitudinal sobre o número de mulheres atuando como técnica nos Estados Unidos, e apontam para a discrepância existente entre o número de homens e mulheres atuando como técnicos nas ligas universitárias. De acordo com as autoras, em 2014, apenas quatro em cada dez técnicas de equipes femininas eram mulheres, sendo que este número está em crescimento. No caso das equipes masculinas, 97% eram comandadas por homens. Ao analisar o futebol, Fastin e Pfister (2000) comprovaram que mesmo os técnicos homens eram a maioria em países europeus como a Alemanha, Suécia e Noruega. Reade, Rodgers e Norman, (2009) abordam a mesma problemática no Canadá.

Por todas as nossas incursões profissionais e pessoais, acreditamos que esses foram os motivos pelos quais fomos convidadxs para participar da roda de conversa “Diversidades nos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020: em pauta o gênero” e é essa sobra essas questões que esse texto se debruça.

II. O protagonismo feminino nos jogos de Tóquio em 2021

A temática da diferença sempre nos inquietou, lidamos com ela desde o início de nossa jornada acadêmica. Trabalhamos com pessoas com deficiências, de várias classes sociais, com mulheres, com as pessoas LGBTIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais,

Intersexos, Assexuais), ou seja, sempre nos preocupamos com os grupos minoritários que sofrem processos de exclusões na sociedade e nas escolas.

A exclusão e a desigualdade derivam de intrincadas teias de poder, a partir das quais grupos hegemônicos estabelecem suas linguagens, ideologias e crenças como norma dominante, o que acaba implicando na rejeição, na marginalização ou o silenciamento de outras formas de ser e estar no mundo. Discutir as questões da igualdade e da diferença exige compreender que estamos num contexto onde não existe neutralidade, já que os grupos hegemônicos impõem seus valores e costumes como regra dominante.

O que é considerado como diferença passa a ser discriminado e visto como inferioridade. Com base nesses processos, alguns grupos sociais são rejeitados e interditados, como é o caso das mulheres e das pessoas LGBTIA+.

Falar do direito à diferença nunca é o mesmo que reivindicar direitos iguais para todos. O direito à diferença exige a especificidade sem desvalorização, a alternativa sem culpabilização, a aplicação rigorosa de um imperativo categórico assim enunciado por Boaventura de Sousa Santos: “temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (1995, p. 45). (SANTOS, A. C., 2003, p. 339).

Aliando todas essas questões, não pudemos deixar de perceber a impressionante presença das mulheres na Olimpíada de Tóquio em 2021. Muitas delas questionaram com suas atitudes os padrões comportamentais impostos a elas no mundo do esporte. Vimos mulheres empoderadas questionando as vestimentas impostas pelas federações que sexualizam o corpo feminino, as maquiagens que reforçam os estereótipos ligados à feminilidade hegemônica e, principalmente, a objetificação da mulher nas práticas esportivas.

Quando falamos de objetificação do corpo feminino estamos nos referindo à banalização da imagem da mulher, ou seja: a aparência das mulheres importa mais do que todos os outros aspectos que as definem enquanto indivíduos. (...) Atualmente, por mais que as mulheres tenham alcançado

mais independência financeira, uma das características da cultura patriarcal que ainda permanece é a objetificação do corpo feminino, uma vez que essa objetificação está intimamente ligada à função do corpo da mulher enquanto mero objeto de prazer sexual masculino. (LIMA, 2016, s/p⁶)

Por tudo o que foi mencionado podemos inferir que a objetificação da mulher está presente em várias esferas da sociedade, como por exemplo no esporte. A crítica à objetificação por parte das atletas esteve muito presente nas Olimpíadas de Tóquio.

Às vésperas da competição no país oriental, as atletas alemãs da ginástica artística promoveram um momento de muita reflexão acerca da sexualização dos corpos femininos no esporte. Em um fato inédito na modalidade, os tradicionais *collants* foram substituídos por calças que cobrem as pernas até o tornozelo. Vale destacar que o uso da vestimenta que cobre a maior parte do corpo não é proibido pela Federação Internacional de Ginástica (FIG), porém, o que as atletas fizeram pode ser caracterizado como um ato político contra a objetificação do corpo feminino.

Tal iniciativa partiu da atleta Sarah Voss, a primeira a utilizar o modelo numa fase classificatória do Campeonato Europeu. As demais atletas da equipe foram influenciadas pela atitude de Sarah e, logo em seguida, também adotaram o modelo supranarrado.

Foi particularmente importante para nós dar o exemplo, para encorajar outras mulheres, e especialmente as atletas mais jovens, a usar o que elas se sentem mais confortáveis. Este pode ser o amado *collant* curto ou o *full-body suit*. Nós, ginastas da seleção alemã, reservamo-nos o direito de decidir, dependendo da situação, como nos sentimos mais confortáveis. A nova possibilidade de autodeterminação quanto à escolha das roupas nos dará ainda mais forças no futuro", postou Voss no Instagram ⁷

⁶ Disponível em: <https://www.politize.com.br/o-que-e-objetificacao-da-mulher/>. Acesso em: 01/06/2022.

⁷ Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/olimpiadas/ultimas-noticias/2021/07/22/contrasexualizacao-ginastas-quebram-tabu-e-se-apresentam-de-calca.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em 08/06/2020.

Desse modo, levantamos como indício que as atletas alemãs com suas atitudes de questionamento pretendem que seu ato reverbere em outros setores da sociedade e que sirva de exemplo para que novas atletas não desistam do esporte e se empoderem. Afinal vale destacar, que as mulheres devem ser avaliadas pela capacidade atlética, e não pelos atributos físicos.

É necessário dizer também que a palavra empoderamento é uma tradução do termo em inglês *empowerment*. Na década de 70 começou a ser usado pelos grupos de mulheres e significa o processo pelo qual as mulheres ganham poder interior para expressar e defender seus direitos, ampliar sua autoconfiança, fortalecer sua própria identidade, melhorar sua autoestima e, sobretudo, exercer controle sobre suas relações pessoais e sociais.

Para as feministas, o empoderamento compreende a alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinada das mulheres como gênero. As mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais⁸.

Para compreendermos melhor a discussão sobre o empoderamento é necessário dizer o que entendemos por gênero, para isso trazemos a contribuição de Joan Scott (1990), pois essa autora nos ajuda a pensar sobre o conceito de gênero como uma categoria útil à história, ressaltando que tal categoria nos permite pensar sobre a relação entre as mulheres e homens, nas desigualdades e hierarquias sociais que se estabelecem entre elxs.

A mencionada autora enfatiza que o conceito foi tecido como forma de se resistir a um determinismo biológico nas relações entre os sexos masculino e feminino, dando-lhes um estilo basicamente social: “o gênero enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade (SCOTT, 1990, p.5)”.

Assim, a importância dessa apreciação diz respeito ao aspecto relacional, ou seja, a ciência de que os gêneros não podem ser

⁸ (Ana Alice Costa - Gênero, poder e empoderamento das mulheres). Disponível em <http://www.adolescencia.org.br/site-pt-br/empoderamento>. Acesso em 10/04/2020.

compreendidos isoladamente, mulheres e homens precisam ser percebidos de maneira mútua. Scott (1990, p.6) ao mesmo tempo destaca que o gênero como eixo de apreciação permite que possamos desenvolver novas temáticas de estudos e pesquisas, possibilitando um reexame crítico das premissas e dos juízos críticos dos trabalhos científicos existentes.

(...) As pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente. “Aprendemos”, escreviam três historiadoras feministas, “que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. (SCOTT, 1990, p. 5).

A partir de tudo que mencionamos até aqui, percebemos como as atitudes das mulheres modificaram ao longo do tempo, como foi necessária muita luta feminista para que chegássemos ao momento em que as mulheres tiveram o protagonismo nas Olimpíadas de Tóquio. Em um passado não muito distante, mulheres não podiam praticar esportes e nem fazer parte dos Jogos Olímpicos.

III - Breve contextualização da entrada das mulheres nos esportes

Segundo Tubino, Tubino e Garrido (2007) o evento conhecido como Jogos Olímpicos de Verão é de grande prestígio internacional, sendo realizado desde 1896. Este evento é organizado diretamente pelo pelos Comitês Organizadores dos Jogos Olímpicos (COJO). Os Jogos estão apoiados nos aspectos de “fraternidade, igualdade, internacionalismo, valores humanísticos, diversidades culturais e defesa de uma Cultura de Paz” (TUBINO; TUBINO; GARRIDO, 2007, p. 366).

De acordo com Tubino, Tubino e Garrido, nos Jogos Olímpicos de Verão de 1896, realizados na cidade de Atenas (Grécia), houve a

participação de 13 nações, contudo não existiu participação feminina no evento.

No ano de 1900, o evento ocorreu na cidade de Paris (França). Por ocasião, o Barão de Coubertin, queria um local de grande visibilidade para os Jogos, por isso a escolha de Paris. Esta edição do evento foi a primeira com participação de mulheres.

Sobre a participação de mulheres nesse evento Tubino, Tubino e Garrido relatam:

Ao todo, 11 atletas do sexo feminino de vários países competiram. A diferença da participação de atletas do sexo masculino para o feminino foi considerável, pois disputaram o evento 1.319 homens, que contou com 22 nações inscritas (TUBINO; TUBINO; GARRIDO, 2007, p. 367).

Além do baixo número de participantes femininas em relação aos homens, o esporte era totalmente dominado pela cultura masculina. Inclusive, neste ano, foi grande a resistência da sociedade em relação à presença de mulheres nas competições.

Pelo fato de a cultura esportiva ser masculina nesse período, algumas famílias proibiram parentes mulheres de praticar uma modalidade esportiva olímpica. Muitos atletas do sexo feminino tentaram participar de eventos esportivos e encontraram bastante dificuldades (TUBINO; TUBINO; GARRIDO, 2007, p. 367).

Com todas essas dificuldades para a inserção das mulheres nos jogos, apenas em 1912 (Estocolmo, Suécia) houve uma participação mais expressiva no número de mulheres participantes. Segundo Tubino, Tubino e Garrido, nesta edição, 57 atletas femininas participaram.

O atletismo é conhecido por ser a modalidade mais nobre dos Jogos Olímpicos de Verão. Apenas em 1928 (Amsterdã, Holanda) houve a participação de mulheres nessa modalidade. Sobre isso Tubino, Tubino e Garrido nos trazem uma questão interessante: o Barão de Coubertin, idealizador do “Olimpismo Moderno”, não estava presente na chegada da mulher, provocando dúvidas em

relação a sua aprovação sobre a participação das mulheres entre os atletas olímpicos (TUBINO; TUBINO; GARRIDO, 2007, p. 367).

No Brasil, no que diz respeito às atribuições femininas, ao longo da história dessa área do conhecimento, o acesso a determinadas práticas era vedado através de decretos e deliberações:

DECRETO-LEI Nº 3199 – 14/04/41 Art. 54 – Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo para este efeito o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país. DELIBERAÇÃO – CND – Nº 7/65 – Baixa instruções às entidades desportivas do país sobre a prática de desportos pelas mulheres. Nº 1 – Às mulheres se permitirá a prática de desportos na forma, modalidades e condições estabelecidas pelas entidades internacionais dirigentes de cada desporto, inclusive em competições, observado o disposto na presente deliberação. DELIBERAÇÃO – CND – Nº 7/65 Nº 2 – Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo aquático, polo, rugby, halterofilismo e baseball. [...] (CASTELLANI FILHO, 1988, p.61-62-63)

Em 1964, através da deliberação - CND - Nº 7/65 Nº 2 (CASTELLANI FILHO, 1988), o Conselho Nacional de Desporto proibiu que mulheres praticassem determinados esportes, corroborando o decreto supracitado, de 1941.

Destarte, podemos inferir, que havia uma preocupação com os padrões de feminilidade. Mulheres deveriam praticar, apenas, esportes que estivessem de acordo com as “características femininas”. Os procedimentos de vigilância e controle sempre foram mais contundentes com os corpos femininos.

Quando participamos de campeonatos em quadras de esportes abertas, ou quando há apresentações esportivas em praças públicas, notamos, com bastante frequência, como os corpos femininos são observados. Os atributos físicos, e não a capacidade atlética, estão a todo momento sob vigilância do público masculino. É a consequência de um período em que [...] a legislação só permitia as mulheres de participarem das modalidades nas quais uma

suposta beleza natural da mulher era considerada claramente visível – como vôlei [...] (GOELLNER, 2005, *apud*, FERRETI & KNIJNIK, 2019, 107).

As mulheres que desafiavam as normas eram marginalizadas e classificadas como: sem classe; grosseiras; malcheirosas. Porém, em decorrência da história de luta dessas mulheres, o decreto-lei 3.199/1941 (CASTELLANI FILHO, 1988) foi derrubado, apenas, em 1979.

Alguns alinhavos

Tendo por base tudo o que foi apresentado neste texto podemos inferir que as lutas das mulheres que nos antecederam foram fundamentais para questionar e desafiar os alicerces da cultura patriarcal. Todavia, também precisamos admitir que muita batalha ainda precisa ser travada, as atitudes e questionamentos das atletas nos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020 sinalizam que essa disputa ainda está ocorrendo e que precisa continuar.

Assim como nossas ancestrais lutaram para participar dos jogos olímpicos e para que os seus atributos físicos não fossem os únicos a serem avaliados e destacados, vemos a necessidade de que mais mulheres se unam a essa batalha para que as futuras gerações possam se empoderar ainda mais!!!

Referências

ALTMANN, H. **Educação Física Escolar**: relações de gênero em jogo. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

BAPTISTA, Guilherme Gonçalves & BAPTISTA, Juliana Gonçalves. Os testes de aptidão física na educação física: da justiça como equidade ao direito à educação. In: **Pensar a Prática**. Goiânia, v. 20, n. 1, jan./mar. 2017.

CASTELLANI FILHO, L. Educação Física no Brasil: a história que não se conta. Campinas: SP, Papirus, 1988.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres.** Disponível em <http://www.adolescencia.org.br/site-pt-br/empoderamento>. Acesso em 10 de abril de 2022.

FERRETTI, M. A. C.; KNIJNIK, J. A Luta não pode parar: gênero, sexualidade e a subversão corporal das atletas de esportes de combate. In: PEREIRA, E. G. B.; SILVA, A. C. **Educação Física, Esporte e Queer: sexualidades em movimento.** Curitiba: Appris, 2019.

LIMA, Iana. **O que é a objetivação da Mulher?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/o-que-e-objetificacao-da-mulher/>. Acesso em: 01/06/2022.

MOURA, Heronides & MÄDER, Guilherme R. C. Reversão de gênero gramatical no português brasileiro. In: BARBOSA FILHO, Fábio Ramos & OTHERO, Gabriel de Ávila. **Linguagem “Neutra”:** Língua e Gênero em Debate. São Paulo: Parábola, 2022.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2019.

SANTOS, Ana Cristina. Orientação Sexual em Portugal: para uma emancipação. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar:** os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 16, n.2, Porto Alegre, jul./dez. 1990. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667> Acesso em: 28 abr.2022.

SEPULVEDA, Denize & SEPULVEDA, José Antonio. Trabalhando questões de gêneros: criando e recriando currículos para a valorização do feminino. **Periferia**, v. 11, n. 4, set./dez. 2019.

SILVA, C. A. F. ALUNO – ATLETA – CIDADÃO – **Estudos no Ginásio Experimental Olímpico**. Rio de Janeiro, RJ: HP Comunicação, 2014.

TUBINO, M.J.G.; TUBINO, F.M.; GARRIDO, F. A.C. Dicionário enciclopédico Tubino do esporte. Rio de Janeiro: **SENAC**, 2007.

PROTAGONISMO FEMININO NO ESPORTE¹

Márcia Miranda – CAP-Uerj
Eduardo Carpinelli dos Santos – UNISUAM
Luzandra Siqueira Lima – UNISUAM
Simone Parreira Correia – UNISUAM

Introdução

A inserção da mulher na sociedade passou por vários avanços ao longo da história. De acordo com Ribeiro (2011) ao longo dos anos, homens e mulheres desempenharam papéis sociais bem diferentes, mas o que seria papel social? Segundo o autor são as funções exercidas na sociedade, as relações sociais travadas entre eles e o viver em grupo desses indivíduos.

De acordo com Matos e Gitahy (2007) durante séculos, as mulheres viveram presas em seus espartilhos apertados, como seres insignificantes. Não tinham direitos, nem vez e muito menos voz na sociedade. Aquelas que eram totalmente submissas ao autoritarismo e machismo do homem eram tidas como mulheres respeitáveis, mas quando se negavam a aceitar as imposições, questionavam, se posicionavam ou até mesmo, se rebelavam contra esse autoritarismo machista, eram tidas como cortesãs e marginalizadas. Ainda de acordo com os autores, a mulher através da observação, ao longo dos anos, sempre carregou consigo muita sabedoria e experiência em diversos assuntos, mas o homem e a sociedade geralmente rejeitavam seus conselhos. Os autores ainda mencionam que o homem achando-se superior, portador de toda a inteligência era incapaz de perceber seus atos de estupidez ao derrubar as árvores, das quais a sua própria vida dependia, ou ao fabricar bombas que, em questão de segundos, poderiam destruir

¹ <https://doi.org/10.51795/97865265094874765>

a espécie humana. Os autores destacam ainda que se as mulheres tivessem conquistado antes, o lugar e o protagonismo social que ocupam hoje, poderíamos talvez não estar vivendo num mundo tão violento e tão egoísta. Afinal de contas, a sensibilidade faz parte da natureza feminina.

Giglio et al (2018), Costa (2018) e Azambuja et al. (2019) apontam que, os desafios mais comuns que a mulher enfrentava na antiguidade para que fosse “aceita” e para ocupar o seu espaço na sociedade, era o preconceito gerado pelo sistema social patriarcal, associando a mulher como sendo frágil, colocando-a em situação de total dependência da figura masculina, seja do pai, do irmão ou do marido, cuja função segundo Ribeiro (2011), era apenas cuidar da família e do seu lar, trazendo a ideia da figura feminina de avental e com bobs nos cabelos, em uma cozinha, envolta por panelas, fogão e entre outros utensílios domésticos, dando origem a construção de moldes de uma cultura machista.

Segundo Azambuja et al (2019), nos séculos XVIII e XIX as mulheres buscavam e lutavam pelo direito à vida, à educação, a política, direito ao divórcio e livre acesso ao mercado de trabalho. Em 1827 elas conquistaram o direito à educação. Conforme Ribeiro (2011) no século XX ganharam direito ao voto, e quanto mais inseridas na educação e na política, mais avançavam em sua luta por direitos mais igualitários e mais assumiam uma posição de empoderamento. O empoderamento feminino é a capacidade das mulheres de ter controle sobre a própria vida, suas vontades e seus corpos; sugere alteração radical nas estruturas machistas e patriarcais, que durante muitos anos subordinaram as mulheres cerceando seus direitos a cultura, ao trabalho digno, ao lazer e ao esporte. É a capacidade de tomar decisões baseadas no seu conhecimento e na sua própria vontade e assim poder se libertar do julgo do machismo e do preconceito de gênero. É poder assumir um papel de protagonismo e continuar a luta pela igualdade de oportunidades e de direitos. (FIRMINO, 2019; ALVES, 2016; SOARES E ALENCAR, 2017).

Todo o machismo e patriarcalismo mencionado acima, que levou as mulheres a uma luta por direitos civis, também foi motivo de preconceitos quanto à inserção delas no esporte. Enquanto se lutava pela inserção na sociedade, elas também lutavam pelo direito à prática de atividade física e o direito de competir em jogos olímpicos.

Segundo Giglio et al (2018), a prática de atividades físicas e de esportes em geral era restrita aos homens, as mulheres não podiam, se quer, ir ao estádio assistir uma competição, e muito menos participar delas. A justificativa era de que esporte era coisa de homem; o esporte as tornaria masculinizadas; seus corpos não podiam ser expostos em público, ou ainda, com a alegação de que elas não teriam condições físicas/fisiológicas para tal, ou seja, eram fracas demais para praticar esportes e competir em alto rendimento. Fato esse, que ocorre até nos dias de hoje, mesmo que de maneira mais velada. Com este cenário, eram poucas e raras as aparições das mulheres nas competições, ou nos ambientes da prática de atividades físicas, o que perdurou até o final do século XIX e início do século XX.

O autor menciona ainda que algumas mulheres foram fundamentais para a inclusão feminina nas competições esportivas e, em especial, nas Olimpíadas. Uma das figuras mais importantes para a inclusão das mulheres nas olimpíadas foi a francesa Alice Melliat, que através da Federação Esportiva Feminina Internacional, reivindicou, junto ao Comitê Olímpico Internacional, a entrada das mulheres nas competições de atletismo e de outras modalidades nos Jogos Olímpicos em 1936. O processo de exclusão das mulheres na prática esportiva e de atividades físicas no Brasil seguiu o mesmo padrão internacional, inclusive com os mesmos discursos e teve em Maria Lenk um ícone na representação feminina no esporte e nas atividades físicas.

As ideias de Ribeiro (2011) mostram que a mulher tem se inserido cada vez mais como protagonista na sociedade atual, para além de dona de casa, mãe e esposa, está assumindo novos papéis, ocupando postos no mercado de trabalho e cargos de liderança em escolas, empresas, universidades, cidades e países. Segundo o

relatório Education of Glance (2019), as mulheres brasileiras são a maioria no que se refere ao acesso à formação superior, 25% das mulheres no país ingressam nas universidades, enquanto o número de homens é apenas de 18%. O autor destaca ainda, que mesmo estando longe de ser reconhecido e valorizado como merecido, não se pode negar que o crescimento do número de mulheres em diversas áreas, seja no mercado de trabalho, como nos esportes, tem sido cada vez maior, ainda que com grandes diferenças em relação ao homem.

Ao longo da história, para cada avanço das mulheres na luta pelos direitos e pela equidade, sempre tivemos um movimento contrário. Para Jesus e Silva (2018) com os avanços nas leis de proteção a mulher, o fato da mulher assumir e protagonizar seu papel na sociedade, acabou por eliminar algumas ideias antigas de fragilidade excessiva, submissão e dependência masculina, fazendo com que os preconceituosos de plantão inovassem seus métodos de opressão se utilizando de mecanismos como o desengajamento moral.

Para Azzi (2011); Albertoni (2018) e Ferreira et al (2019), o desengajamento moral é uma prática que mostra a capacidade do indivíduo de elaborar explicações a fim de justificar atos antissociais, violentos e preconceituosos eliminando ou minimizando a sensação de culpa ou censura, transferindo a culpa para o ser agredido ou atribuindo a circunstâncias sociais que o isentam de qualquer culpa, e consecutivamente, das penalidades pelo ato imoral e agressivo que foi cometido. Por exemplo: dizer que uma mulher merece ser estuprada porque estava usando roupas curtas, agredir verbalmente uma mulher alegando que é melhor falar do que bater, agredir uma mulher porque ela feriu sua honra. Nenhum tipo de agressão ou ato preconceituoso deve ser tolerado ou incentivado, mas sabemos que na nossa sociedade isso é uma realidade, ainda que de maneira velada e muitas vezes mascarado pelo desengajamento moral.

Pensando em toda essa complexidade histórica, social, cultural e esportiva em torno do preconceito de gênero abordados até aqui,

o presente trabalho pretende fomentar, divulgar, tornar conhecido e mostrar por meio dos casos e relatos que aqui serão mencionados, o protagonismo feminino com ênfase no esporte, afim de auxiliar os leitores a construir um olhar mais atento as questões relacionadas ao preconceito com as mulheres no esporte, de maneira que possam se unir e militar nessa busca por uma sociedade mais justa para todos inclusive para as mulheres.

O esporte se apresenta então, como uma ferramenta importante para que as mulheres possam mostrar toda a sua capacidade física, mental, social e moral, evidenciando que elas chegaram até aqui com muita luta e que a luta ainda não acabou, mas que elas vieram para ficar e precisam de apoio para continuar quebrando paradigmas (BRAUNER, 2015).

Desenvolvimento

Segundo Rubio e Simões (1999), quando o assunto é sobre a participação da mulher no esporte, não tem como não correlacionar com o contexto histórico de toda trajetória dos avanços no entorno do protagonismo feminino ao longo dos anos.

Na 2ª edição das Olimpíadas sediada em Paris no ano de 1900, as mulheres puderam participar extraoficialmente das provas de golfe e tênis, pois eram considerados esportes belos e não envolviam contato físico. Como não eram consideradas atletas, não ganhavam medalhas somente um certificado de participação.

A cada nova edição, aumentava o número de mulheres atletas, de modo que a participação das mulheres nos Jogos Olímpicos dialoga com a própria participação das mulheres na vida econômica, social e política, com maior inserção na educação e no mercado (MAEDA, 2019).

Foi na metade do século XX, marcado por suas lutas e conquistas nas questões políticas e sociais, que se iniciava uma aproximação da mulher no esporte competitivo. Entretanto, somente nas décadas de 50 e 60 que se concretiza as ocupações efetivas das mulheres nos esportes (RUBIO e SIMÕES, 1999).

Com a chegada do século XXI, vive-se um período de grande excitação na busca para promover um balanço dos últimos e próximos cem anos, ao que se refere a inserção da mulher no esporte. Marca-se uma era de grande transformação dos papéis femininos, das atitudes e percepções das mulheres de si próprias, refletindo diretamente no protagonismo feminino no esporte.

A partir de 2012, na Olimpíada de Londres que foi concedido às mulheres a oportunidade de disputar todas as modalidades.

Esse protagonismo foi constatado nos Jogos Olímpicos de Tóquio. A diversidade histórica, ao menos no quesito gênero, não é exclusividade do Brasil nos Jogos de Tóquio. Em 2020, o número de integrantes mulheres no COI, o comitê organizador dos Jogos, aumentou 50% em relação a 2013. Elas representam 37,5% do total de funcionários do COI. A quantidade de mulheres nas comissões do COI também dobrou no mesmo período, e elas passam a ser 47,8% dos membros. Entre os atletas, as mulheres representam 48,8% dos participantes. É a maior participação feminina da história. Em 2016, a representação feminina era 45%, um avanço significativo quando comparado, por exemplo, com o ano de 1980, onde elas eram 21,5%.

De acordo com Oliveira e Teixeira (2009), no Brasil, a diferença entre homens e mulheres em relação à participação esportiva tem diminuído, como por exemplo, a nossa delegação nos jogos de Atenas 2004, que tiveram no total 246 atletas brasileiros, sendo 124 homens e 122 mulheres. Entretanto, é preciso entender que isso não corresponde à participação no poder exercido nos esportes, restringindo muitas vezes a participação feminina apenas às áreas de formação dos esportes competitivos.

O Brasil, nos jogos Olímpicos de Tóquio em 2021, dos 303 atletas brasileiros, 140 são mulheres, participando em 28 modalidades. De todas as medalhas conquistadas pelo país, as mulheres foram protagonistas, com nove delas, ou seja, foram responsáveis por quase metade das medalhas conquistadas do total, segundo o COI.

Todo esse crescente protagonismo feminino está sendo registrado e divulgado pelos canais midiáticos, por meio de reportagens, valorizando e trazendo à tona os avanços e as conquistas das mulheres no esporte. (MIDIA NINJA; UOL.COM.BR; IMPULSIONA.COM.BR; ESPORTE LÂNDIA, 2021)

Costa (2019), destaca que ainda falta muito para a correção do abismo criado historicamente entre o futebol masculino e feminino no Brasil. Um dos exemplos mencionados nos estudos são as páginas do jornalismo esportivo ou jornalismo futebolístico que tem como o foco voltado para o futebol, mas com ênfase quase que sempre no futebol masculino e muito pouco no feminino, ou seja, mesmo as atletas, com suas conquistas como o heptacampeonato da Copa América 2018, da seleção brasileira de futebol feminino, não obtiveram tanta repercussão e destaques nas principais páginas do jornal do país, elas costumam ganhar visibilidade em competições que por si só capitalizam uma ampla atenção midiática, tendo como exemplo os Jogos Olímpicos.

Dessa forma, apresentaremos reportagens de mulheres que fizeram história em Tóquio/2021 e mulheres que representam vitórias tão significativas no crescente protagonismo esportivo brasileiro.

✓ *Emma McKeon* - A australiana de 27 anos, conquistou sete medalhas na competição e deixou as piscinas de Tóquio como a maior medalhista da edição. Além disso, deixou sua marca se igualando a ginasta Mariya Gorokhovskaya como a maior medalhista em uma só edição entre as mulheres. Após a sua segunda participação olímpica, ela passa a acumular um total de 11 medalhas, sendo cinco de ouro.

✓ *Yulimar Rojas* - Eleita a melhor atleta do mundo em 2020 pela World Athletics (federação que gere o atletismo mundial), a venezuelana se tornou campeã olímpica do salto triplo no atletismo feminino em Tóquio, batendo o recorde olímpico e mundial, com a marca de 15,58m. Se tornou a primeira mulher na história da

Venezuela a conquistar uma medalha de ouro, sendo esta, apenas a quarta conquistada por seu país em Jogos Olímpicos.

✓ *Laurel Hubbard* - A neozelandesa de 43 anos, não conseguiu avançar para a disputa de medalhas no levantamento de peso, entretanto, fez história em Tóquio. Laurel foi a primeira mulher trans a disputar uma edição dos Jogos Olímpicos. Ela sempre dedicou sua vida ao esporte, mas em 2001, aos 23 anos, se afastou por não aguentar estar em um meio onde sentia não se encaixar. Em 2012 iniciou sua transição, e após mais de uma década, voltou a competir em 2015, dessa vez, entre as mulheres.

✓ *Simone Biles* - Apontada como a maior estrela dos Jogos de Tóquio, a atleta chocou o mundo quando anunciou que não participaria da final por equipes na ginástica. Ela estava preservando sua saúde mental, por isso desistiu de competir. Ela só voltou a competir na final da trave, no último dia da ginástica, e ganhou o bronze. A norte-americana deixa o Japão com muito mais do que duas medalhas no bolso, ela ajudou a dar destaque a um assunto de extrema importância.

✓ *Ramla Ali* - Em meio a Guerra Civil na Somália, ela e sua família se refugiaram na Inglaterra. Na adolescência, começou a praticar boxe escondido de seus pais com o intuito de perder peso, e logo se apaixonou pelo esporte. Em Tóquio, ela chegou como uma das favoritas ao ouro em sua categoria, mas a sua presença ali era muito mais importante do que qualquer medalha. Ramla foi a primeira representante, entre homens e mulheres, da Somália no boxe olímpico. Ela acabou perdendo sua luta nas oitavas de final, mesmo assim deixou seu nome escrito na história e inspirou muitas meninas somalis.

✓ *Hidilyn Diaz* - Em sua quarta participação olímpica, buscava superar sua medalha de prata no Rio em 2016. Aos 30 anos, a halterofilista que compete na categoria até 55kg, atingiu seu

objetivo e fez história ao conquistar a primeira medalha de ouro das Filipinas. Após o feito, ela retornou ao seu país com um novo status, o de ídolo nacional.

✓ *Elaine Thompson –Herah* - Ela foi a mulher mais rápida do mundo na última edição dos Jogos, no Brasil, e repetiu o feito em Tóquio. Elaine conquistou o ouro nos 100m, com direito a quebra de recorde mundial, nos 200m e no revezamento 4x100m do atletismo feminino. Assim, ela se tornou bicampeã olímpica nas provas individuais. Aos 29 anos e duas participações olímpicas, ela acumula 5 ouros e 1 prata.

✓ *Flora Duffy* - A triatleta, conquistou o ouro após cruzar a linha de chegada com o tempo de 1:55:36. Natural das Bermudas, território insular britânico localizado no Atlântico Norte, Flora é a primeira medalhista de ouro da história do país nos Jogos Olímpicos. Com uma população de cerca de 63 mil habitantes, as Bermudas se tornaram o menor país a ganhar uma medalha de ouro.

✓ *Sifan Hassan* - A holandesa nasceu na Etiópia, mas chegou ao país como refugiada aos 15 anos de idade. Em Tóquio, chamou a atenção ao levar um tombo no início da sua bateria classificatória dos 1.500m e, mesmo assim, chegar em primeiro lugar. No mesmo dia, algumas horas depois, ela ainda ganhou a medalha de ouro na prova dos 5.000m. Nos 1.500m ela acabou ficando com o bronze e nos 10.000m repetiu o ouro.

No cenário esportivo brasileiro também temos registros de grandes protagonismos femininos no esporte. Colocaremos em pauta agora algumas mulheres/atletas brasileiras e alguns acontecimentos históricos em suas carreiras profissionais.

✓ *Marta Vieira da Silva* - Os estudos de Silva (2020), apontam a história de vida e trajetória da carreira profissional da jogadora Marta, exemplo de mulher/atleta, com tanta representatividade e

referência para muitas mulheres no mundo, devido suas inúmeras conquistas e recordes alcançados ao longo da sua carreira e suas lutas contra as desigualdades que a mulher enfrenta no meio esportivo. Natural do interior de alagoas, em Dois Riachos, nasceu em 19 de fevereiro de 1986. Marta teve uma trajetória longa e bastante complexa em uma modalidade como o futebol, considerada por muitos específica do público masculino, mas ela surpreendeu com o seu excelente desempenho como jogadora. De origem e com uma família humilde, Marta foi abandonada ainda pequena por seu pai, época em que mulheres não eram bem quistas em campo, tendo suas habilidades como atletas subestimadas. A jogadora enfrentava a família que não partilhava da sua participação no esporte por considerar “anormal” ser menina e jogar futebol. Seu local de treino era em espaços de terra batida, não tinha campo, jogava descalça com amigos e primos.

➤ Aos 13 anos, Marta iniciou sua participação no futebol na equipe juvenil do Centro Sportivo Alagoano (CSA), EM 1999. Passou pelo clube Vasco da Gama no Rio de Janeiro, Santa Cruz Futebol Clube de Minas Gerais, mesmo quando começou a jogar no futebol profissional, Marta não recebia salário, apenas uma ajuda de custo.

➤ Em 2003, jogou pela seleção brasileira, a Copa do Mundo, ganhando a visibilidade que abriu as portas para ela jogar na Suécia. A jogadora assinou com o Umea IK, nos anos de 2006 e 2010. Nessa época, Marta alcançou o impressionante título de melhor jogadora do mundo. Na copa do mundo de Futebol Feminino, realizada na China, em 2007, a atleta, marcou o gol mais bonito de toda a competição.

➤ Em 2009, anunciou sua transferência para o Los Angeles Sol, dos Estados Unidos, com função de artilheira, levou o clube ao vice-campeonato. No final de 2009, retornou ao Brasil, sendo emprestada ao Santos Futebol Clube, período em que se tornou campeã da Copa do Brasil e da Copa Libertadores da América e em seguida, a jogadora teve passagens por diversos clubes.

➤ Em 2015, 15 gols marcados, se consagrou como a maior artilheira da história com a camisa da Seleção Brasileira e com marca de 98 gols, superando a marca do jogador Pelé, considerado “rei do futebol”, com 95 gols.

➤ Em 2018, camisa dez da seleção brasileira, quebrando mais um recorde e sendo eleita pela sexta vez como melhor jogadora do mundo da FIFA (Federação Internacional de Futebol). ONU Mulheres apresenta Marta como embaixadora global da Boa Vontade.

➤ Copa do Mundo de Futebol Feminino 2019, na França, mais um número para a “rainha” do futebol que marcou um gol contra a Itália, totalizando 17 gols em copas, superando o até então maior artilheiro Miroslav Klose, da seleção alemã, que possui 16 gols em copas.

➤ Em resposta aos contratos ofertados para o futebol feminino pelos patrocinadores serem inferiores aos do futebol masculino, na Copa de 2019 Marta optou por jogar sem patrocínio na chuteira, sendo a mesma na cor preta e com o símbolo rosa, defendendo os direitos iguais no esporte.

Apesar das inúmeras conquistas, e feitos, e de ser muito respeitada, a atleta ainda sofre com a desigualdade de gênero no esporte.

✓ **Rebeca Andrade** – Segundo Santos (2021), foi em um projeto social (Iniciação Esportiva), que Rebeca iniciou aos 4 anos de idade sua carreira na ginástica, chegava a andar por duas horas para chegar aos treinos. Filha de empregada doméstica, a família teve dificuldades para manter o sonho da ginasta, onde teve que parar de treinar em uma determinada época, por falta de condições financeiras. Rebeca ganhou o apelido de “Daianinha”, homenagem à Daiane dos Santos, que entre homens e mulheres, foi a primeira ginasta brasileira a conquistar uma medalha de ouro em um Campeonato Mundial. O projeto era mantido pelo poder municipal para crianças e jovens entre 7 e 17 anos.

➤ Curiosamente, foi uma mulher, Mônica Barroso dos Anjos, técnica da equipe, que logo identificou que os pulos e piruetas dados por Rebeca no meio dos seis irmãos poderiam virar coisa séria e profissional.

➤ A ginasta de 15 anos não pode participar dos Jogos da Juventude de Nanquim-2015 e nem dos Jogos Pan-Americanos de Toronto-2015, por causa de uma ruptura do ligamento anterior do joelho direito, primeira de três cirurgias a que seria submetida.

➤ Em 2017 e 2019, foi submetida às demais cirurgias, logo, ela não foi aos Jogos Pan-Americanos de Lima-2019 nem ao Mundial de Stuttgart-2019, para tentar a classificação para as Olimpíadas de Tóquio-2020. Realizou a terceira cirurgia, conseguindo a vaga olímpica apenas no Pan de Ginástica, no Rio de Janeiro.

➤ Conquistou a medalha de prata para o Brasil na ginástica artística dos Jogos Olímpicos Tóquio 2020, primeira medalha brasileira da história desta modalidade entre as mulheres. Rebeca aos 22 anos venceu a disputa do individual geral da ginástica artística.

✓ *Ana Marcela Cunha* - Começou a nadar aos 2 anos, em uma creche que frequentava em Salvador. Ela já participava de competições desde os 13 anos de idade em disputas em águas abertas e com atletas mais experientes. Brasileira e especialista em maratonas aquáticas, Ana Marcela, nasceu em 23 de março de 1993, em Salvador, considerada a maior medalhista da história em campeonatos mundiais de águas abertas, com 11 pódios. Foi eleita seis vezes, como a melhor nadadora do mundo em maratonas aquáticas.

➤ Seu primeiro título nacional conquistado em grandes competições foi em 2006, com apenas 14 anos, foi campeã da Travessia dos Fortes no Rio de Janeiro.

➤ Ainda em 2006, passou a integrar a seleção brasileira de águas abertas.

- Fez sua estreia em Olimpíadas dois anos depois. Aos 16 anos, em Pequim, ficou na quinta colocação na prova de 10 km.
- É tetracampeã mundial da prova de 25 km, com medalhas de ouro em 2011, 2015, 2017 e 2019, vencedora também da prova de 5 km em 2019.
- Na Fina Marathon Swim World Series, são 49 medalhas, sendo recordista de vitórias na competição com 23 medalhas de ouro.
- Na Fina Ultra Marathon World Series, foi tricampeã.
- Tem ainda medalha de ouro na prova de 10 km dos Jogos Pan-Americanos que conquistou na edição de Lima, em 2019.
- Recentemente conquistou o ouro na maratona aquática dos Jogos Olímpicos de Tóquio de 2020.

✓ *Rayssa Leal* - Gostava de praticar skate (esporte considerado masculino) em Imperatriz, no sudoeste do Maranhão, Jhulia Rayssa Mendes Leal, viu sua vida se transformar quando o seu dom para o esporte apareceu para o mundo, em 2015. Aos 7 anos de idade, em meio aos colegas, ela insistia em acertar uma manobra conhecida como "heelflip" e considerada bem difícil. Apesar das quedas em diversas tentativas, Rayssa enfim teve êxito ao realizar a manobra vestida de fada azul e o seu vídeo viralizando na internet com a execução dos movimentos, chegou a ser visto mais de 4,8 milhões de vezes e compartilhado por mais de 60,6 mil usuários. Rayssa sempre teve como inspiração a skatista brasileira Leticia Bufoni, uma das maiores esportistas do mundo na modalidade. Mesmo ano em que "viralizou" como fadinha, 2015, a menina participou do Esporte Espetacular e se emocionou ao conhecer Leticia pessoalmente (CARDOSO, 2021).

- Participa de competições pelo Brasil e pelo mundo e já são diversos títulos acumulados, incluindo conquistas nacionais e em especial a medalha olímpica: a etapa da SLS (Mundial de Skate Street), em Los Angeles, que venceu aos 11

anos. Com o título, se tornou a mais jovem atleta a conseguir a façanha.

➤ Um ano depois, foi indicada ao Prêmio Laureus, tido como o Oscar do Esporte.

➤ A skatista chegou para as Olimpíadas de Tóquio como a mais jovem atleta da delegação brasileira e competiu na categoria street, que foca em transições em lugares públicos e manobras em mesas, escadas, corrimões de ferro, trilhos e outros objetos urbanos.

✓ *Maria Carolina Santiago* – Natural de Recife, nasceu com Síndrome de Morning Glory, uma alteração congênita na retina, responsável pela diminuição do campo de visão. A natação sempre esteve presente na vida da atleta desde a infância, tendo como influência o irmão que foi nadador.

A atleta migrou para o esporte Paralímpico em 2018, aos 33 anos, sendo campeã mundial no ano seguinte. Na primeira competição, a então novata levou quatro ouros e duas pratas. No Reino Unido, conquistou mais dois ouros e duas pratas. Ela representou a segunda modalidade com mais atletas brasileiros em Tóquio, conquistou cinco medalhas de ouro, se tornando a primeira atleta brasileira a conseguir três ouros em uma única edição de jogos paralímpicos, com direito a um novo recorde da competição (28s82), nos 50 livres na classe S13, para atletas com deficiência visual mais leve. Hoje ela nada pelo clube Grêmio Náutico União, do Rio Grande do Sul, onde foi apresentada ao esporte paralímpico. Maria entrou para história ao encerrar um jejum de dezessete anos sem medalhas das nadadoras brasileiras paralímpicas (DOLIVEIRA, 2021).

✓ *Lúcia Araújo* – A judoca conheceu o judô aos 15 anos, através de seu irmão que praticava o esporte. Durante a gravidez sua mãe, contraiu toxoplasmose, e passou para ela, o que afetou sua visão. Em sua trajetória, ela enfrentou algumas dificuldades, até chegou a treinar escondido. Após alguns anos afastada da

modalidade, ela teve contato com uma atleta cega da seleção paralímpica de judô, o que a incentivou a voltar a lutar. Sua primeira medalha paralímpica veio nos jogos de Londres, em 2012. Em 2016 ela conquistou a medalha de prata nos jogos paralímpicos do Rio e nesta edição dos jogos, Lucia foi a responsável pela primeira medalha do Brasil no judô. Ela conquistou a medalha de bronze, a terceira medalha paralímpica de sua carreira.

Conclusão

Diante de tantos fatos históricos e alusões do antes e depois no entorno do papel da mulher, sejam eles na sociedade ou no esporte, é cabível o reconhecimento dos avanços e o protagonismo feminino alcançados até aqui.

A mulher assume cada vez mais seu protagonismo, mostrando sua voz e defendendo com competência seu lugar em diversas áreas da sociedade, como podemos destacar Marília Mendonça na música, Dilma Rousseff como a primeira Presidente mulher da história do Brasil, Angela Merkel como chanceler da Alemanha de 2005 a 2021, Maju Coutinho no jornalismo, Edna Alves na arbitragem, Pia Sundhage como técnica da seleção brasileira de futebol feminino; e também, Isabel Swan como gestora do Comitê Olímpico Brasileiro.

Entretanto, é importante destacar que quando esse protagonismo aparece por meio das atletas, ele alcança uma visibilidade gigantesca. Isso porque, o esporte tem o poder de atrair uma multidão de espectadores, que não só, vão aos locais de competição, como também assistem no conforto de seus lares às diversas modalidades esportivas. A publicidade em torno das medalhistas faz com que, essas mulheres atletas, entrem nas salas das famílias, não só, do Brasil, como do mundo inteiro, sem cerimônia, tornando-as conhecidas por sua história e sua luta.

Quando falamos de visibilidade do protagonismo feminino, um ponto extremamente importante levantado nesse estudo se refere às colunas de jornais que não colocam em destaques em suas

páginas principais as conquistas das atletas femininas, seu foco principal ainda são as categorias masculinas, ocorrendo assim, a interferência midiática.

Aos poucos a ideia de fragilidade e fraqueza construída no imaginário machista social sobre as mulheres, vai cada vez mais se desconstruindo por meio dessas atletas que se destacam em diversas modalidades esportivas, inclusive demonstrando desempenho e resultados melhores e maiores do que de alguns homens em seus países e muitas vezes no mundo, como por exemplo, a já mencionada Marta, que já fez mais gols em copas do mundo do que o chamado rei do futebol, Pelé. Nenhum brasileiro tem mais bolas de ouro como melhor jogador do mundo do que a Marta, que já ganhou o prêmio seis vezes. Ana Marcela Cunha é a maior nadadora e vencedora de maratonas aquáticas do mundo, nenhum brasileiro homem tem esse feito.

Não podemos negar que tais fatos estão longe de ser considerados o ideal, mas que houve sim, grandes mudanças gerando certo desconforto, até mesmo entre os gêneros, quando correlacionados às desigualdades das faixas salariais ou hierarquia dos cargos assumidos por ambos.

A pesquisa no presente trabalho mencionou apenas algumas atletas, dentre tantas outras que tiveram papéis fundamentais para o avanço da participação e do reconhecimento do protagonismo feminino. Foram exaltados exemplos de superação, motivação e principalmente de empoderamento feminino no ambiente esportivo brasileiro e mundial, diante de tantos desafios e preconceitos enfrentados durante suas carreiras profissionais.

O estudo também destaca que muitas ex-atletas deram continuidade no esporte na área da gestão, com aberturas de unidades, projetos sociais, dentre outros, como forma de proporcionar para futuras meninas a possibilidade de ingressar no mundo dos esportes, se empoderarem e darem continuidade na luta por direitos mais igualitários para as mulheres, através do protagonismo esportivo.

Ao concluir este estudo, faz-se necessário refletir sobre os feitos que as mulheres conseguiram realizar até o presente momento. Se com salários bem mais baixos do que os atletas masculinos, em muitos casos, sem locais adequados de treinamento, um machismo ferrenho escondido no desengajamento moral e uma mídia que pouco reconhece e destaca os feitos das mulheres atletas. Ainda assim temos diversas mulheres guerreiras se destacando na vida e no esporte; é possível imaginar o que elas poderiam fazer pelo esporte e pela sociedade mundial, se tivessem as condições e o apoio necessário.

Portanto, a continuidade nos estudos sobre o protagonismo feminino, como forma de elucidar cada vez mais a inserção, a participação e a visibilidade feminina no esporte e na sociedade é urgente e necessária. O papel da mulher no mundo, a busca por direitos igualitários independente de classes sociais, raças e gêneros não pode mais esperar. Através dos dados e da reflexão sobre essa temática espera-se que mais pessoas se conscientizem a respeito do protagonismo conquistado pelas atletas e se engajem na busca por maior reconhecimento da mulher no esporte.

Referências

ALBERTONI, Maiara Rosa. **Investigações sobre Desengajamento Moral**. UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. MESTRADO EM PSICOLOGIA. Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/6770/2/maiararosaalbertoni.pdf>> Acesso em: 20 out. 2021.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Desafios da equidade de gênero no século XXI**. Revista Estudos Feministas. v. 24, n. 2, p. 629-638, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p629>> Acesso em: 20 out. 2021.

AZAMBUJA, Elizete Beatriz; MARQUES, Magna Celma; MARQUES, Mateus Henrique. **A mulher em “Triste, louca ou má”: Marcas de um discurso homogeneizador.** Revista Ícone: Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura. v. 19, n. 2, Dez. 2019.

AZZI, Roberta Gurgel. **Desengajamento moral na perspectiva da teoria social cognitiva.** Psicologia: Ciência e Profissão, v. 31, n. 2 p. 208-219. Ago 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000200002>> Acesso em: 13 set. 2021.

BRAUNER, Vera Lúcia. **Desafios emergentes acerca do empoderamento da mulher através do esporte.** Movimento, Porto Alegre, v. 21, n. 2., p. 521-532, abr./jun. 2015. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/viewFile/48156/34234>> Acesso em: 17 out. 2021.

CARDOSO, Rafael. **De fadinha às Olimpíadas: A trajetória de Rayssa Leal, a sensação brasileira no skate.** G1 MA, São Luís, jul. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/07/25/de-fadinha-as-olimpiadas-a-trajetoria-de-rayssa-leal-a-sensacao-brasileira-no-skate.ghtml>> Acesso em: 04 nov. 2021.

COI (Comitê Olímpico Internacional). **Boletim Olímpico e site oficial.** Acesso em: 20 out. 2021.

COSTA, Ana Kerlly Souza da. **Direitos e feminismos: a luta das mulheres contra as formas de opressão.** UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG). 2018. Disponível em: <<https://7seminario.furg.br/images/arquivo/235.pdf>> Acesso em: 18 out. 2021.

COSTA, Leda - Marta versus Neymar. **A “Guerra dos Sexos” nos Jogos Olímpicos 2016.** Intercom: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 42º Congresso Brasileiro de

Ciências da Comunicação. Belém, set. 2019. Disponível em:
<<https://www.mguerramemoria.com.br/wp-content/uploads/R14-1423-1.pdf>> Acesso em: 04 nov. 2021.

DOLIVEIRA, Matheus. **Quem é Carol Santiago, terceira maior medalhista paralímpica da história.** Exame. set. 2021. Disponível em:
<<https://exame.com/casual/quem-e-carol-santiago-terceira-maior-medalhista-paralimpica-da-historia/>> Acesso em: 08 nov. 2021.

RAÇA

Janáina Gomes Lopes – @afroesporte

Para fazer a cobertura das Olimpíadas de Tóquio 2020 sob o foco racial, alguns meses antes iniciamos uma pesquisa pautada em perguntas norteadoras: “Quem eram os atletas negros representando o Brasil?” Durante a pesquisa encontramos alguns desafios como a escassez de informação e a romantização do sofrimento disfarçado de resiliência.

Os três “Ls” da mídia para inclusão de imagens de negro (a) s: lúgubre, lúdico, luxurioso “lúgubre”, seriam às imagens da abordagem policial retratadas pela mídia; “lúdico”, seria o estereótipo do negro alegre, retratado nas festas nacionais, como o carnaval; já luxurioso seria à estereotipia do (a) negro (a) sensual.(CONCEICAO, 2005)¹.

Reconhecemos nas Olimpíadas a oportunidade de trazer luz sobre temáticas raciais antes não debatidas. Por isso, aproveitamos que todos os olhos estavam voltados para os jogos olímpicos e utilizamos o evento como uma perspectiva interessante para o resgate da história e legado dos atletas negros.

Com um time feminino, formado por seis mulheres de cidades diferentes, produzimos 1.152 horas de vídeo, tivemos 150 mil contas alcançadas, entrevistamos atletas e paratletas, traduzimos conteúdos na língua inglesa, trouxemos à tona questões raciais no setor esportivo, tudo isso sem reforçar estereótipos.

A cobertura da Olimpíadas de Tóquio 2020 fortaleceu a missão do Afro Esporte, reforçou a importância de dar visibilidade para

¹ CONCEIÇÃO, Fernando. *Como fazer amor com um negro sem se cansar: e outros textos para debate contemporâneo da luta anti-racista no Brasil*. Terceira Margem, 2005.

atleta negros e de fazer um recorde racial na cobertura de eventos esportivos.

RAÇA NOS JOGOS OLÍMPICOS¹

Rosineide Freitas – CAp-Uerj

“Antes de ser uma atleta, sou uma mulher negra”

Introdução

É sabido que estamos numa crescente quanto ao debate das questões raciais e racismo mundo a fora. O movimento *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam), iniciado nos Estados Unidos, mas que ganhou proporções mundiais e o avanço no reconhecimento das produções de autoras e autores negras sobre este tema referendam a emergência do debate. Os Jogos Olímpicos, para além da particularidade da sua realização frente ao impacto mundial da Covid-19, que exigiu não só o adiamento da sua realização, mas a adoção de protocolos de segurança e restrições de público, contou com outras peculiaridades.

A que se apresentará nesta comunicação diz respeito ao debate do racismo no âmbito dos esportes de auto rendimento e no decorrer da realização de jogos desta monta. Desde a atleta escolhida para acender a Pira olímpica, a Afro-japonesa tenista Naomi Osaka, até chegar a desistência da favorita na final individual geral da ginástica artística, a afro-norte-americana Simone Biles. Estes dois extremos quanto a participação nos Jogos acenam para a emergência deste debate neste histórico movimento esportivo global. De um lado a importância da representatividade, expressão da cosmopolita mestiça Osaka, de um outro sobre os impactos subjetivos e psicológicos do racismo cotidiano, interseccionado ao sexismo imerso nas diversas modalidades

¹ <https://doi.org/10.51795/97865265094876978>

esportivas e para além, que estruturam as relações sociais nas diferentes dimensões da vida.

Neste sentido o debate pretendido nesta escrita tem por objetivo apresentar alguns apontamentos conceituais que se impõe, na nossa compreensão, centrais para conduzir as reflexões sobre a dimensão cultural de raça no âmbito dos Jogos Olímpicos e as contribuições deste debate sobre Práticas Pedagógicas em Educação Física Escolar, na perspectiva de impulsionar o desenvolvimento de uma Educação Física Antirracista.

De onde partimos

Partimos da nossa história escravocrata e colonial. O colonialista finca bases sobre uma das características ocidentais para que Carlos Moore (2007) chama atenção ao citar a obra *Porque o ocidente venceu: Massacre e Cultura, da Grécia Antiga ao Vietinã* de David Hanson:

[...] o historiador destaca a eficácia na tecnologia de matar como o principal fator que permitiu que as sociedades ocidentais vencessem e dominassem todos os outros povos do planeta, e não somente na África. Esse estudo, que analisa o aperfeiçoamento das técnicas de carnificina desenvolvidas pelas sociedades ocidentais, desde o período greco-romano até o século XX, não deixa dúvidas quanto à possibilidade de se erigir economias hegemônicas sobre a base da eficiência e a supremacia militar.” (p. 116).

Foi o colonialismo que marcou definitivamente a ideia de raça, numa dinâmica antagônica entre a raça branca e a raça negra, entre seres de luz, civilizados, e seres das trevas animalizados, tendo como prática a brutalidade, o arbítrio e a morte (FANON, 2008; MBEMBE, 2018). A distinção racial se configurou como “uma das tecnologias do colonialismo europeu” (ALMEIRA, 2018, p. 22) para a aniquilação de povos nas terras “conquistadas”, a exemplo: Américas e África.

Assim a lógica da guerra e da dominação supremacista branca conduziu o processo colonialista, estabelecendo monopólico

político-econômico nas colônias, mas também mundializando a ideia de colonialidade, que se refere

[...] a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. (TORRES, 2007 apud OLIVEIRA; CAUDAU, 2010, p. 18).

Frantz Fanon (2008), ao debruçar-se sobre o pretense complexo de dependência do colonizado, localiza o problema da colonização como aquele que comporta “não apenas a intersecção de condições objetivas e históricas, mas também a atitude do homem diante destas condições” (p. 84). O processo de escravização de povos africanos determinou a abrangência do processo civilizador europeu e pode ser caracterizado como “o maior de todos os escândalos, aquele que ultrapassou qualquer outra da história da humanidade”, como defende Abdias Nascimento (2016, p. 57).

A caracterização de raça aqui tomada como referência a entende não como um termo fixo:

(...). Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas” (ALMEIRA, 2018, p. 19).

Trata-se da construção ocidental dual entre o branco e o que se convencionou de preto. Ou seja, a construção do que é ser preta(o) se faz na oposição ou na negação do que não se quer ser para a pessoa branca. Achile Mbembe (2018) nos chama a atenção para esta relação circunscrita na construção da raça:

Visto em profundidade, a raça ademais é um complexo perverso, gerador de temores e tormentos, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes. Em sua dimensão fantasmagórica, é uma

figura de neurose fóbica, obsessiva e, por vezes, histórica. De resto, consiste naquilo que se consola odiando, manejando o terror, praticando o alterocídio, isto é, constituindo o outro não como semelhante a si mesmo, mas como objeto propriamente ameaçador, do qual é preciso se proteger, desfazer, ou ao qual caberia simplesmente destruir, na impossibilidade de assegurar seu controle total. (p. 27).

Assim a ideia de raça estabelece subjetividades calcadas nas oposições: bom/mau; belo/feio; puro/perverso. Frantz Fanon (2008), ao analisar com profundidade a construção do que é ser preto(o) na colonialidade, a partir da reflexão sobre o povo antilhano e sua relação com a Europa Francesa, reflete sobre a construção perversa da ideia de raça.

Numa dimensão subjetiva e psíquica, raça expressa o estatuto do Ser e do Outro, daquele que representa a humanidade e daquele que materializa o que está de fora, que deve ser combatido. Grada Kilomba (2019), ao mergulhar nas análises sobre o racismo cotidiano relatado em profundidade por duas mulheres da Diáspora Africana, caracterizada, em diferentes dimensões da vida, como a construção do a(o) outra(o) se faz. Desde a negação da própria natureza (expressão pelos cabelos crespos, historicamente alisados para se aproximar ao ideal branco), do lugar esperado para ser ocupado (a que limpa, a que serve), à negação da fala e capacidade de produção de conhecimento a ser considerado.

O racismo então se apresenta como a tecnologia cristalizada nas relações sociais, fundada na ideia ontológica do supremacista de raças. A concepção estrutural do racismo configura-se como um avanço da leitura da realidade e interpretação da história, relativo aos estudos das relações raciais, na medida em que não considera exclusivo da ação individual e/ou um imperativo institucional, o tipo de poder de um grupo sobre o outro e de um grupo sobre as instituições, ou de uma ordem social sobre as instituições. Sobre isso Silvio Almeida afirma:

[...] se é possível falar de um racismo institucional, significa que, de algum modo, a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de

alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar. Assim como a instituição tem sua ação condicionada a uma estrutura social previamente existente – o racismo que esta instituição venha a expressar é também parte desta mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de outro modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista. (ALMEIDA, 2018, p. 36).

Sendo estrutural, o racismo expressa-se na vida em sociedade nas suas diferentes dimensões, e alça a pessoa preta à exclusão igualmente estrutural. São as que, ainda hoje, figuram na divisão social do trabalho nos postos mais precarizados, sendo a maioria nos territórios periféricos das grandes cidades brasileiras e, como sinalizou Beatriz Nascimento, em diferentes momentos da sua produção intelectual, “ser negro é enfrentar uma história de quase quinhentos anos de resistência à dor, ao sofrimento físico e moral, à sensação de não existir, a prática de ainda não pertencer a uma sociedade na qual consagrou tudo o que possuía, oferecendo ainda hoje o resto de si mesma” (2018, p. 52).

Desta forma, o racismo se apresenta como articulação ideológica que garantiu e garante o desenvolvimento das sociedades capitalista ao passo que

[...] remete a uma divisão racial do trabalho, extremamente útil e compartilhado pelas formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. (GONZALEZ, 2018, p. 268).

Esta divisão racial pode ser, ainda na atualidade, percebida no âmbito dos esportes. Num olhar atento pode-se observar que há esportes de predominância de pessoas negras e o inverso, de predominância de pessoas brancas. E para além desta característica de um modo geral os esportes de maioria negra são os de práticas que requerem menos recursos financeiros se comparados ao seu oposto, de maioria branca. Falar diretamente sobre este aspecto do

mundo esportivo deve alçar a reflexões profundas que culminem em ações de enfrentamento a esta divisão racial.

Considerações transitórias sobre o racismo no esporte

As reflexões sobre a construção do conceito de raça, racismo a partir do colonialismo e colonialidade permitem caracterizar o racismo no Brasil como o que ainda impacta, e em muitos momentos determina as relações sociais e de poder. Relações estas experimentadas no âmbito dos esportes de alto rendimento quer seja pela tradição eurocentrada, quer seja pelas condições para a sua prática.

A predeterminação que o racismo supremacista branco impõe às pessoas de cor, no que se refere a sua força, traços da personalidade, sexualidade, capacidade cognitiva, beleza, etc, ainda pode ser observada, mesmo que em menores proporções, no mundo esportivo. Casos como os relatados no decorrer da realização dos Jogos Olímpicos de Tóquio, que levantaram ao debate em algumas transmissões, não devem ser tomados como pontuas ou circunstanciais. Do contrário, devem ser considerados exemplares para ações efetivas de enfrentamento ao racismo a partir da prática esportiva.

Neste sentido o esporte da e na escola pode cumprir um papel fundamental, na medida em que se proponha a convidar as/os estudantes a refletirem sobre as imagens, sobre as ideias pré-concebidas sobre negras e negros no esporte e sobre o supremacismo branco de algumas modalidades esportivas. Igualmente falar sobre práticas racistas, no sentido de visibilizá-las e combatê-las. Como nos ensinou Angela Davis “Numa sociedade racista, não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”. Ou seja, não basta ser vigilante nas práticas pessoas, é preciso se envolver no combate ao racismo nos diferentes espaços de convívio em sociedade, e o espaço escolar e acadêmico e *lócus* privilegiado para o avanço da luta antirracista.

Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ESPORTELÂNDIA. **Ana Marcela Cunha: biografia, medalhas, recordes e prêmios.** [S.I.] [2021?]. Disponível em: <<https://www.esportelandia.com.br/natacao/ana-marcela-cunha/>> Acesso em: 04 nov. 2021.

FANON, Frantz. **Pele negras, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Priscila Fernanda Santiago; AMORIM, Wellington Lima; DA SILVA, Everaldo. **Assédio moral no trabalho: uma forma de desengajamento moral.** Profanações, v. 6, n. Ed. esp., p. 137-154, 2019. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/prof/article/view/2370>> Acesso em: 20 out. 2021

FIRMINO, A. B. **Empoderamento e relações de poder: a cobertura feminista da copa do mundo da Rússia pelo projeto dibradoras.** FULIA/UFMG, v.4, n.1, jan-abr. 2019.

GIGLIO, Sergio Settani et al, **Desafios e percalços da inserção da mulher nos jogos olímpicos (1894-1965).** Revista de História do Esporte, Vol.11, n.1 p.1-22, Rio de Janeiro, 2018. Disponível: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/viewFile/17868/10860>> Acesso em: 12 set. 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez.**Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

IMPULSIONA. **10 Atletas Paralímpicos Brasileiros que você precisa conhecer.** Impulsiona, ago. 2021. Disponível em: <<https://impulsiona.org.br/atletas-paralimpicos-brasileiros/>> Acesso em: 08 nov. 2021.

JESUS, Simone Emiliano de; SILVA, Kátia Regina Xavier Pereira da. **Um material didático sobre desengajamento moral e violência de gênero.** Revista Contemporânea de Educação, v. 13, n. 28, set./dez. de 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/ndex.php/rce/article/view/15759/pdf>> Acesso em: 19 out. 2021

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MAEDA, Patrícia. **A luta pela inclusão de todas as mulheres nos esportes.** Carta Capital. [S.I.] 20 de ago. 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/sororidade-em-pauta/a-luta-pela-inclusao-de-todas-as-mulheres-nos-esportes/>> Acesso em: 18 out. 2021.

MATOS, Maureen Lessa; GITAHY, Raquel Rosan Christino. **A evolução dos direitos da mulher.** Colloquium Humanarum, v. 4, n.1, p. 74-90, jun. 2007. Disponível em: <<https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/223>> Acesso em: 19 set. 2021.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** São Paulo: N-1, 2018

MOORE, Carlos. **O racismo através da história:** da antiguidade à modernidade. Copyright 2007 @ Carlos Moore Wedderburn, 2007. Acesso em: 07 de setembro. Disponível em: <http://www.ammapsique.org.br/baixes/O-Racismo-atraves-da-historia-Moore.pdf>

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. 3ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Maria Beartiz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e intelectual:** possibilidades nos dias atuais da destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

OECD. **Education at a Glance**. OECD Indicators, OECD Publishing, Paris, 2019. Disponível em: <<https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/f8d7880d-en.pdf?expires=1637105870&id=id&accname=guest&checksum=7F5575EC6F3E7A8CB241B20B77F0D4D7>> Acesso em: 08 out. 2021

OLIVEIRA, Gabriela Aragão Souza; TEIXEIRA, Ana Paula de Oliveira. **Trilhando um novo caminho: a gestão esportiva**. Revista Gênero, v. 10, n. 1, p. 101-119, 2. sem. Niterói, 2009.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CAUDAU Vera Maria Ferrão. Pedagogia Decolonial E Educação Antirracista E Intercultural No Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 01, p. 16-40, 2010. Acesso em: 07 de setembro. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v26n1/02.pdf>

RIBEIRO, Paulo Silvino. **"O papel da mulher na sociedade"**; Brasil Escola, 2011. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/o-papel-mulher-na-sociedade.htm>> Acesso em: 20 out. 2021.

RUBIO, Katia; SIMÕES, Antônio Carlos. De espectadoras a protagonistas - a conquista do espaço esportivo pelas mulheres. **Movimento (Porto Alegre)**, Porto Alegre, v.5, n.11, p.50-56, out. 2007. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2484/1134>>. Acesso em: 15 out. 2021.

SANTOS, Tatiana. **Rebeca andrade: conheça trajetória difícil da medalha de prata olímpica**. Atualiza Mulher, Jul. 2021. Disponível em: <<https://atualizamulher.com.br/rebeca-andrade-conheca-trajetoria-dificil-da-medalha-de-prata-olimpica/>> Acesso em: 04 nov. 2021.

SILVA, Edna Morgana Brasil - **jogadora marta e o drible no machismo: um estudo do discurso jornalístico sobre as mulheres no esport**. UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL, Repositório institucional. Caxias do Sul, jul. 2020. Disponível em: <<https://>

repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/6910/TCC%20Edna%20Morgana%20Brasil%20da%20Silva.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 04 nov. 2021.

SOARES, Ingrid França Moraes; ALENCAR, Kamila de Sousa Aben Athar. **A desigualdade de gênero na diplomacia como reflexo do cenário internacional.** ONU MULHERES. [S.I.] [2017?]. Disponível em: <<http://cdn.editorasaraiva.com.br/wp-content/sites/24/2016/06/31124611/ONU-MULHERES.pdf>> Acesso em: 18 out. 2021

UOL. **Maratona Aquática: Ana Marcela Cunha conquista o ouro nos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020.** AFP AGÊNCIA DE NOTÍCIAS GLOBAL. ago. 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/esporte/ultimas-noticias/afp/2021/08/03/maratona-aquatica-ana-marcela-cunha-conquista-o-ouro-nos-jogos-olimpicos-de-toquio-2020.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em: 04 nov. 2021.

WALSH, Mariana. **Mulheres que fizeram história em Tóquio.** NINJA Esporte Clube, ago. 2021. Disponível em: <<https://midia.ninja.org/ninjaesportecolube/mulheres-que-fizeram-historia-em-toquio/>> Acesso em: 13 set. 2021

CAPOEIRA E SEUS ATRAVESSAMENTOS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: POSSIBILIDADES NO ENSINO REMOTO¹

Michele Pereira de Souza da Fonseca – EEFD/UFRJ/LEPIDEFE
Maria Luíza Mendes Santos – EEFD/UFRJ/LEPIDEFE

Introdução

As relações dialéticas e processuais entre inclusão e exclusão estão presentes em diversos âmbitos e aspectos em nossa sociedade, incluindo o ambiente escolar e especificamente a Educação Física escolar.

Neste estudo, nos apoiamos em um referencial teórico que se refere a um conceito de inclusão que é amplo, dialético, infundável e processual. Este se faz amplo porque considera os diferentes marcadores sociais da diferença, como: etnia, racialidade, sexualidade, gênero, nacionalidade, classe social, dentre outros, não se limitando apenas à deficiência, entendendo e valorizando as diferenças que nos constituem como sociedade e atendendo à singularidade de cada indivíduo. Ao mesmo tempo, ele é dialético e processual, pois se dá a partir do diálogo com as diversas exclusões existentes em nossa sociedade. Mesmo assim, este é infundável, porque entendemos a inclusão como um processo contínuo, que ocorre a partir das novas exclusões. (SAWAIA, 2017; BOOTH E AINSCOW, 2011, CANDAU, 2020).

Desse modo, torna-se fundamental a tematização, o debate e o diálogo acerca desses processos de inclusão/exclusão dentro da escola, principalmente nas aulas de Educação Física, que é fortemente marcada por um histórico higienista, militarista e

¹ <https://doi.org/10.51795/978652650948779104>

esportivizante, focada na performance e no rendimento. Considerando este contexto, Bracht (1999) noticia um aumento e valorização do rendimento atlético-esportivo dentro do ambiente escolar, que tinha como um dos objetivos a preparação de novas gerações para representar o país no campo esportivo, sendo a escola um local de treinamento para tais campeonatos, uma “fábrica” de novos talentos ou onde estes são descobertos. No entanto, nas décadas de 1980 e 1990 há uma ressignificação e ampliam-se as concepções do que é Educação Física, em termos do discurso e de referenciais teóricos fundantes.

O Coletivo de Autores (1992) apresenta uma concepção de currículo escolar que deve estar ligada a um projeto político-pedagógico, em que se destaca a função social da Educação Física, principalmente tematizando formas de atividades expressivas corporais, como jogo, esporte, danças e ginástica, que se configuram como elementos da cultura corporal. Nesse cenário, apesar da Educação Física já ter sofrido diversas modificações e atualizações no campo teórico, ainda é possível ver resquícios do primeiro conceito acima citado, no qual prioriza-se a prática voltada para a técnica e a não reflexiva.

Nesse sentido, considerando a inclusão como um conceito amplo e inquietados por exclusões que ainda estão presentes nas práticas da Educação Física Escolar, entendemos a extensão universitária como um campo rico para refletir e ressignificar as ações pedagógicas. Assim, o Projeto de Extensão de Educação Física escolar na perspectiva inclusiva (PEFEPI) operacionaliza este conceito de inclusão aproximando a escola e a universidade, contribuindo para que o/a estudante, ainda durante a sua formação, se reconheça e se construa como docente.

O PEFEPI é vinculado à Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EEFD-UFRJ) e acontece por meio da parceria do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Inclusão e Diferenças na Educação Física Escolar (LEPIDEFE), com a participação de estudantes e docentes da UFRJ juntamente com docentes de Educação Física da Escola Municipal Brigadeiro

Eduardo Gomes. Tem como objetivo proporcionar colaborativamente ações inclusivas nas aulas de Educação Física na escola parceira, considerando e respeitando as diferenças presentes entre os/as estudantes participantes.

No projeto, utilizamos estratégias pedagógicas inclusivas como a diversificação de conteúdos e o ensino colaborativo de modo a operacionalizar o conceito de inclusão nas aulas, planejamentos e avaliações.

O ensino colaborativo é uma expressão fortemente associada ao campo da Educação Especial, de modo a atender, considerando aspectos legais e pedagógicos, o público-alvo da Educação Especial composto por estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação. Tal ação pedagógica acontece com um docente especialista em Educação Especial atuando junto ao docente regente da classe regular, sendo uma das possibilidades de atendimento educacional especializado estrito ao público-alvo citado. (BRAUN E MARIN, 2016; MENDES, ALMEIDA E TOYODA; 2011; VILARONGA E MENDES, 2014).

Adotamos nas ações do PEFEPi a nomenclatura ensino colaborativo como estratégia pedagógica inclusiva inspiradas por essa elaboração acima exposta, porém, atendemos todos os/as estudantes da turma, e não são somente o público-alvo da Educação Especial. Além disso, a ação colaborativa acontece entre professoras regentes, estudantes extensionistas e coordenadora do projeto, de modo que toda nossa atuação parceira, dialógica e não hierarquizada tem como pressuposto principal considerar as singularidades e necessidades específicas dos/as estudantes no sentido da perspectiva inclusiva e de ampla participação.

A diversificação de conteúdos é outra estratégia pedagógica inclusiva desenvolvida no projeto, que apoiada em Fonseca e Ramos (2017), se utiliza da variação e valorização dos elementos da cultura corporal (danças lutas, esportes, ginásticas, jogos e brincadeiras) de modo a proporcionar ações mais inclusivas e participativas, aumentando as possibilidades de experiências corporais e reflexivas desses conteúdos e objetivando se distanciar da ênfase prioritária na

aptidão física ainda presentes na Educação Física Escolar. Nesse sentido, tal diversificação é inerente aos conteúdos e seus desdobramentos, mas também nas metodologias, abordagens e formas de avaliação considerando a perspectiva inclusiva.

A operacionalização das estratégias pedagógicas inclusivas ensino colaborativo e diversificação de conteúdos construídas pelo PEFEPi estão registradas em estudos de Caloieiro, Coelho e Fonseca (2021); Fonseca et al (2021) e Amorim, Brito e Fonseca (2022) e dialogam com os pressupostos freireanos no sentido da educação dialógica, crítica e emancipadora em construção coletiva com os/as estudantes e não somente para eles/elas (FREIRE, 1996; 2013).

Este projeto foi criado em 2015 e desde 2017 acontece presencialmente na citada escola, no entanto, o ano de 2020 promoveu diversas modificações no que era habitual na sociedade. No dia 11 de março do mesmo ano, o novo coronavírus foi caracterizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia. Esse termo refere-se à diversa distribuição geográfica, reconhecendo que, naquele momento, eclodiram-se picos do novo coronavírus em vários países e regiões do mundo (OPAS, 2021). Dava-se então início a pandemia da Covid-19 que perduraria por um longo período de tempo, gerando consequências em todas as esferas da sociedade, tanto econômico quanto social, cultural e político.

No Brasil, as mudanças dentro da rotina de todos os indivíduos foram drásticas, com fases de quarentena, restrição do número de pessoas em locais fechados, o uso de máscaras, o distanciamento social, o aumento do desemprego e o constante medo do invisível. Sobre essa temática, Santos (2020) retrata que:

Ao contrário do que é veiculado pelos media e pelas organizações internacionais, a quarentena não só torna mais visíveis, como reforça a injustiça, a discriminação, a exclusão social e o sofrimento imerecido que elas provocam. Acontece que tais assimetrias se tornam mais invisíveis em face do pânico que se apodera dos que não estão habituados a ele. Grande parte da população do mundo não está em condições de seguir as recomendações da Organização Mundial de Saúde para nos defendermos do vírus porque

vive em espaços exíguos ou altamente poluídos, porque são obrigados a trabalhar em condições de risco para alimentar as famílias, porque estão presos em prisões ou em campos de internamento, porque não têm sabão ou água potável, ou a pouca água disponível é para beber e cozinhar, etc. (SANTOS, 2020, p.21)

A escola e a educação foram intimamente influenciadas por tal evento, que segue gerando consequências e mudanças na realidade brasileira. Mesmo nesse contexto, as diretrizes da extensão universitária interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino, pesquisa, extensão, impacto na formação do estudante e impacto na transformação social (FORPROEX, 2012), bem como as inspirações freireanas orientaram as ações do projeto de extensão.

Assim, este estudo tem como objetivo relatar a experiência a partir da tematização do elemento da cultura corporal Capoeira nas aulas remotas de Educação Física para o 8º e 9º ano e seus atravessamentos à luz da perspectiva inclusiva no contexto da pandemia.

Caminhos metodológicos

Tanto no projeto quanto neste estudo, a metodologia utilizada é a pesquisa-ação, que consiste na participação conjunta de pesquisadores/as e pesquisados/as em torno de uma ação planejada, na forma de uma intervenção com mudanças na situação investigada (THIOLLENT, 2011).

Este é um relato de experiência, que apoiadas em Grollmus e Tarrés (2015), se constitui como uma forma de narrativa que intenciona expressar acontecimentos e experiências vividas de forma subjetiva e detalhada, permeada com aporte científico. As experiências relatadas e refletidas neste artigo são decorrentes dos conteúdos sobre capoeira a partir das devolutivas expostas por cerca de 26 estudantes das turmas do 8º e 9º ano, por meio de *padlet*, discussão nas aulas síncronas e *google forms*. Para a discussão das

experiências narradas, elencamos categorias que emergiram a partir da construção coletiva com os/as estudantes.

A escola se situa no bairro da Ilha do Governador, zona norte do Município do Rio de Janeiro, e acolhe estudantes que moram nas redondezas e para quem, infelizmente, as tecnologias necessárias ao ensino remoto não chegaram a todos/as.

Relatando a experiência: a capoeira em tela

O ensino remoto acarretou uma reestruturação da organização da dinâmica das aulas sempre pensando em possibilidades que ampliem a participação de todos e todas os/as estudantes nos momentos de troca, reflexão e diálogo. A solução que mais se encaixava nesse contexto, à realidade dos/as estudantes, era a realização de atividades assíncronas em uma frequência de uma vez por semana e encontros síncronos uma vez por mês, em horário regular da disciplina. Essa estratégia foi pensada de maneira conjunta entre os/as professores/as em formação, as professoras regentes e a coordenadora a partir das devolutivas dos/das estudantes e o diálogo com os mesmos.

A temática de trabalho proposta para o ano de 2021, após um período de reflexão e diálogo, foi de tematizar novamente o que havia sido introduzido no ano de 2020, uma vez que houveram poucas devolutivas e poucos momentos de diálogo com esses/as estudantes devido às turbulências e adaptações da escola e da sociedade as implicações do novo coronavírus.

Nesse sentido, a primeira abordagem desse tema foi feita em uma plataforma digital denominada *padlet*, em uma atividade assíncrona. Essa ferramenta foi proposta pelo grupo devido ao grande retorno que a mesma proporciona, em relação às demais ferramentas que já haviam sido utilizadas. Além disso, essa plataforma permite uma maior organização das respostas, bem como a possibilidade de adicionar fotos, textos e cores, fatores esses que parecem auxiliar e motivar as devolutivas dos mesmos. Nesse primeiro momento, foi feita uma breve introdução sobre o

elemento da cultura corporal, a capoeira, que seria introduzido no semestre. A partir disso, foram propostas três perguntas para instigar os/as estudantes, além de fazer com que começassem a pesquisar e buscar em suas memórias sobre essa manifestação cultural. As perguntas foram: “O que é capoeira para vocês? Vocês conhecem alguém que pratica? Já viram essa luta em algum lugar?” No padlet houve 20 devolutivas para essa atividade, incluindo estudantes tanto do 8º quanto do 9º ano.

Fig.1: Printscreen da ferramenta Padlet utilizada para apresentar a Capoeira, com algumas respostas.



Fonte: material didático das autoras

Com base nas devolutivas dos/as estudantes, emergiram três categorias de discussão. A primeira categoria aborda o não conhecimento da capoeira no cotidiano de alguns estudantes. No entanto, apesar de alguns falarem que não conhecem a manifestação da capoeira em si, possuem algumas informações atreladas a esse elemento.

Não conheço nenhum filme mas sei que o Saci do Sítio do Pica Pau amarelo perdeu a perna lutando capoeira. (estudante 1)

Eu não sei nada sobre a capoeira, nada mesmo, nem música, vídeo nada. (estudante 2)

Não sei nada sobre capoeira. Nunca vi alguém fazendo, nunca ouvi música, nunca ouvi nada sobre. (estudante 3)

Nesse sentido, é importante pensar que apesar de quase 20 anos após a instituição da Lei 10.639 de 2003 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio (BRASIL, 2003), com base nessas respostas, pouco parece ser debatido sobre esse tema dentro da sala de aula. A partir dessa questão, é fundamental problematizar quais são os conteúdos prioritários a serem tematizados dentro do ambiente educacional nas aulas de educação física e sinalizar a invisibilização do que não é hegemônico e eurocêntrico.

Desse modo, é possível perceber um movimento de apagar a nossa história, uma vez que há uma desvalorização da capoeira e dos movimentos africanos e indígenas que detém parte fundamental na constituição da cultura brasileira. Reforçamos assim, a importância da diversificação de conteúdos como estratégia pedagógica inclusiva, uma vez que não apenas expande a possibilidade de tematização dos diferentes elementos da cultura corporal com o intuito de ampliar a participação dos/das estudantes, mas também traz para o foco práticas corporais que foram por muito tempo invisibilizadas e marginalizadas, potencializando debates, trocas, discussões e colaborando para a formação de um pensamento crítico e reflexivo. (FONSECA e RAMOS, 2017; FONSECA, et al., 2021)

Outra questão importante ocorre quando o estudante 1 responde que o Saci perdeu a perna lutando capoeira. Neste ponto se torna interessante repensar quais referências e informações os/as estudantes têm acesso acerca das lendas do folclore brasileiro. Para entender a origem desta afirmação, buscamos no google “saci perdeu a perna” e como resultado encontramos cerca de 5 sites que contam essa história narrada pelo estudante, inclusive presente em um documento amplamente divulgado na internet e vinculado à Secretaria Municipal de Educação de Bauru:

O saci possui apenas uma perna, usa um gorro vermelho e sempre está com um cachimbo na boca. Inicialmente, o saci era retratado como um curumim muito levado, com duas pernas, cor morena, além de possuir um rabo típico. Com a influência da mitologia africana, o saci se transformou em um negrinho que perdeu a perna lutando capoeira, além disso, herdou o pito, uma espécie de cachimbo, e ganhou da mitologia europeia um gorrinho vermelho².

Essa referência reforça uma visão racista, ao apontar que o Saci era moreno e se “transformou em um negrinho”, além de ser capacitista ao afirmar que o mesmo “perdeu uma perna” lutando capoeira. Ambas as afirmativas resultam em uma visão preconceituosa e problemática dessa história, na qual a capoeira é inserida em um cenário extremamente violento e não fundamentado ou referenciado por fontes fidedignas.

Araújo (1973) em seu livro “Cultura popular brasileira” ao contar a história do Saci enquanto mito primário, utiliza-se de termos como “negrinho”, “moreninho” e “pretinho”, que podem ser atualmente associados a expressões pejorativas e racistas, no entanto, em nenhum momento é contado que o mesmo teve sua perna amputada em uma luta de capoeira, mas sim que ele é um ser de uma perna só.

Pela internet também circula outra versão que cita a lenda do Saci³:

Você sabe por que o Saci tem só uma perna? De acordo com a lenda contada pela Chiara Conte, o Saci foi escravizado e teve sua perna presa para não fugir. Ansiando por sua liberdade, ele corta a própria perna para conseguir fugir. Por isso, o Saci Pererê não é só mais um personagem do folclore brasileiro, ele também é símbolo da força e da liberdade do povo preto.

² Educação - Prefeitura Municipal de Bauru / Escolas Municipais de Educação Infantil – Para saber mais acesse: CARLOS CORRÊA. VIANNA.

³ Radinho BdF convida você para brincar com o Saci Pererê – Para saber mais acesse: RADINHO BDF.

Por que esta última versão, também popularizada pela internet, não ganha vulto como a primeira que citamos a partir da fala do estudante 1? Por que esse movimento, de alguma maneira, continua sendo invisibilizado? Nesse sentido, é interessante repensar e problematizar os materiais que estão de amplo acesso na internet, caso contrário tais concepções serão estereotipadas e reproduzidas junto a esses/as estudantes, não colaborando para a formação de um pensamento crítico e reflexivo e sim, perpetuando preconceitos.

A segunda categoria, que comporta a maioria das respostas, emergiu a partir do momento em que os/as estudantes associaram a questão da capoeira principalmente como uma luta ou uma dança.

Pra mim a capoeira é ao mesmo tempo uma luta e uma arte, quando eu era menor eu fiz dois anos de capoeira e aprendi a tocar berimbau, mas não me interessei muito. Nunca assisti filmes ou escutei músicas referentes a capoeira. (estudante 8)

Capoeira é uma dança que também pode ser usada como arma, é uma arte Márcial muito boa eu que luto jiu jitsu tenho vontade de aprender capoeira, a capoeira pode ser usada em campeonatos de jiu jitsu, luta livre e muitos outros e muitas das vezes não é usado tatame na hora da luta (treino). (estudante 9)

Capoeira é uma dança/luta, da cultura africana. Eu não conheço nenhum filme ou música, mas adoraria conhecer! (estudante 10)

Para mim capoeira é um estilo de arte Márcial e dança com uma história única. Não conheço alguém que pratique. Provavelmente já vi em algum lugar, porém não vou me lembrar exatamente onde. Não conheço nenhum exemplo de filme, música, série ou vídeo sobre. (estudante 11)

A partir dessas respostas podemos perceber que como abordado anteriormente há uma predominância da capoeira associada à luta/dança como uma manifestação eminentemente prática. Segundo Pasqua (2011), apoiada em Araújo (1997), a Capoeira em sua gênese se aproxima da concepção de luta

atravessada por questões lúdicas e festivas. Nesse sentido, podemos entender que essa manifestação corporal apesar de possuir em sua origem aproximações com as artes Mârciais ela também está atrelada a manifestações da dança, ampliando o que se entende por Capoeira.

Já a terceira categoria, a partir das respostas dos/as estudantes, associa a capoeira não só ao contexto de luta e/ou dança, mas também está fortemente atrelada a um contexto cultural. Além desse fator, podemos perceber que nessas falas a capoeira já está mais presente no cotidiano desses estudantes, ou alguns já praticaram, ou já viram alguém praticar e assim, conseguem até associar o tema a alguns filmes ou músicas.

Capoeira cultural brasileira, que mistura arte Mârcial, esporte, cultura popular, dança e música. Já vi capoeiras em bairros e também já vi o filme Maré Capoeira. (estudante 4)

Capoeira é uma expressão cultural brasileira que compreende os elementos: arte-Mârcial, esporte, cultura popular, dança e música. (estudante 5)

Capoeira e uma cultura brasileira eu já lutei eu já vi em filme o nome do filme e besouro cordão de ouro (estudante 6)

A capoeira é uma representação cultural que mistura esporte, luta, dança, cultura popular, música e brincadeira. Não conheço ninguém que pratica. Também não vi essa luta em nenhum lugar. Existe uma música que toca quando pessoas lutam capoeira o nome dela é paranauê. (estudante 7)

A capoeira é um estilo de luta dançante, onde você se movimenta de acordo com o ritmo que a música é tocada, esses movimentos são tão uma forma de lutar e de comunicar-se com seu corpo, podendo trazer satisfação física e espiritual. Muitos falam que a capoeira surgiu na África, mas na verdade, ela é um patrimônio brasileiro, ela é a mistura da cultura brasileira e africana. (estudante 12)

Pasqua (2020) apoiada em Tavares (2012), apontam avanços relacionados à definição da Capoeira quando afirmam que a mesma se constitui enquanto arte-jogo-luta, em uma “performance

interseccional, que se edifica enquanto arte do movimento” (p.33). A partir desse fator, é importante repensar a pluralidade de atravessamentos que uma mesma manifestação possui e que não podem ser reduzidas a rotulações meramente práticas, sem que haja um conhecimento ou uma problematização sobre tal temática.

Desse modo, foi possível observar que alguns estudantes já possuíam esse contato com a capoeira, além de ter experiências muito enriquecedoras que possibilitaram agregar e trocar com os demais colegas de classe, com as professoras e com os/as extensionistas. Esta é a maneira como operacionalizamos o ensino colaborativo nas ações do projeto, com inspirações freireanas, ao se distanciar de uma educação bancária, considerando os/as estudantes como sujeitos transformadores do mundo, desenvolvendo sua consciência crítica, em diálogo constante com elas e não somente para ou sobre elas (FREIRE, 2013).

Em um segundo momento, cerca de uma semana após tais devolutivas que foram feitas de maneira assíncrona, foi possibilitado com a anuência da escola um encontro síncrono que foi realizado no dia em que se comemora a abolição da escravidão no Brasil. Durante esse encontro, houve cerca de dez estudantes presentes dentro de uma turma de trinta e cinco.

Nesse sentido, é importante problematizar a questão de acesso desses/as estudantes principalmente em momentos síncronos, que exigem uma conexão estável e uma maior qualidade de internet além de um dispositivo para realizar o acesso, seja um computador, celular ou tablet, fatores esses que, infelizmente, não são comuns a maioria dos/as estudantes dessa realidade específica. Tal fato corrobora com dados da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro de 2020⁴: “mais da metade (54%) dos alunos de todo o Estado do Rio de Janeiro enfrentam problemas de acesso à internet; desses, 10% não dispõem de nenhum tipo de conexão. (...) Não mais que 12% conseguem acessar as aulas online”.

⁴ Disponível em: <https://www.defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/10723-Meta-de-dos-alunos-sofre-por-falta-de-computador-e-acesso-a-internet>

A aula teve duração de cerca de 50 minutos e estavam presentes além dos/das estudantes, as estudantes extensionistas, bem como as duas professoras responsáveis pelas turmas na Educação Física. O início desse momento se deu com uma música de roda de capoeira ao fundo, que estava tocando enquanto os/as estudantes iam entrando na sala de aula virtual. Tal fato já gerou uma reflexão, pois alguns estudantes abordaram que essa música os remetia a experiências já vividas dentro do universo da Capoeira.

Para começar o diálogo sobre o tema, foi proposto a elas e eles que contassem suas experiências com a capoeira, visto o que já tinha sido abordado na aula anterior, pela plataforma *padlet*. Um estudante relatou que sua mãe é capoeirista, e que na sua primeira participação na roda, estava tímido e com medo de errar, porém recebeu apoio do grupo, se sentindo mais confiante e confortável para tentar realizar os movimentos.

Nesse momento foi problematizado a questão da técnica perfeita, que assim como nesse ambiente de roda, as aulas de educação física devem ser um espaço de acolhida e receptividade das diferentes maneiras de manifestações corporais, possibilitando aos estudantes diferentes meios de realização de um mesmo movimento. Assim, podemos perceber a importância de diversificar não apenas os conteúdos, mas também as metodologias de ensino e as abordagens tanto no ambiente presencial quanto remoto com o intuito de contemplar o maior número de estudantes e ampliar a participação. (FONSECA E RAMOS, 2017; CALOIRO, COELHO E FONSECA, 2021).

Em outras palavras, quando falamos em participação, nos afastamos da ideia de que todos devem produzir exatamente os mesmos gestos para o sucesso da atividade, mas consideramos a real possibilidade motora do aluno, as atitudes e intenções demonstradas por ele, bem como os conhecimentos trazidos, refletidos e ressignificados por ele durante a aula. (FONSECA e RAMOS, 2017, p. 199)

Nesse sentido, é importante considerar que para uma educação pautada na perspectiva inclusiva, é fundamental

expandir o conceito de participação, respeitando as singularidades de cada estudante e valorizando suas potencialidades dentro do contexto escolar.

Ainda durante esse momento de abertura e troca, alguns estudantes afirmaram que nunca haviam praticado a Capoeira, enquanto outros trouxeram a informação de que já haviam praticado muito novos, mas não se recordavam. Desse contexto, pode-se perceber que a maioria demonstrou muito interesse em aprender e seguir descobrindo novas informações sobre essa temática.

As professoras regentes seguiram a aula dando ênfase à história da capoeira, trazendo a questão dos Quilombos e questionando se os mesmos sabiam o que este simbolizava. Um estudante respondeu dando um exemplo do Quilombo dos Palmares e afirmando que era um local que abrigava vários outros quilombos. A partir desse diálogo reforçou-se a temática tanto da Capoeira como um movimento de resistência, quanto os quilombos serem entendidos como comunidades de fuga. Nesse sentido, podemos nos embasar em Camille Adorno (1987) quando afirma:

A resistência se manifestava nos seus cultos, onde a dominação era simbolicamente contestada. O candomblé foi - e ainda é - um ritual de liberdade, protesto, reação à crueldade e opressão do Deus dos brancos. Dançar, bater, rezar e cantar eram modos encontrados para alívio da asfixia da escravidão. A dominação era contestada também ao nível do real - na fuga das fazendas e na formação de quilombos, aldeias de negros foragidos, onde tentavam reconstituir em matas brasileiras o modo de vida que levavam na África. (ADORNO, 1987, s/p)

Desse modo, após tais apresentações e proposta de reflexão, iniciou-se um diálogo, introduzido pelas professoras e extensionistas, sobre as consequências da marginalização dessa manifestação corporal e de seus praticantes, majoritariamente negros e escravizados, que possuem repercussões até os dias de hoje. Fato esse, que mesmo hoje, mais de 130 anos após a abolição formal da escravatura, há consequências de um racismo estrutural, no qual negros/as são continuamente subalternizados,

gerando consequências de preconceitos e estigmas que atingem toda a sociedade.

Abordando especificamente detalhes sobre o histórico da Capoeira, é essencial refletir que tal prática foi proibida em espaços públicos no código penal de 1890 (BRASIL, 1890), no entanto nada se comentava sobre a sua manifestação em ambientes fechados. Apesar da ideia preconceituosa e problemática do governo brasileiro de erradicar essa prática, a mesma segue trilhando seu caminho na história da cultura brasileira enquanto movimento de resistência. Apenas em 1934, durante o Governo de Getúlio Vargas a Capoeira passa a ter reconhecimento e um maior prestígio dentro da sociedade (CORDEIRO e CARVALHO, 2013). Entretanto, é importante ressaltar que esse reconhecimento é fruto também de interesses governamentais refletindo o ambiente de disputas atrelados à política brasileira, bem como o fato de seus principais praticantes, os negros/as, continuarem a margem dessas decisões e subalternizados no convívio em sociedade.

Hoje é possível perceber que a capoeira enquanto prática cultural afro brasileira passou por inúmeros processos de luta e afirmação para alcançar o seu reconhecimento nacional, enquanto Patrimônio Cultural Brasileiro declarado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)⁵ em 2008, e internacional como Patrimônio Cultural Imaterial, reconhecido pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura)⁶ em 2014, sendo a única luta patrimônio do mundo.

Em um segundo momento, ainda durante a aula síncrona, foi instigado que os/as estudantes pensassem sobre essa situação de exclusão resultando em um diálogo sobre expressões e comentários racistas e preconceituosos, que estão enraizados no nosso cotidiano e são comumente reproduzidos sem que haja uma problematização

⁵ Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Titulacao_da_roda_de_capoeira.pdf

⁶ Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2014/11/1493921-unesco-declara-roda-de-capoeira-patrimonio-imaterial-da-humanidade>

ou reflexão sobre sua origem. Nesse sentido, o debate foi iniciado com algumas expressões apontadas pelos estudantes, como por exemplo, “criado mudo”, “lápiz cor de pele” e “ovelha negra da família”, entendendo o seu significado e dando início a uma atividade que seria continuada de maneira assíncrona na plataforma do *google forms*. Apesar do diálogo e da troca estarem muito enriquecedoras, os encontros síncronos têm duração de apenas uma hora com cada turma, sendo necessário que houvesse um encerramento com tais expressões que seriam retomadas na atividade assíncrona seguinte.

Na semana posterior, respeitando o acordo de uma atividade semanal, com o intuito de retomar os debates propostos na atividade síncrona, foi realizada uma atividade assíncrona desta vez na plataforma do *google forms*. Nesse sentido, ao encontro da estratégia pedagógica inclusiva diversificação de conteúdos, entendemos a necessidade de outras plataformas e metodologias, com o intuito de motivar e contemplar o maior número de estudantes e as múltiplas possibilidades de aprendizagem. Nesse espaço online, foram feitas perguntas sobre a capoeira e as temáticas transversais que foram abordadas, com o intuito de entender, enfatizar e registrar o processo de aprendizagem das turmas.

Desse modo, foi percebido que os/as estudantes do 8º e 9º ano participaram com 26 respostas, um número maior desde a primeira atividade, no entanto, muito distante do esperado no ensino presencial. O formulário proposto para as turmas e pensados de maneira conjunta entre os/as extensionistas, as professoras regentes e a coordenadora do projeto tinha como propostas quatro indagações, sendo elas: “Conte o que influenciou a origem da capoeira”, “A capoeira é uma luta de resistência, explique esta expressão”, “O que aconteceu com os povos escravizados, após a abolição da escravidão” e “Existem muitas expressões utilizadas na língua portuguesa que são consideradas racistas, cite as que você conhece”.

Fig. 2: Print Screen da atividade proposta no google forms para os/as estudantes

ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA - CAPOEIRA	
CONTE O QUE INFLUENCIOU A ORIGEM DA CAPOEIRA. *	
Sua resposta	
A CAPOEIRA É UMA LUTA DE RESISTÊNCIA. EXPLIQUE ESTA EXPRESSÃO. *	
Sua resposta	
O QUE ACONTECEU COM OS POVOS ESCRAVIZADOS, APÓS A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO? *	
Sua resposta	
<small>O POVO AFRICANO FOI ESCRAVIZADO PELOS PORTUGUESES, COM O DISCURSO DE SUPERIORIDADE DE BRANCO, PELA COR DA PELE E POR TER UMA CULTURA DIFERENTE DA EUROPEIA. ESTE DISCURSO FORTALECEU A DESIGUALDADE E A FORÇA DE TRABALHO BARATA. NESTE CENÁRIO, AS PESSOAS LIBERTADAS DA ESCRAVIDÃO SOMARIAM-SE AOS POBRES, ALÉM DE SEREM DISCRIMINADOS PELA COR, FORMAM MARGINALIZADOS PELA SOCIEDADE. COM O PASSAR DOS ANOS, RECONHECENDO AS DIFERENÇAS, O POVO NEGRO, COM MUITA RESISTÊNCIA, CONTRIBUIU LUTANDO PELA REALIZAÇÃO DE OPORTUNIDADES PARA TODOS E TODAS, SEM DISTINÇÃO DE RAÇA. A FIM DE ROMPER COM O PRECONCEITO RACIAL, MAS SERÁ QUE REALMENTE JA CONSERVAMOS ALGUMAS DESTA NOÇÃO DE QUE TODOS E TODAS MERECEM RESPEITO E CONQUISTA DE DIREITOS? ANTES PODEROS PERCEBER AS INFLUÊNCIAS DESSE PERÍODO DA HISTÓRIA, TENDO CONSEQUÊNCIAS ATÉ HOJE, COMO POR EXEMPLO, PALÁE E ATITUDES FRECONCETUOSAS CONTRA A POPULAÇÃO NEGRA: O RACISMO ANTE E ATUAL E A LUTA CONTRA A SUA MANTENÇÃO É CONSTANTE.</small>	
	EXISTEM MUITAS EXPRESSÕES UTILIZADAS NA LÍNGUA PORTUGUESA, QUE SÃO CONSIDERADAS RACISTAS. CITE AS QUE VOCÊ CONHECE. *
Sua resposta	
	FICOU ALGUMA DÚVIDA? O QUE GOSTARIAM DE SABER MAIS SOBRE A CAPOEIRA? *
Sua resposta	
	SE CUIDEM!!! 🙏

Fonte: registro das autoras

A primeira pergunta que questionava o que influenciou a origem da capoeira resultou em algumas respostas muito interessantes como:

A capoeira era uma forma de luta e resistência, só que para que não desconfiassem os escravos adaptaram os movimentos, assim fazendo com que tudo parecesse uma simples dança. (Estudante A)

Muitos negros foram trazidos da África para o Brasil para trabalhar nos engenhos de cana-de-açúcar, nas fazendas de café, nas roças ou nas casas dos senhores. A capoeira era uma forma de luta e de resistência. Durante muito tempo a capoeira foi proibida. (Estudante B)

Como os escravos eram agredidos por seus escravocratas, a capoeira foi inventada com o objetivo de conseguir se defender dos ataques e terem prática nas fugas, assim, sendo disfarçada como uma dança para não serem descobertos. (Estudantes C)

O cenário de violência e exploração durante a colonização do Brasil. (Estudante D)

O Código Penal Brasileiro de 1890 afirmava em seu artigo 402 como crime “fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem” (BRASIL, 1890). Desse modo podemos perceber, que apesar dessa informação não haver sido compartilhada com os/as estudantes eles já possuíam um conhecimento prévio sobre o aspecto histórico da capoeira, bem como um posicionamento crítico sobre a sua origem, dentro de um contexto sócio-político-cultural, sendo sempre fundamental entender os/as estudantes enquanto seres detentores de conhecimento, entendendo a educação como um processo de construção com eles e elas e não exclusivamente para os mesmos, como nos assinala Freire (2013).

Ademais a esse fator, é fundamental que a tematização da capoeira ocorra não apenas em datas que remetem a eventos históricos como dia 13 de maio, quando foi assinada a Lei Áurea ou 20 de novembro que é denominado Dia da Consciência Negra, caso contrário poderia culminar em um reforço de estereótipos e condicionar essa discussão apenas a esses momentos pontuais.

A segunda pergunta proposta para os/as estudantes foi questionando se a capoeira era uma luta de resistência e pedindo para os mesmos explicarem tal expressão.

Não só a capoeira mas também a cultura africana era e é desvalorizada, essa luta não é só por defesa física mas também uma resistência e preservação cultural. (Estudante D)

A capoeira é uma luta de resistência, pois ela é uma resistência cultural e também é um dos símbolos da identidade cultural brasileira. (Estudante E)
Por terem sido escravizados por muitos, muitos e muitos anos, a capoeira se tornou um símbolo de resistência e luta por conta de seus princípios de defesa. (Estudante C)

A capoeira foi declarada patrimônio imaterial da humanidade em 2014 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura . Ela representa a resistência dos escravos à bruta violência a que eram submetidos em tempos coloniais e imperiais no Brasil. (Estudante F)

A partir das respostas trazidas pelos/as estudantes podemos perceber que mais uma vez o conceito de resistência está muito atrelado ao imaginário deles/as acerca da capoeira. A estudante F citou até mesmo o fato da capoeira ser reconhecida enquanto patrimônio imaterial da humanidade pela UNESCO em 2014, enfatizando que ou os mesmos se interessaram pela temática e buscaram informações para além da disciplina da Educação Física ou os mesmos já possuíam um conhecimento prévio acerca da temática. Em ambos os casos, é entendido que as disciplinas na escola, devido ao seu tempo restrito e a infinidade de possibilidades de conteúdos, dificilmente conseguem contemplar todas as manifestações corporais e seu atravessamentos, mas sim dar subsídios para que os mesmos construam seus conhecimentos e possuam um pensamento crítico questionando o que está posto tanto em livros quanto na internet, colaborando para a formação de um cidadão autônomo e crítico.

A terceira pergunta proposta para os/as estudantes foi questionando o que havia acontecido com os povos escravizados após a abolição da escravidão, e algumas respostas foram:

Não tinham pra onde ir, o que comer ou vestir, a partir disso eles se colocavam em situações de trabalho precárias para se sustentar. (Estudante A)

Continuaram, por muitos anos, sendo totalmente oprimidos, não tendo direito a nada, chegando até a tornar a prática da capoeira proibida, que felizmente foi derrubada por Getúlio Vargas, tornando um esporte. (Estudante C)

Os negros não tinham nenhum direito garantido (Estudante G)

O governo brasileiro não ofereceu nenhuma reparação pelos anos de escravidão. Os negros não tinham posse de terra e moradia nem emprego. A elite branca queria transformar o Brasil em uma nova Europa. Projeto de embranquecimento da população brasileira. (Estudante D)

Os negros não tinham nenhum direito garantido, sem posse de terra e moradia, sem empregos, a elite branca queria tornar o Brasil em uma nova Europa e projeto de embranquecimento da população (Estudante H)

As falas dos/das estudantes neste terceiro tópico de discussão estão atreladas fortemente a um teor crítico e politizado, no qual eles e elas criticam a ausência de direitos e as condições precárias de vida impostas à população negra após a abolição da escravatura. No entanto, entendendo esses/essas jovens enquanto estudantes de uma escola pública, em que a maioria são pessoas pretas, nos questionamos acerca do distanciamento das respostas quando se referem a esse público enquanto “os negros”, não havendo um reconhecimento ou uma identificação com as histórias e os preconceitos atrelados a ela. Nesse sentido, é interessante problematizar a dificuldade da autodeclaração enquanto negros/as como ainda sendo um tabu e uma marca que está muito atrelada a estigmas e estereótipos dificultando esse reconhecimento.

Segundo Sawaia (2017), a exclusão não possui uma única forma, não é um processo ingênuo, tampouco se concebe como uma falha do sistema, mas sim, constitui-se como um produto do funcionamento do mesmo, uma estratégia histórica de manutenção da ordem social, de modo complexo e multifacetado. Reconhecer as exclusões, portanto, é fundamental para entender a configuração das dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas que nos cercam.

Nesse sentido, Ribeiro (2019) afirma que desde muito cedo pessoas negras são levadas a pensar sobre sua condição racial a entendendo como um problema para a sociedade, sendo xingadas e inferiorizadas. Numa conjuntura em que as principais referências na mídia e lugares de destaque ainda são majoritariamente pessoas brancas, se reconhecer negro/a precisa ser parte de uma política de valorização da história e da cultura afro-brasileira e a escola tem um papel fundamental no exercício crítico e reflexivo de situações cotidianamente.

Por fim, a última pergunta proposta para os/as estudantes foi para que os mesmos citassem algumas expressões racistas que conhecem dando continuidade a atividade proposta na aula síncrona e algumas respostas foram:

Negão, Mulata, da cor do pecado, denegrir, inveja branca (Estudante I)

Criado mudo, denegrir, cor de pele, doméstica, meia tigela, cor do pecado, moreno, cabelo duro, mercado negro, magia negra, humor negro, ovelha negra e mulata. (Estudante A)

Meia tigela (se relacionava a escravos que trabalhavam "mal", recebendo apenas meia tigela de comida); Criado mudo (Conhecido como móveis, mas antigamente, os escravos exerciam esse papel, não podendo falar ou se mexer, apenas segurar os pertences de seu escravocrata). (Estudante C)

Nesse último bloco de discussão é fundamental abordar sobre o peso de expressões racistas que são comumente reproduzidas em nosso cotidiano e em poucos momentos somos convidados, como sociedade, a refletir sobre as mesmas, reforçando estigmas e preconceitos atrelados a características de racialidade e etnia subalternizadas. Nesse sentido, reforçamos a importância de diálogos acerca da problematização e ressignificação dessas expressões principalmente dentro do ambiente escolar abarcando possibilidades de reflexão sobre substituições dessas expressões no dia a dia, colaborando, assim, para a formação de cidadãos críticos que repensem não só seus discursos, mas também suas práticas. Essa preocupação vai ao encontro das elaborações de Gomes (2012) quando aponta sobre a ênfase na construção de uma educação antirracista.

Considerações finais

Ao objetivar relatar a experiência vivenciada no PEFEPI a partir da tematização da Capoeira nas aulas remotas de Educação Física numa escola municipal do Rio de Janeiro, percebemos as potencialidades dessa discussão, mas também as lacunas que ainda precisamos refletir.

Apesar das limitações do ensino remoto e das dificuldades pandêmicas, percebemos uma participação importante dos/as estudantes com diálogos profundos e reflexivos, que pode ter sido

incentivada pela temática proposta e também pelas variadas plataformas e metodologias.

A diversificação de conteúdos e o ensino colaborativo como estratégias pedagógicas inclusivas, portanto, podem ampliar as possibilidades de participação, mesmo sob os desafios do ensino remoto, e no caso em tela deram destaque ao elemento da cultura corporal capoeira, valorizando aspectos para além da prática pela prática, colaborando para a formação de cidadãos críticos e reflexivos sobre a própria história.

Assim, nosso objetivo conjunto a todo esse processo é incitar o questionamento e a problematização a partir das atividades propostas, em que o/a estudante seja protagonista ao pensar, trocar, produzir conhecimento em colaboração com docentes e os demais estudantes e não apenas reproduzir conteúdos, falas e opiniões já cristalizadas.

Para os/as extensionistas, docentes em formação, esses momentos também são enriquecedores, pois tem oportunidades de estreitar o contato com o ambiente escolar, apesar da distância física pela problemática da pandemia, colaborando assim, para uma formação ancorada na práxis e calcada numa perspectiva inclusiva e participativa em todos os sentidos.

Mesmo em tempos tão obscuros, o combate ao racismo e a todas as formas de opressão são buscas incessantes e nessa experiência, percebemos debates suscitados por uma disciplina com histórico excludente, mas que se ressignifica com possibilidades de discutir a origem da capoeira, a contextualização acerca da sua historicidade, as consequências sociais da marginalização que ainda impactam a sociedade, os preconceitos sobre a cultura afro-brasileira e o racismo estrutural. Tais debates colocam a Educação Física na escola como um espaço de reflexões e práticas corporais que se materializaram as diretrizes da extensão universitária e os ensinamentos de Paulo Freire que nos inspiram a construções coletivas em prol de uma educação mais inclusiva, crítica, dialógica e emancipadora.

Referências

ADORNO, C. **A arte da Capoeira**. Editora Kelps. Goiânia/GO. 6 ed, 1999.

ARAÚJO, A. M. **Cultura popular brasileira**. 2 ed. São Paulo, Melhoramentos, 1973.

AMORIM, J.; FONSECA, M. P. S.; BRITO, L. T. "BRUNA FECHOU O GOL HOJE": o futebol como tecnologia sexopolítica na Educação Física escolar. **Revista Periferia**, v. 14, n. 1, p. 88-109, 2022.

BOOTH, T; AINSCOW, M. **Index Para a Inclusão**. Desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola. Rio de Janeiro, LaPEADE, 2011.

BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Cadernos Cedes**, ano XIX, nº 48, Agosto/99

BRASIL. *Lei Nº 10.639*, de 9 de janeiro de 2003. Presidência da República. Brasília, 2003

BRASIL. **Decreto Nº 847**, de 11 de outubro de 1890. Presidência da República. Rio de Janeiro, 1890.

BRAUN, P.; MARIN, M. Ensino colaborativo: uma possibilidade do Atendimento Educacional Especializado. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 17, n. 35, p. 193-215, set/dez. 2016. Disponível em: < https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723817352016193/pdf_157 >. Acesso em: 15 jul. 2022

CALOEIRO, G. T.; COELHO, C. C.; FONSECA, M. P. S. Projeto de Extensão Educação Física escolar na Perspectiva Inclusiva: Possibilidades no ensino remoto. **Temas em Educação Física escolar**, v.6, n.3, p. 1-17, 2021.

CANDAU, V. Didática, Interculturalidade e Formação de professores: desafios atuais. **Revista Cocar**. Edição Especial N.8. Jan./Abr./2020 p.28-44.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

CORDEIRO, A. A. S.; CARVALHO, N. C. Capoeira, do crime à legalização: Uma história de resistência da cultura popular. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.2, nº4 jan-jun 2013. p.68-80

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido** [recurso eletrônico]. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FONSECA, M. P. S.; RAMOS, M. Inclusão em movimento: discutindo a diversidade nas aulas de educação física escolar. In: PONTES JUNIOR, José Airton de Freitas (Org.). **Conhecimentos do professor de educação física escolar** [livro eletrônico]. Fortaleza, CE: EdUECE, 2017, p 184-208.

FONSECA, M. P. S.; RODRIGUES, L.; OLIVEIRA, V.; MELO, L. Jogos africanos no projeto de extensão Educação Física escolar na perspectiva inclusiva. **Cadernos da Educação Básica**, v. 6, p. 1-17, 2021.

FORPROEX. Fórum de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. **Política Nacional de extensão universitária**. Manaus-AM, Maio de 2012.

GOMES, N. L. (Org.). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. (Educação para todos; 36). Brasília: MEC. Unesco, 2012.

GROLLMUS, N.; TARRÈS, J. Relatos metodológicos: difractando experiências narrativas de investigación. **Fórum Qualitative Social Research**, v. 16, n. 2, mayo 2015.

MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; TOYODA, C. Y. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 81-93, jul./set 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/3pWHVwTHV43NqzRzVDBJZ7L/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 15 jul. 2021

OPAS. Histórico da Pandemia de Covid 19. **Organização Pan Americana de Saúde**, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 02 de julho de 2021

PASQUA, L. P. M. **O floreio na capoeira**. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, p.169. 2011.

PASQUA, L. P. M. **Capoeira e diáspora africana: uma interpretação sobre a manifestação dos floreios**. Tese (doutorado) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. p.319. 2020.

RIBEIRO. D. **Pequeno Manual Antirracista**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SAWAIA, B (Org.). **As artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2017.

SANTOS, B. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, SA. Abril, 2020. 32p.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VILARONGA, C; MENDES, E. G. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. **Rev. Bras. Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/dBz3F9PJFfswJXFzn3NNxTC/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 15 jul. 2022

REFUGIADOS

Karla Noelia Cruz Morales¹ – Universidad de Occidente

A migração global é um fenômeno social que ocorre em várias partes do mundo. Os campos de refugiados são espaços com características que permitem a aplicação de diversos programas relacionados com a atividade física e o desenvolvimento de competências desportivas.

Grandes eventos esportivos como os Jogos Olímpicos, Copas do Mundo, eventos internacionais, entre outros, são testemunhas fiéis de histórias extraordinárias de atletas com trajetória histórica de migração, alguns deles até fazendo parte de um campo de refugiados em algum momento de suas vidas.

A riqueza racial do nosso planeta é dividida em diferentes somatotipos de acordo com a região de origem dos indivíduos, herança genética e diversos fatores biológicos que influenciam o desenvolvimento do corpo humano. Devido ao exposto, as capacidades físicas dos atletas podem ser classificadas pelos resultados históricos por países e disciplinas esportivas. Com esse pano de fundo, foi possível identificar o perfil esportivo dos participantes nos campos de refugiados para desenvolver programas de treinamento que possam aprimorar suas capacidades físicas e formar atletas de alto rendimento para competições mundiais.

É importante que os países e diversas organizações da área desportiva apoiem os atletas formados nos espaços de refugiados para que continuem a preparar-se e dar continuidade às suas

¹ Vázquez Fernández, M., & Martínez-Gorroño, M. E. (2018). A real aplicação dos princípios olímpicos: a criação da equipe olímpica de refugiados para o Rio 2016 e a experiência de um atleta espanhol. *Citius, Altius, Fortius*, 35-45. doi: <http://dx.doi.org/10.15366/citius2018.11.1.003>

carreiras desportivas, como é o caso de atletas da Etiópia, Síria, República Democrática do Congo, entre outros que obtiveram bolsas do Comitê Olímpico Internacional em 2016 (Vázquez e Martínez-Gorroño, 2018), além de criar espaços adequados e seguros para a prática de esportes para deslocados.

O texto dos Professores Mataruna-Dos-Santos, Guimarães-Mataruna e Figueiredo-Da-Silva nos apresenta um pensamento crítico a respeito de oportunidades, tolerância, inclusão e aceitação do ser humano. Os autores mostram que não basta apenas receber os refugiados mas facilitar a aceitação com aspectos sociais, econômicos, de saúde e desportivos para que todos os lados possam se ajudar com benefícios mútuos. Esses mecanismos podem utilizar o desporto como uma ferramenta para as relações diplomáticas para um futuro melhor.

REFUGIADOS E OLIMPIADAS NO CONTEXTO ACADÊMICO: UM ESPAÇO DE INVISIBILIDADE OU POTENCIALIDADE?¹

Maicon Salvino Nunes de Almeida – UFRJ/LaPEADE

Introdução

Refugiados, para o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, são pessoas que “estão foram de seu país devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política” (ACNUR, 2020)

A primeira vez que a palavra refugiado surgiu para identificar esse grupo foi em 1951, na “Declaração Relativa Ao Estatuto dos Refugiados”, logo após a Segunda Guerra Mundial, tratando especificamente dos deslocados europeus. Esse conceito se expandiu para todas as pessoas que precisavam e ainda precisam imigrar forçadamente após essa data, destacando, neste documento, e aprofundando os direitos dos refugiados à educação, saúde, moradia como qualquer pessoa nacional.

Após 65 anos, os refugiados finalmente puderam competir nas Olimpíadas. A primeira Olimpíada na qual os refugiados competiram sob a bandeira olímpica foi a do Rio 2016. No total 10 atletas atuaram: Rose Nathike Lokonyen, 23 anos, Sudão do Sul, 800 metros; Popole Misenga, 24 anos, República Democrática do Congo, judô; Yonas Kinde, 36 anos, Etiópia, maratona; Anjelina Nadai Lohalith, 21 anos, Sudão do Sul, 1.500 metros; James Nyang Chiengjiek, 28 anos, Sudão do Sul, 800 metros; Rami Anis, 25 anos, Síria 10 metros borboleta; Yolande Mabika, 28 anos, República

¹ <https://doi.org/10.51795/9786526509487107120>

Democrática do Congo, judô; Paulo Amotun, 24 anos, Sudão do Sul, 1.500 metros; Yusra Mardini, 18 anos, Síria, 200 metros nado livre; Yiech Pur Biel, 21 anos, Sudão do Sul, 800 metros. (ACNUR, 2016)

Não houve ganho de medalhas para os refugiados, mas a aparição deste público nos jogos olímpicos trouxeram destaque internacional para os refugiados. Muito foi discutido sobre o status de refugiado e o quanto eles estavam se esforçando para estarem ali.

Em 2020, na Olimpíada de Tokyo, 35 atletas refugiados competiram, 29 nas Olimpíadas e 6 nas Paraolimpíadas (ACNUR, 2021). Infelizmente não houve medalhas, mas novamente a temática do refúgio voltou a ser discutida nos meios de comunicação. A Olimpíada, como um evento global, se tornou fundamental para os refugiados, pois, competindo, estão expondo a realidade invisível de milhões de pessoas que precisam imigrar forçadamente.

Minha relação com os jogos olímpicos foi além de acompanhar os jogos pela televisão e torcer pelo nosso país em cada competição. Fui voluntário na Olimpíada Rio 2016, estado onde nasci e cresci. Pude acompanhar de perto toda a preparação e bastidores do maior evento esportivo do mundo. Vi um comercial sobre ser voluntário na olimpíada, em uma rede social, fiz um cadastro no site da Rio 2016 e fui convocado. Guardo comigo até hoje meu crachá, os pingentes e as camisas que usei como voluntário nos jogos. O trabalho de um voluntário nas Olimpíada do Rio estava relacionado com a cor da sua camisa: verde, amarela ou vermelha. Eu atuei com a camisa verde.

Os voluntários de camisa amarela eram responsáveis pelo setor operacional, ou seja, conferindo o ingresso, autorizando a entrada de pessoas no local do evento e apontando o setor responsável para ingressar na arena. Os voluntários de camisa verde atendiam o público dentro das arenas, guiavam para o local de assento na competição e demais informações dentro do espaço do jogo. Os voluntários de camisa vermelha eram a equipe médica e atuavam diretamente com os jogadores.

Atuei nos 17 dias das Olimpíada, no principal pólo de eventos, no Parque Olímpico, na Barra da Tijuca, local da disputa de Polo Aquático e Saltos Ornamentais, no Centro Aquático Maria Lenk. O clima era de muita felicidade. Em todo lugar víamos pessoas de diferentes línguas tentando interagir umas com as outras. Víamos e conversávamos com pessoas de diversas culturas e línguas, com diferentes roupas e tradições. Havia a competição, mas somente no esporte. O clima era de festa e todos estavam abertos para conversar. Um clima totalmente oposto da guerra.

Agradeço imensamente o convite feito pela Professora Doutora Ana Patrícia da Silva, que, através do nosso amigo em comum Professor Doutor José Guilherme de Oliveira Freitas, para falar sobre refugiados e olimpíadas com sua turma, pois, apesar de ter vivido as Olimpíadas e pesquisar a temática das crianças refugiadas nas escolas desde 2016, nunca foquei os refugiados nas olimpíadas como temática de pesquisa. O convite da professora foi o *start* fundamental para juntar às minhas vivências na olimpíada, com a pesquisa de refugiados.

Desde a escrita da minha monografia em 2016 pesquisei educação de crianças refugiadas nas escolas. Meu foco sempre foi compreender como elas estavam sendo incluídas apesar das diferenças culturais, linguísticas e traumas oriundos da fuga de seu país de origem. Pesquisei esse tema até hoje e culminará na minha Tese, em março de 2024.

O que posso apontar para quem lê este artigo é que, a cada nova ida a campo, mais percebo que o nosso país não conhece os dramas que vivem os refugiados e constantemente agimos com os refugiados como se eles fossem brasileiros, o que não são. Eles não possuem redes de apoio como nós, precisam alugar espaços precários para morar, aceitam empregos e salários baixos, pois muitos estão pela própria sorte, visto que tanto o Governo Federal quanto os estados e municípios ainda não possuem políticas de inclusão para esse público-alvo.

Dito isto, quando pensamos em refugiados atletas eles precisam enfrentar mais desafios que nós brasileiros, pois eles estão

distantes de casa, com questões de ordem psicológica abaladas. Constantemente eles recebem notícias dos parentes que morreram por lá. Então, além da adaptação cultural, linguística, trabalho e moradias precários, eles precisam lidar com a saudade e perdas de um país distante e, em muitos casos, não poderão mais voltar.

Meu objetivo neste artigo é iniciar um mapeamento da temática “refugiados e olimpíadas” nas bases de dados acadêmicas e nas grades curriculares dos cursos de Pedagogia e Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense. Quero compreender se este tema é pesquisado nos espaços acadêmicos, após duas edições das olimpíadas com os refugiados jogando sob a bandeira olímpica.

O espaço acadêmico é de suma importância para o público-alvo dos refugiados, visto que os alunos que se graduarem nas universidades poderão atuar diretamente com os refugiados em algum momento no exercício de suas profissões, tanto nas escolas quanto nas academias e demais espaços sociais. A necessária urgência da universidade trabalhar esse assunto, de modo a sensibilizar o olhar de seus alunos e prepará-los para trabalhar com esse público é um importante espaço democrático de debate, em prol de uma comunidade excluída de seu país de origem, que necessita de políticas e ações inclusivas.

O desenvolvimento de culturas de inclusão envolve a adoção de valores e concepções que impliquem expectativas positivas em relação à participação e ao desenvolvimento de todos os alunos, o que em certa medida impõe a problematização das consequências sociais das não aprendizagens e dos fatores determinantes que facilitam a vida escolar de alguns alunos e impõe barreiras de sucesso escolar a outros. (SANTIAGO; SANTOS, 2015, pág. 493)

Trata-se, portanto, de um artigo embrionário. Desenvolverei em outros trabalhos a entrevista com o público-alvo dos atletas refugiados. Acredito que esse protagonismo de fala não me cabe, são os refugiados que podem falar como é ser refugiado e atleta, no nosso país que dá pouquíssimo apoio ao esporte.

Levantamento bibliográfico

Para compreender a temática dos refugiados nas Olimpíadas realizei um levantamento nas seguintes Plataformas: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), SciELO, Portal de Periódicos do CAPES/MEC em 26/02/2022. Não utilizei filtros para a busca, pois quis encontrar e analisar o máximo de resultados possíveis. Somente encontrei resultados no Portal de Periódicos do CAPES/MEC, com o primeiro resultado datado de 1995.

Tabela 1: levantamento bibliográfico dos últimos 27 anos com as palavras-chave “refugiados olimpíadas”

Palavras-chave: Refugiados olimpíadas											
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)											
1995 /2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SciELO											
1995/2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Portal de Periódicos do CAPES/MEC											
1995	2003	2005	2007	2006	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
1	1	1	4	1	2	1	2	0	1	1	47
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022				
3	8	7	7	2	4	0	0				

Fonte: elaborado pelo autor.

Somente no Portal de periódicos CAPES/MEC encontrei resultados. Foram encontrados 47 trabalhos. Realizei a leitura de cada trabalho para compreender quais estavam dialogando sobre “refugiados e olimpíadas” e quais somente tinham a palavra “olimpíadas” ou “refugiados”.

Tabela 2: Levantamento bibliográfico na Plataforma Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações em fevereiro de 2022, com as palavras-chave “refugiados olimpíadas”

Perfil da pesquisa	Quantidade encontrada
Refugiados e Olimpíadas	1
Somente a palavra-chave “Olimpíadas”	1
Somente a palavra-chave “Refugiados”	16
Trabalhos que não possuem nenhuma das duas palavras-chave como assunto, mas citam “olimpíadas” ou “refugiados” no texto.	25
Somente esporte, sem vínculo com as palavras-chave “Olimpíadas” ou “Refugiados”	4
TOTAL	47

Fonte: elaborado pelo autor

O único resultado encontrado que abordava ambas as palavras-chave, refugiados e olimpíadas, abordava a Olimpíada Brasileira de Cartografia. O artigo intitulado “Refugees Stories Told By Maps: A Challenge For Students In A Scientific Olympiad” (Maio *et al*, 2020) teve por objetivo mostrar resultados da Olimpíada Brasileira de Cartografia, que teve no ano de 2020, na qual o tema da Olimpíada foram os refugiados. Infelizmente não dialoga diretamente com o que estamos buscando, mas considero importante destacá-lo, afinal foi o único resultado encontrado.

Refugiados e Olimpíadas nas grades curriculares da UERJ, UFF e UFRJ

Para melhor compreender essa ausência de artigos científicos sobre refugiados e olimpíadas, busquei compreender se esses assuntos estavam destacados nos currículos de algumas universidades conceituadas. Escolhi as três universidades do Rio de Janeiro mais bem posicionadas no *Ranking Web Of Universities* (2021). Escolhi o Rio de Janeiro como foco, pois é o estado onde

resido. Este ranking destaca as melhores universidades por continente e em todo o mundo.

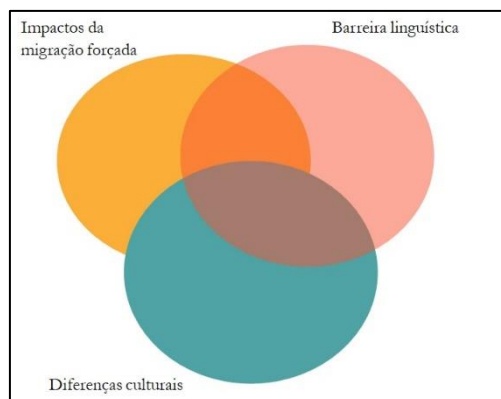
O levantamento é uma iniciativa do Cybermetrics Lab, grupo de pesquisa pertencente ao Conselho Superior de Investigações Científicas (CSIC) da Espanha. O ranking analisa critérios de impacto digital relacionados à visibilidade, transparência e excelência acadêmica. (UFF, 2021)

Realizei o recorte por continente e destaquei a América Latina. Nesse levantamento escolhi as universidades do estado mais bem posicionadas: a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que aparece em 4º lugar, a Universidade Federal Fluminense em 14º e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro na 16ª colocação.

Nas três universidades escolhi analisar a grade curricular dos cursos de graduação em Pedagogia e Educação Física (bacharelado e licenciatura). Escolhi a Pedagogia por ser a minha área de formação e a Educação Física pela proximidade com a temática dos esportes. Utilizei as palavras-chave “refugiados”, “imigrantes”, “estrangeiros”, “olimpíadas” e “jogos olímpicos”. O acesso aos currículos destes cursos estão nas referências deste trabalho.

Os resultados não são surpreendentes para quem frequenta o espaço acadêmico. Nenhum resultado foi encontrado com as palavras-chave no nomes das disciplinas. Sem dúvidas a temática pode ser trabalhada de forma transversal em diferentes matérias, mas, principalmente no caso dos refugiados, não ter uma disciplina própria para discutir seus diversos problemas no Brasil, destaca que as universidades citadas ainda estão em um processo bastante embrionário para a inclusão deste público-alvo.

Essa ausência de um olhar mais atento em uma disciplina na grade curricular pode refletir na formação do profissional que vai atuar na escola ou em uma empresa. Sem conhecer as demandas dos refugiados, podemos cair no erro de tratá-lo como um brasileiro. As demandas que envolvem uma pessoa refugiada são totalmente diferentes. Esse público enfrenta, a meu ver, três processos que os brasileiros não vivenciam:



Fonte: elaborado pelo autor, à partir da figura desenvolvida pelo mesmo em Almeida, 2020.

Esta figura é adaptada da minha dissertação intitulada “Reflexões Omniléticas Sobre o Acesso e a Permanência de Crianças Refugiadas Congolesas no Rio de Janeiro”. Na figura original analiso o perfil das crianças refugiadas que adentraram a escola em Duque de Caxias, mas também tive acesso à dados sobre os pais destas crianças refugiadas, através de entrevista com o Núcleo de Projetos Especiais (NUPE), núcleo da Prefeitura que atua com as crianças refugiadas.

Nessa entrevista com a vice coordenadora do NUPE na época, em 2018, ela me destacou essas dificuldades expostas nesta figura na adaptação dos adultos. A Pedagoga da Cáritas Arquidiocesana, em 2017, também já apontava esses problemas que envolviam a imigração forçada, as diferenças culturais e linguísticas. Os dados da entrevista com a Pedagoga podem ser encontrados na minha monografia “Educação Para Refugiados Congoleses em Duque de Caxias/RJ: A (in)devida Inclusão de Crianças e Adolescentes”.

A primeira grande dificuldade é a migração forçada. O público refugiado precisa fugir de seu país. Segundo a Organização das Nações Unidas (2020), refugiados são pessoas que precisam migrar para outros países por questões humanitárias, quando o país onde nasceram não conseguem mais oferecer segurança a sua vida. A fuga do refugiado é uma questão de vida ou morte. Portanto os

nativos de um país que acolhe tem uma importante missão em prol da inclusão deste refugiado.

Por mais que inclusão seja processo, é preciso lembrar que ela é um processo em direção à garantia de um direito humano básico e inalienável. Este direito não tem como ser cumprido por meio da separação de pessoas, mas somente com a convivência pessoal, escolar, acadêmica, social e cultural de pessoas. (SANTOS, 2012, pág. 7)

Ao chegar em um novo país, seja por avião ou embarcando ilegalmente em um navio, o refugiado pode enfrentar a dificuldade linguística. Na pesquisa que realizei na monografia, em 2017, a Pedagoga da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, instituição que recebe, acolhe e oferece documentação para os refugiados que chegam ao Rio de Janeiro, destacou em entrevista que os refugiados podem chegar em navios que ficam em alto mar por mais de 20 dias. Essas pessoas chegam exaustas, necessitando de ajuda e com o psicológico totalmente abalado, pois alguns parentes já morreram em seu país de origem e ela poderá receber a notícia de novas mortes.

Tudo isso é agravado, pois, segundo a Pedagoga da CARJ (2017), muitos refugiados não escolhem o destino. Eles embarcam no primeiro navio que veem e só depois descobrem que estão no Brasil, por exemplo. Chegando aqui muitos não falam português e precisarão aprender rápido para conseguir trabalho. Faz-se necessário, portanto, uma escuta atenta e aberta ao diálogo. Compreendo diálogo como:

E que é o diálogo? È uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade (Jaspers). Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só com o diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação. O diálogo é, portanto, o indispensável caminho (Jaspers), não somente nas questões vitais para a nossa ordenação política, mas em todos os sentidos do nosso ser." (FREIRE, 2007, p.115-116).

Isto se agrava quando pensamos em refugiados atletas e os diferencia dos atletas brasileiros. Enquanto o brasileiro tem vínculos sociais conhecidos desde a sua infância, a língua e a cultura conhecida, os refugiados não possuem nada além de sua força de vontade. Tudo isso se agrava, pois o refugiado traz marcas de uma fuga repentina de seu país de origem, além da perda de parentes.

Conclusões

Essas questões discutidas neste artigo explicitam a fragilidade e a vulnerabilidade do público refugiado. A inclusão dos refugiados sob a bandeira olímpica trás, de forma política, o debate à mesa. Esse público precisa de uma atenção maior em todos os espaços. Enquanto essa atenção não surgir eles continuarão em vulnerabilidade, precisando se adaptar o mais rápido possível enquanto precisam aprender uma nova língua para sobreviver e lidar com a saudade e a tristeza dos entes queridos perdidos. Faz-se necessário, por parte dos brasileiros, um processo de inclusão dos refugiados.

[...] inclusão não é um estado final ao qual se chegar, mas um processo que não tem receita nem fim. Inclusão está ligada a superar barreiras e promover a participação de todos, é um planejamento que considera o contexto, o tempo e o espaço dos alunos. (SANTOS, 2013, pág. 78)

Sem dúvidas, a ausência de material acadêmico encontrado no levantamento bibliográfico e nas grades curriculares das universidades pesquisadas abrem um leque muito interessante para quem deseja desbravar novos conhecimentos científicos.

Podemos olhar para essa ausência de material com um olhar pessimista, pensando no quanto as universidades ainda não veem esse problema de uma forma tão aprofundada quanto deveria, mas podemos olhar como potência para espaços ainda não explorados de diálogos, buscando juntos, em uma relação horizontal entre eutucaminhos para pensarmos juntos aos refugiados formas de nos educarmos no coletivo.

Exatamente porque, sendo o diálogo uma relação eu-tu, é necessariamente uma relação de dois sujeitos. Toda vez que se converta o “tu” desta relação em mero objeto, se terá pervertido o diálogo e já não se estará educando, mas deformando (FREIRE, 2007, pág. 114)

Esta relação horizontal é fundamental para não criarmos políticas e conteúdos curriculares **para** os refugiados e sim **com** os refugiados. Acredito que somente no diálogo horizontal com este público-alvo é que poderemos compreender as demandas deles e quiçá nos reeducarmos como sociedade.

Referências

ALMEIDA, Maicon Salvino Nunes de. Educação para refugiados congolese em Duque de Caxias/RJ: **a (in)devida inclusão de crianças e adolescentes**. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/2255>. Acesso em 02/02/2022.

ALMEIDA, Maicon Salvino Nunes de. **Reflexões Omniléticas sobre o Acesso e a Permanência de Crianças Refugiadas Congolesas no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://ppge.fe.ufrj.br/dissertacoes2020/dMaicon%20Salvino%20Nunes%20de%20Almeida.pdf>. Acesso em 02/02/2022.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Estes 10 atletas refugiados competirão nos jogos Olímpicos Rio 2016**. 2016. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2016/06/03/estes-10-atletas-refugiados-competirao-nos-jogos-olimpicos-rio-2016/> Acesso em 16/02/2022.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Refugiados**. 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/>. Acesso em 10/02/2022

BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD). Busca na plataforma com as palavras-chave “refugiados olímpiadas”. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=refugiados+olimp%C3%ADadas&type=AllFields&limit=20&sort=relevance>. Acesso em 25/02/2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 30 ed. 2007.

MAIO, A. C.; SANTOS, K. M. G; SOUZA, J. M.; CARVALHO, F. T.; Refugees Stories Told By Maps: A Challenge For Students In A Scientific Olympiad. *SPRS Annals of the Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences*, Volume V-5-2020, 2020. XXIV ISPRS Congress. 2020. Disponível em: <https://www.isprs-ann-photogramm-remote-sens-spatial-inf-sci.net/V-5-2020/53/2020/isprs-annals-V-5-2020-53-2020.pdf>. Acesso em 01/02/2020.

PORTAL DE PERIÓDICOS DO CAPES/MEC. Busca na plataforma com as palavras-chave “refugiados olímpiadas”. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscador-primo.html>. Acesso em 02/02/2022.

RANKING WEB OF UNIVERSITIES. Latin America. 2021. Disponível em: https://www.webometrics.info/en/Latin_America. Acesso em 02/02/2022.

SANTOS, Mônica Pereira dos; SANTIAGO Mylene Cristina; MELO, Sandra Cordeiro de. **Formação de professores para o atendimento educacional especializado: políticas e práticas instituintes de**

inclusão. III Encontro do Observatório Nacional de Educação Especial (III EONEESP) em junho de 2013. SANTOS, Mônica. **Políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência:** uma análise omnilética. XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas - – 2012

SciELO. Busca na plataforma com as palavras-chave “refugiados olímpicos”. Disponível em: <https://search.scielo.org/?q=refugiados+olimp%C3%ADadas&lang=en&filter%5Bin%5D%5B%5D=sc>. Acesso em 25/02/2022.

UERJ, 2012. **Grade Curricular do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.** Disponível em: <https://www.dep.uerj.br/fluxos/pedagogia.pdf>. Acesso em 20/02/2022.

UERJ, 2022. **Grade Curricular do Curso de Bacharelado e Licenciatura em Educação Física da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.** Disponível em: https://www.dep.uerj.br/cursos/educacao_fisica.html. Acesso em 20/02/2022. Acesso em 20/02/2022.

UFF, 2021. **UFF é a quinta melhor universidade federal do Brasil em ranking de visibilidade, transparência e excelência. 2021.** Disponível em: <https://www.uff.br/?q=noticias/01-03-2021/uff-e-quinta-melhor-universidade-federal-do-brasil-em-ranking-de-visibilidade>. Acesso em 02/02/2022.

UFF, 2022. **Grade Curricular do Curso de Bacharelado e Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal Fluminense.** Disponível em: <https://app.uff.br/iduff/consultaMatrizCurricular.uff>. Acesso em 20/02/2022.

UFF, 2022. **Grade Curricular do curso de Pedagogia da Universidade Federal Fluminense.** Disponível em: <https://app.uff.br/iduff/consultaMatrizCurricular.uff>. Acesso em 20/02/2022.

UFRJ, 2015. **Grade Curricular do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.** Disponível em: <https://siga.ufrj.br/sira/temas/zire/frameConsultas.jsp?mainPage=/repositorio-curriculo/B137164D-92A4-F79F-3C28-DD379D8B0991.html>. Acesso em 20/02/2022.

UFRJ, 2020. **Grade Curricular do Curso de Bacharelado em Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro.** <https://siga.ufrj.br/sira/temas/zire/frameConsultas.jsp?mainPage=/repositorio-curriculo/771C4A7D-92A4-F79C-4CB8-32487DE12924.html>. Acesso em 20/02/2022

UFRJ, 2020. **Grade Curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro.** <https://siga.ufrj.br/sira/temas/zire/frameConsultas.jsp?mainPage=/repositorio-curriculo/791B127C-92A4-F79C-4CB8-3248BB9B8150.html>. Acesso em 20/02/2022.

REFLEXÕES DA FUNCIONALIDADE DO ESPORTE COM AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE MIGRAÇÃO FORÇADA¹

Leonardo José Mataruna-Dos-Santos – Canadian University Dubai
Andressa Fontes Guimarães-Mataruna – Universidade da Beira
Carlos Alberto Figueiredo da Silva – Universidade Salgado de Oliveira

Introdução

Guerras, perseguição, desastres naturais, violência e a discriminação são algumas das principais razões do aumento do número de refugiados em 2022, que alcançou o recorde de 100 milhões de pessoas deslocadas (ACNUR, 2022). Sendo que, metade do número de refugiados no mundo são de crianças, e estima-se que 48% estão fora das escolas (ACNUR, 2020). Justamente, este espaço pedagógico que poderia estar acolhendo as pessoas em situação de deslocamento forçado, acaba por sofrer com algumas dificuldades logísticas e de gestão. Os professores na maior parte do Brasil não estão preparados para receber pessoas refugiadas e migrantes que tendem a ter dificuldades de comunicação por conta da nova língua; por ter as barreiras culturais para serem integradas e incluídas na nova sociedade; e ainda em algumas escolas a dificuldade em dar atenção diferenciada que fica restrita ao número elevado de educandos por classe.

O esporte na escola pode ser um catalizador para a cidadania e um facilitador para entendimento da pluralidade humana. Dar atenção a potencialidades das pessoas é entender que o esporte pode agir como um elemento pedagógico de aprendizado e inclusão, mas que acima de tudo se torna uma ferramenta na

¹ <https://doi.org/10.51795/9786526509487121131>

condição de idioma universal para se estabelecer a comunicação mas também, para agregar, acolher e tratar das fraquezas afetivas geradas pelo ato de migrar, dotando-se da ludicidade, recreação e participação das atividades motoras.

A Guerra da Ucrânia impactou no deslocamento de mais de 8 milhões de pessoas, além disso a atual situação no Afeganistão contribui para o aumento da população de refugiados. A Organização das Nações Unidas (ACNUR, 2022) cita também a violência crescente e conflitos nas regiões da: Etiópia, Burkina Faso, Myanmar, Nigéria e a República Democrática do Congo. Rever a educação global para aceitar o próximo é um tema contemporâneo que deve abranger os novos currículos em todo o mundo para que se possa acolher as pessoas em situação de deslocamento forçado, levando em consideração a tolerância, a resiliência e a inclusão social, independente da condição econômica, do gênero, raça, religião, nível educacional, ou do território originário anterior à migração. Uma queixa recorrente dos refugiados pelo mundo é que dependendo do país de origem dos refugiados, alguns países podem facilitar o asilo ou o acolhimento dos refugiados.

O histórico de grandes deslocamentos humanos remete-se a cerca de 10.000 anos atrás, no período paleolítico, no entanto, o contexto desse fluxo migratório envolvia o extinto de sobrevivência, ao buscar um clima favorável para agricultura e melhores condições de vida. Entretanto, o contexto de grandes fluxos migratórios desde o século passado, passa a ter outras razões após a ocorrência de grandes conflitos. De forma que, o conceito, entendimento e até mesmo questões jurídicas relacionadas aos refugiados começam a serem debatidas somente após a Primeira Guerra Mundial, Segunda Guerra Mundial e a Revolução Russa (HOBSBAWN, 1995).

O cenário pós-Segunda Guerra Mundial marcado por deslocamentos forçados e o holocausto foram fatores determinantes para o reconhecimento internacional do status dos refugiados e a formação do conceito de direitos humanos (BARRICHELO E DE ARAUJO, 2014).

Um grande marco para a proteção e definição de direitos dessa população foi elaborado em 1951, com a Convenção Relativa ao Estatuto do Refugiado. No qual, uma pessoa pode ser considerada refugiada por medo de

perseguição, por razões que envolvam “raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país” (ACNUR, 1951).

Dentro desse cenário, o esporte e a sua atuação em diferentes dimensões ainda é uma questão nova a ser debatida, apesar de avanços principalmente com a visibilidade gerada pelo Comitê Olímpico Internacional após a criação da Equipe Olímpica de Refugiados em 2016.

Este capítulo, visa apresentar reflexões sobre como o esporte pode atuar na melhoria da aceitação da diversidade humana por meio da inclusão, tolerância e receptividade. Diversidades estas que compreendem as diferenças de naturezas políticas, sociais, de gênero, de raça, classe econômica, religiosa e outras. Além disso, abordou-se a necessidade de criar políticas que envolvam as oito dimensões de bem-estar (SWEENEY E WITMER, 1991) com o foco na melhoria a longo prazo dos refugiados. Apesar da migração assumir um caráter temporário ou permanente, muitas vezes torna-se permanente, seja ela no mesmo território ou não, aqui argumenta-se a construção da identidade do indivíduo. Uma vez que, as migrações humanas impactam diretamente em novas construções de uma identidade social que contribui para uma sociedade multicultural (HALL, 2003). Desta forma, o esporte amplia as oportunidades de vivência e troca entre os refugiados e os habitantes locais, por meio de uma interação positiva que impacta na formação de uma sociedade multicultural, inclusiva e tolerante.

Atletas refugiados

Uma das perspectivas de superação das barreiras para as pessoas em situação de deslocamento forçado é ter acesso à educação, saúde e preparação laboral. Estes aspectos que são garantidos aos cidadãos dos países que acolhem, devem ser parte

das prioridades da agenda das pessoas refugiadas, isso porque estas pessoas devem estar com a saúde em primeiro lugar em boas condições para a sua proteção e também para evitar a disseminação de doenças, vírus ou infecções; devem estar ainda sendo educadas para que caso retornem aos países de origem possam continuar com seus estudos, mas acima de tudo, caso permaneçam no novo território, estão aptas a fazer parte da economia ativa; por fim a parte profissional deve estar sendo guiada pelo mesmo propósito do caráter educacional. O esporte aparece como um catalizador que une os três elementos, mas que reduz os impactos da migração, da marginalização e da inclusão social.

A criação da Equipe Olímpica de Refugiados foi anunciada em março de 2016, alguns meses antes da realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016 em agosto, em um contexto de crise migratória na Europa (COI, 2021). Em 2015, no ano anterior de realização do megaevento esportivo, o fluxo migratório atingiu o seu pico com cerca de um milhão e trezentos mil refugiados buscando asilo em estados membros da União Europeia e a morte de mais de 3.700 pessoas durante as travessias no Mar Mediterrâneo (Plataforma de Apoio aos Refugiados, 2020).

A guerra da Síria, Iraque e a guerra civil no Afeganistão foram alguns dos contextos que potencializaram o aumento de refugiados, entretanto, outros cenários de conflitos na África, fome, mudanças climáticas, intolerância religiosa e racial e outras violações de direitos humanos foram fatores que contribuíram para o fluxo migratório com mais intensidade a partir do início da década de 2010. A mídia teve um papel fundamental ao reportar as perigosas travessias por via marítimas com rotas no Mar Mediterrâneo, e as imagens de embarcações superlotadas com condições precárias de segurança ocasionando o naufrágio de centenas de pessoas, marcaram as discussões sobre como administrar a crise e criar soluções para estes refugiados. Neste sentido, o Comitê Olímpico Internacional (COI) ao abraçar a pauta dos refugiados e ao desenvolver um time específico para

competir nos Jogos Rio 2016 evidenciou a inclusão e outros valores presentes no esporte.

De acordo com o presidente do COI, Thomas Bach, a formação desta equipe de refugiados representa um símbolo de esperança para outros refugiados no mundo, além disso, representa “um sinal para comunidade internacional de que os refugiados são nossos semelhantes e um enriquecimento para a sociedade” (COI, 2021). Bach também discursou sobre a capacidade de superação desses refugiados e que eles contribuem através do talento, habilidades e força do espírito humano.

O Comitê Paralímpico Internacional deu seguimento às iniciativas do COI, dando prosseguimento com a equipe de refugiados. A condição da pessoa com deficiência ou pessoa com determinação no estágio de pessoa refugiada é algo que requer mais atenção, investimento e cuidado nos processos de acolhimento e entendimento das necessidades especiais para cada ser humano.

A condição de bem-estar é uma das estratégias para se ter as pessoas em situação de descolamento forçado, requerem asilo ou permanecem de maneira ilegal em diversos territórios precisando de abrigo, acolhimento e proteção. O bem-estar deve estar presente nos segmentos:

- ✓ Bem-estar físico.
- ✓ Bem-estar emocional.
- ✓ Bem-Estar Social.
- ✓ Bem-Estar Intelectual.
- ✓ Bem-estar ambiental.
- ✓ Bem-Estar Espiritual.
- ✓ Bem-estar profissional.
- ✓ Bem-estar financeiro.
- ✓ Bem-estar digital
- ✓ Bem-estar Esportivo

A dimensão esportiva de bem-estar pode estar alinhada a todos os outros segmentos, mas, no entanto, tem uma particularidade única no sentido que entende o ser humano em sua

totalidade, compreendendo o momento presente, mas considerando também as suas origens, crenças e cultura. Ainda assim o bem-estar esportivo pode reduzir múltiplos e complexos problemas de saúde física e psicológica, resultantes de traumas e torturas, privação e pobreza prolongada, períodos de detenção de imigração e baixo acesso às condições mínimas de sobrevivência.

O esporte ainda torna possível auxiliar a estas pessoas a resolver problemas de saúde no início de seu assentamento a partir de cadastramentos e monitoramento na fase diagnóstica da atividade física. O exercício físico pode ser um potencializador para agregar as pessoas, mas sobretudo é um mecanismo para lidar com as diferentes necessidades destas pessoas em um novo território.

No tocante a escola, sítio onde o esporte é trabalhado como um elemento da educação física escolar, em se tratando da legislação brasileira há uma determinação para que estrangeiros (imigrantes e refugiados) tenha direito ao acesso à educação da mesma forma que as crianças e os adolescentes brasileiros, conforme expressam: a Constituição Federal (Brasil, 1988); o Estatuto da Criança e do/da adolescente (Brasil, 1990); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996); a Lei da Migração (Brasil, 1980) e a Lei dos Refugiados - Lei nº 9.474/1997 (Brasil, 1997), a qual garante que a falta de documentos não pode ser impeditivo para seu acesso à educação escolar em qualquer nível (GDF, 2020).

Mecanismos similares deveriam ser pensados para o esporte no país fora da escola, seja ele como esporte participação ou de alto rendimento em diferentes níveis etários. A partir do ingresso da pessoa no sistema esportivo, o registro referente à idade, gênero e nacionalidade deve ser respeitado de modo a garantir o acesso a eventos futuros, mas também salvaguardar o esporte e o praticante. Isso justamente para evitar fraudes futuras em relação a documentos que possam garantir algum tipo de benefícios para o praticante ou o atleta.

Antes do time de refugiados, o esporte global passou por uma onda de naturalizações na corrida para resultados esportivos, como foi observado nos Jogos Olímpicos de Atenas (ALMEIDA;

MATARUNA, 2004). Neste mesmo caminho, o fenômeno foi mais explorado em 2008, dando oportunidade a muitos refugiados ao redor do globo em competir por outras nações. Com o aumento expressivo no número de refugiados, o processo de naturalizações no esporte foi freado por novos regulamentos que visavam justamente conter a crescente e proteger os atletas originários de um determinado país. Esta temática requer mais estudos, principalmente sobre os bastidores do esporte de alto rendimento e migrações no período de 2008 a 2014.

De acordo com a ACNUR (2020), ocorreu uma estreita colaboração com a Olympic Refugee Foundation (ORF) e o COI para uma proposta global, antes do primeiro Fórum Global de Refugiados em Genebra, em 17 e 18 de dezembro de 2019. Neste entendimento estas organizações uniram seus esforços para promover três promessas:

(1) Promover e garantir o acesso de todos os refugiados, sem distinção de qualquer natureza, a instalações desportivas seguras e inclusivas.

(2) Aumentar a disponibilidade e o acesso a esportes organizados e iniciativas esportivas para refugiados e comunidades de acolhimento, considerando ativamente idade, gênero, habilidade e outras necessidades de diversidade.

(3) Promover e facilitar a igualdade de acesso e participação dos refugiados em eventos esportivos e competições em todos os níveis.

A partir do Gráfico 1 produzido pelo governo do Canadá (2017) uma frequência de palavras foram extraídas de textos a respeito das pessoas em condição de migração. Se destacam termos ligados a ações humanitárias. As necessidades básicas do migrante se encaixa em, estigmas e sobretudo preconceitos sobre estar sem casa, as vezes de maneira ilegal, longe das suas origens, cultura, religião e ligações sócio-afetivas em relação ao esporte. Isso nos remete a reflexões emergenciais para esta população que nos remete a reflexão do futuro da humanidade. Seriam as bordas ou fronteiras apenas barreiras políticas ou delimitações geográficas

para se pensar o esporte enquanto um elemento nacionalista ou dever-se-ia pensar o movimento esportivo da contemporaneidade como um fenômeno independente que requer atitude, esperança, paz, igualdade, respeito, tolerância, oportunidade, aceitação, generosidade, entre tantas nuances que redesenham os valores esportivos para um mundo melhor?

Gráfico 1: Frequência de palavras sobre ajuda as pessoas refugiadas e asiladas (Quebec, 2017).



Considerações Finais

Importante destacar que nem todo refugiado vai ser atleta olímpico ou paralímpico, mas o esporte pode ajudar a todas as pessoas nas reduções dos impactos gerados pela migração; na promoção da saúde; e no processo educacional com a aproximação das pessoas e com a quebra das barreiras de idiomáticas da comunicação. O esporte pode ser um meio para formar profissionalmente refugiados para atuarem neste campo na fase adulta. Assim como as pessoas em condição de deslocamento forçado precisam do acolhimento de um país (temporário ou definitivo), muitos países precisam dos refugiados para não apenas

atuarem como mão de obra em determinadas regiões, mas também para contribuir com índices de natalidade.

No entanto, não podemos reduzir as pessoas a números, mas também identificar, valorizar e criar oportunidades para migrantes que buscam um futuro digno, longe das guerras, conflitos, perseguições, que por vezes ocorrem por suas opções políticas, por suas opiniões, por gênero ou orientação sexual, por nacionalidades, por condições econômicas, entre outros fatores.

Ao mesmo tempo que ocorre uma resistência por alguns países em receber o imigrante, o respeito a cultura local de quem chega deve ser um fator a ser considerado, uma vez que aprender com os refugiados sobre suas tradições, culturas e esporte é importante, mas sobretudo, os mesmos devem aprender a respeito da nova terra, de modo a serem incorporados, aceitos e incluídos em um novo cenário.

Referências

ACNUR. **Ukraine, other conflicts push forcibly displaced total over 100 million for the first time.** Disponível em: <https://www.unhcr.org/news/press/2022/5/628a389e4/unhcr-ukraine-other-comflicts-pu-sh-forcibly-displaced-total-100-million.htm>. Acesso em: 08/06/2022.

ACNUR. **Crianças representam cerca de metade do número de refugiados do mundo.** Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/10/12/criancas-representam-cerca-de-metade-do-numero-de-refugiados-do-mundo> . Acesso em: 08/06/2022.

ACNUR. **Convenção Relativa ao Estatuto Dos Refugiados.** 1951. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 08/06/2022.

ALMEIDA, M. B.; MATARUNA, L. **Impacto das naturalizações nos Jogos Olímpicos de Atenas 2004**. Belford Roxo: UNIABEU, 2004.

BARICHELLO, S. E.; ARAUJO, L. E. B. DE. **Aspectos históricos da evolução e do reconhecimento internacional do status de refugiado**. *Universitas Relações Internacionais*, v. 12, n. 2, p. 63–76, 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. BRASIL.

BRASIL. **Lei 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/%20Constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 1 jun. 2022.

BRASIL. **LEI nº 6.815, DE 18 DE AGOSTO DE 1980**. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm. Acesso em: 08/06/2022.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. Disponível em: <https://olympics.com/pt/noticias/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-equipe-olimpica-de-refugiados>. Acesso em: 08/06/2022.

GDF. **Convivência escolar e a cultura de paz**. Brasília: Secretaria de Educação, 2020.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. Editora Companhia das Letras, 1995.

PLATAFORMA DE APOIO AOS REFUGIADOS. Disponível em: <https://www.refugiados.pt>. Acesso em: 08/06/2022.

QUEBEC VISA. **Immigrating to Canada**. Disponível em: <https://123visa.ca/en/immigrating-to-quebec>. Acesso em: 08/06/2022.

SWEENEY, T. J., WITMER, J. M. Beyond social interest: Striving toward optimum health and wellness. **Individual Psychology**, 47, 527-540, 1991.

CONSIDERAÇÕES

LEGADOS DOS JOGOS OLÍMPICOS DE TÓQUIO: NOSSAS PERCEPÇÕES¹

Camilla Ribeiro Ramos Antunes – IEFD/UERJ

João Victor de Oliveira Pinto – UniCarioca

José Guilherme de Oliveira Freitas – UFRJ/LaPEADE

Este capítulo tem como objetivo discutir a questão de alguns legados deixados a partir dos Jogos Olímpicos de Tóquio. Nos deteremos principalmente nos legados de ordem humana e social, em especial para aqueles que dizem respeito à mulher, ao público LGBTQIA+ e aos assuntos que envolvem o racismo.

Após cada edição dos Jogos Olímpicos, podemos parar para pensar no “footprint”, que é a pegada, o rastro, a marca deixada pelo Mega Evento. Necessariamente, não se baseia apenas no legado, mas no impacto que os megaeventos geram para uma localidade, cidade e país (MATARUNA, et al, 2017), ou seja, nos benefícios deixados a longo prazo para a cidade sede e seu povo, antes, durante e depois do movimento olímpico.

Se pensarmos além dos grandes estádios, ambientes externos e projetos sociais que são de grande importância, a edição de Tóquio trouxe outros tipos de legados, com momentos importantes e inesquecíveis além de grandes ensinamentos, os de ordem social que deram destaque para o ser humano em si.

Ao participarmos das Rodas de Conversa organizadas pelo projeto “Práticas Pedagógicas em Educação Física Escolar: outras possibilidades” pudemos discutir os legados da referida edição dos Jogos Olímpicos e trazer outras perspectivas para dentro da

¹ <https://doi.org/10.51795/9786526509487133140>

Educação Física, pensando o esporte e seus megaeventos com um olhar além, observando temáticas importantes que estão presentes no dia a dia e também no ambiente esportivo de alto rendimento, lazer e aquele trabalhado na Educação Física Educacional, que acontece no chão da escola e da universidade. Com isso, selecionamos momentos marcantes que consideramos um legado da perspectiva social e humana. Para fazer essa discussão nos valemos da publicação “Coisas que vimos nas Olimpíadas para além dos esportes e atletas” do Ninja Esporte Clube no Instagram (@ninjaesporteclube).

O destaque inicial vai para uma das pautas mais comentadas durante os jogos que foi a da saúde mental, que teve seu start quando um dos maiores nomes da Ginástica Artística, Simone Biles, decidiu não participar de algumas provas em prol de sua saúde. Segundo a treinadora de Biles, Cecile Canqueteau-Landi, em entrevista cedida a repórteres em Tóquio, de acordo com o jornal “Dallas Morning News”, a atleta fará sessões de terapia e que terá um descanso muito merecido nos próximos tempos. A importância desse feito teve grande repercussão, visto que esse tema ainda é um tabu em nossa sociedade, pois a saúde mental é tida, por muitos, por ignorância, como sinal de fraqueza.

Consideramos que a coragem de Simone em trazer uma questão pessoal a público, se colocando como prioridade frente ao esporte é um ensinamento e tanto, pois quando a atleta se expôs ao mundo, ela se colocou em uma posição de vulnerabilidade, primeiro por ser uma figura pública sendo a favorita ao pódio em sua modalidade, segundo pelo fato de que com o avanço tecnológico, a notícia se espalhou rapidamente, principalmente nas mídias digitais, em que as pessoas expõem suas opiniões e, muitas vezes, sem pensar em como seu comentário pode afetar negativamente ou positivamente o outro.

Avaliamos que a opinião do público frente a sua atitude de abandonar as provas foram tanto negativos quanto positivos e é aí que podemos fazer reflexões sobre o tema da saúde mental através de uma lente por onde a sociedade enxerga.

Ao trazer essa pauta em um evento tão grande como os Jogos Olímpicos, nos faz ter um olhar diferenciado sobre a promoção da saúde mental dentro do esporte e pensar em que ponto saímos do lugar de prevenção para aquele que é disfuncional. Obviamente, entendemos que o esporte de alto rendimento tem um objetivo diferente do esporte como lazer e aquele da escola. Mas, também considerar o quanto ele pode ser prejudicial ao atleta, lembrando que ele não é apenas um atleta, mas também, um ser humano.

A atitude de Biles é importante pelo fato de poder incentivar várias pessoas, atletas ou não a se colocar em primeiro lugar e buscar ajuda. E nós, no papel de professores e futuros professores, pensar em como lidamos com a pauta da saúde mental no ambiente escolar, em como enxergamos nossos alunos e o que fazemos para a conscientização e assistência, seja no esporte, na aula de educação física ou no cotidiano.

Essa edição da Olimpíada, foi considerada como os Jogos da representatividade. Por quê? Pois, de acordo com um levantamento realizado pelo portal Outsports, tivemos a participação de 163 atletas LGBTQIA+, sendo mais do que o dobro das últimas duas edições anteriores. As Olimpíadas realizadas em Londres e no Rio de Janeiro, tiveram a participação de 23 e 79 atletas, respectivamente. Isso nos faz refletir em como estamos nos encaminhando cada vez mais para eventos esportivos mais inclusivos, em ambientes que esses atletas se sentem confortáveis em serem eles mesmos, sendo um grande marco.

Quando falamos de representatividade nos jogos, não podemos esquecer do fenômeno Douglas Souza. "Carismático, sem meias palavras e representante com orgulho da comunidade LGBTQIA+, Douglas Souza dá conselhos amorosos aos seguidores, (...) faz um 'catwalk' nas quadras de treino, samba em cima da 'cama de papelão' da Vila Olímpica e canta as músicas da Pablllo Vittar a plenos pulmões." Impossível de esquecer.

Eu quero ser lembrado como o primeiro homossexual a jogar em alto nível no Brasil. Quero ser um exemplo para todos que se sentem fora do padrão.

Eu sou fora do padrão. Também sou muito magro. Se eu, um garotinho magro do interior de São Paulo chegou lá, você também vai. É assim que eu quero ser lembrado (OLYMPICS, 2022 s/p).

Não podemos esquecer que o atleta, que já tinha uma presença on-line reconhecida por suas lives na plataforma do YouTube o "gaymer" obteve a marca de jogador de vôlei brasileiro mais seguido no Instagram com seus 1,2 milhões de seguidores. É válido destacar que no início de 2022, o astro bi-medalhista em questão, anuncia, em conta do Instagram, sua aposentadoria da Seleção Brasileira.

É muito difícil a gente ter um tempo para gente, para nossa família, para nossos amigos, que são coisas muito importantes para mim. Depois disso, só foi piorando até que eu cheguei a ter que tratar de uma depressão, e ninguém sabia disso. Em pleno 2022, a nossa saúde mental é uma coisa extremamente importante, a coisa que tem que se cuidar, se tratar, dar uma atenção ali. Mas, infelizmente, estando na seleção era muito difícil ter esse tempo(OLYMPICS, 2022 s/p).

Douglas vem nos mostrar a importância de trazermos a discussão da diversidade sexual e da fragilidade emocional para a escola, porque estamos em um ambiente de pluralidades, em que podemos e devemos trabalhar as diferenças e o respeito. Assim como pensar a saúde, o professor precisa pensar em quão inclusiva está sendo a sua prática e o que ele está dialogando com os alunos.

Ao falar de Inclusão e, conseqüentemente, em jogos mais inclusivos, tivemos um marco para a luta das mulheres no cenário esportivo, nesta edição olímpica, com 48,8% de participação feminina e na comissão brasileira de 303 atletas, levamos 140 atletas mulheres, sendo quase metade da nossa delegação. Apresentamos um grande protagonismo feminino, com muitas conquistas e quebra de recordes, mostrando toda a resiliência das atletas, promovendo debates importantes sobre esporte e maternidade, sobre a falta de incentivo, patrocínio e visibilidade quando comparada com as categorias masculinas, e a luta pela não sexualização dos corpos femininos.

Ainda sobre o poder das atletas femininas, nesta edição as brasileiras deram um show, levando 9 das 21 medalhas conquistadas por nossa delegação, mostrando todo o poder feminino nos Jogos de Tóquio. E destacamos aqui nomes como Rebeca Andrade que trouxe uma medalha de prata e outra de ouro para o Brasil, consagrando-se a primeira ginasta mulher brasileira a subir no pódio olímpico. Esta atleta promoveu o debate sobre o racismo e mostrou que a mulher preta pode chegar aonde ela quiser.

Em consonância com a Rebeca Andrade, a jogadora de bocha, Evelyn de Oliveira, medalhista de ouro na Rio 2016, diz em entrevista ao site da CNN Brasil que:

A mulher encontra no esporte uma oportunidade de transformação, de transformação de si mesma, de transformação da sociedade, do ambiente geográfico, cultural e eu acho que isso é muito positivo. Isso que o esporte agrega, e as mulheres têm esse direito de serem porta-vozes de tudo isso (CNN BRASIL, 2022 s/p).

Outro destaque foi Rayssa Leal, a atleta mais nova da delegação brasileira com apenas 13 anos, que fez história, ao conquistar a medalha de prata em um esporte tido como de reserva masculina, qual seja, o skate, e ainda recebeu o prêmio “Espírito Olímpico” do COI, pois foi considerada a atleta que melhor representou os valores olímpicos, nos ensinando sobre os reais princípios que os Jogos Olímpicos representam.

Através desses exemplos, podemos chamar atenção para a inclusão quanto ao gênero, ao trazermos esses debates para o chão da escola, pensamos propostas que “viabilizem mudanças nas relações de poder entre os sexos na prática dos desportos e das atividades físicas durante as aulas, desconstruindo binarismos sobre os corpos masculino e feminino, suas possibilidades de ação e suas potencialidades” (Devide, et al 2006 apud ABREU, 1992, 1995; SOUZA E ALTMANN, 1999; ALTMANN, 2002).

É importante pensar nos estereótipos e preconceitos que reproduzimos e, em como podemos desconstruí-los na escola. Uma grande aliada é a metodologia das aulas co-educativas que de

acordo com Devide et al, 2006 “são uma prática na qual os alunos e alunas tendem a estarem juntos participando das atividades propostas na aula, quando podem ser problematizadas as questões de gênero inerentes às atividades”.

Diversidade sexual, gênero, saúde mental. E o racismo na Olimpíada?

O cenário atual mostra que ainda vemos muitos casos de racismo nos eventos esportivos. Sendo assim, os Jogos Olímpicos, como um dos Mega Eventos com grande visibilidade, têm um grande papel na luta antirracista.

Ao observarmos atletas negros sendo protagonistas e conquistando pódios olímpicos, mostrando que o espaço também é deles, percebemos a importância das políticas públicas que permitem que eles ganhem esse espaço que já deveria ser deles, por direito e talento, além do que diz a nossa constituição no sentido de que todos deveriam ter o direito a prática esportiva.

Destacamos John Taylor, o primeiro negro a ser campeão olímpico nos 400m raso em 1908, quebrando o tabu e abrindo as portas para que hoje, Usain Bolt, Simone Biles, Marta, Serena Williams, Rebeca Andrade e muitos outros pudessem conquistar o seu espaço.

Sawaia (2008), nos traz a seguinte reflexão: "o que é que faz com que em sociedades que cultuam valores democráticos e igualitários, as pessoas sejam levadas a aceitar injustiça, a adotar ou tolerar frente àqueles que não são seus pares ou como eles, práticas de discriminação que os excluem?"

Muitos atletas precisaram lutar para que chegássemos aonde estamos hoje. Jesse Owens, o primeiro atleta a ganhar quatro ouros numa mesma edição dos jogos, não foi apenas uma vitória do esporte, mas para a luta antirracista, já que fez história dentro da Alemanha Nazista. Aída dos Santos, negra e moradora de comunidade foi a única mulher da delegação brasileira de 1964 e a única mulher na modalidade de atletismo, sendo a pioneira.

Sendo assim, não se pode negar que Tóquio foi palco de muitas conquistas e debates importantes, mostrando que o esporte

é muito mais que medalhas e quebra de recordes, mas um fator significativo para temáticas humanistas.

Ao realizarmos as Rodas Olímpicas, tivemos a oportunidade de discutir assuntos importantes que podem e devem ser trabalhados nas aulas de Educação Física, que estão presentes no dia a dia e no ambiente esportivo. A partir das trocas podemos fazer reflexões que vão embasar nossas ações no chão da escola e assim nos permitir utilizar desses aprendizados para que de fato sejamos transformadores.

Referências

CNN BRASIL. **‘Delegação do Brasil tem 40% de mulheres’, diz atleta paralímpica.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esporte/delegacao-do-brasil-tem-40-de-mulheres-um-grande-feito-diz-atleta-paralimpica>. Acesso em: 11 nov. 2022.

CNN BRASIL. **Os próximos passos de Simone Biles depois de Tóquio** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esporte/os-proximos-passos-de-simone-biles-depois-de-toquio>. Acesso em: 11 nov. 2022.

COMITE OLIMPIC INTERNACIONAL. **Legado Olímpico.** Disponível em: <https://olympics.com/ioc/olympic-legacy> . Acesso em: 06/10/2022.

DOUGLAS SOUZA. **@douglassouza.** Disponível em: https://www.instagram.com/tv/Cbgj3tgjfWW/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 11 nov. 2022.

ESPN. **Olimpíadas de Tóquio têm mais atletas LGBTQIA+ do que as duas últimas edições juntas.** Disponível em: https://www.espn.com.br/olimpiadas/artigo/_id/8947165/olimpiadas-de-toquio-tem-mais-atletas-lgbtqia+-do-que-as-duas-ultimas-edicoes-juntas-diz-site. Acesso em: 06/10/2022.

JESUS, M. L. de; DEVIDE, F. P. Educação física escolar, co-educação e gênero: mapeando representações de discentes. **Movimento**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 123–140, 2006. DOI: 10.22456/1982-8918.2912.

Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2912>. Acesso em: 11 nov. 2022.

MATARUNA-DOS-SANTOS, Leonardo José; PENA, Bianca Gama (org.). **As pegadas dos megaeventos. Las huellas de los mega eventos.** – Rio de Janeiro: Engenho, 2017

NINJA ESPORTE CLUBE. **Coisas que vimos nas Olimpíadas para além dos esportes e atletas.** @ninjaesporteclub. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CSehTjJLCMM/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D>. Acesso em: 11 nov. 2022.

OLYMPICS. **Fenômeno das redes, Douglas Souza busca bicampeonato Olímpico em Tóquio 2020.** Disponível em: <https://olympics.com/pt/noticias/fenomeno-das-redes-douglas-souza-busca-bicampeonato-olimpico-em-toquio-2020>.

AUTORAS E AUTORES

Ana Patrícia da Silva

Pós-doutorado em Ciências Médicas – UERJ; Doutora e Mestre em Educação – UFRJ; Professora Adjunta – CAp UERJ; Prodocente da UERJ. Coordenadora do projeto de pesquisa “Inclusão em Educação Física Escolar: Desafios e Potencialidades da Prática Pedagógica”, Coordenadora do projeto de extensão “Práticas Pedagógicas em Educação Física escolar: Outras possibilidades” e Coordenadora do Prodocência projeto: “O Corpo como Prática Pedagógica: Um diálogo entre Rio de Janeiro (Brasil) e Augsburg (Alemanha)”.

Andressa Fontes Guimarães-Mataruna

Doutoranda em Comunicação na Universidade da Beira Interior-Portugal. Possui mestrado em Relações Internacionais pela Coventry University, Reino Unido. Graduou-se em Ciências da Comunicação pela UNESA, Brasil. Atuou como pesquisadora em dois projetos europeus: (FP7) LONRIO que visa investigar os legados sociais e a transferibilidade dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, sob a supervisão do Prof.Dr. Leonardo Mataruna, e (FP6) CARNIVAL que visa analisar o impacto social dos megaeventos em sete países sob a supervisão do Dr. Ian Brittain. Trabalhou como pesquisadora associada na Coventry University (Reino Unido), Technische Universität München (Alemanha) e na American University in the Emirates (Emirados Árabes Unidos). Andressa tem experiência como jornalista para os setores público e privado.

Camilla Ribeiro Ramos Antunes

Graduanda em Licenciatura no curso de Educação Física pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IEFD/UERJ). Bolsista no Projeto Prodocência “O Corpo como Prática Pedagógica: um

diálogo entre Rio de Janeiro (Brasil) e Augsburg (Alemanha) (CAp/UERJ). Integrante do Projeto de Extensão Práticas Pedagógicas em Educação Física Escolar: Outras Possibilidades (CAp/UERJ). Integrante do Projeto de Pesquisa Inclusão em Educação Física Escolar: Desafios e Potencialidades da Prática Pedagógica (CAp/UERJ). Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa GESDI - Gêneros, Sexualidades e Diferenças nos Vários Espaços Tempos da História e dos Cotidianos (FFP/UERJ).

Carlos Alberto Figueiredo da Silva

Professor Catedrático da Universidade Salgado de Oliveira, no Programa de Mestrado em Ciências da Atividade Física. É autor de mais de 200 publicações, incluindo artigos, livros e capítulos. Em seu extenso currículo, destacam-se: licenciatura em direito (UFF, 1993) e educação física (UGF, 1979); Mestre e Doutor em Educação Física (UGF, 2002); Pós-Doutor em Gestão Desportiva (Universidade do Porto/Portugal, 2010); Professor Colaborador no Programa de Mestrado em Gestão Desportiva (Universidade do Porto/Portugal). Professora). Seu trabalho já foi citado na mídia internacional, em jornais como Le Monde (França), Le Figaro (França), Le Soir (Bélgica), Alfa (Marrocos), e na Radio France International (entrevista), entre outros. .

Denize Sepulveda

Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ). Procientista (UERJ). Coordenadora Adjunta e Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais (PPGedu) da UERJ/FFP. Professora Associada IV da Universidade do Rio de Janeiro no Departamento de Educação - FFP. Pós-doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF (2020). Pós-doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ /PROPED (2016). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ/PROPED (2012). Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2003). Especialista em Educação Especial pela UFF (1995). Especialista em

Psicopedagogia pela PUC-Rio (1997). Especialista em Educação Infantil pela PUC-Rio (1999). É bacharel e licenciada em História (1993). Sub-líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Os Impactos de Conservadorismo na Educação Brasileira (GEPCEB) da UFF. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Gêneros, Sexualidades e Diferenças nos Vários Espaços Tempos da História e dos Cotidianos (GESDI) da UERJ/FFP.

Eduardo Carpinelli dos Santos

Licenciatura e Bacharel em Educação Física pela Unisum-RJ. Pós-graduação em Fisiologia do Exercício pela Faculdade Metropolitana.

Gabriel Magalhães

Possui Licenciatura Plena em Educação Física, Pós-graduação Lato-Sensu em Psicomotricidade. MBA em Gestão Escolar. É mestrando em Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro na Faculdade de Formação de Professores. É professor do Ensino Fundamental no município do Rio de Janeiro, aonde foi coordenador e diretor em unidades escolares. É coordenador sociopedagógico da Fundação Gol de Letra. Atualmente pesquisa sobre gêneros e sexualidades na Educação e na Educação Física.

João Victor de Oliveira Pinto

Graduando no curso de Marketing pelo Centro Universitário UniCarioca (UniCarioca). Integrante do Projeto Prodocência “O Corpo como Prática Pedagógica: um diálogo entre Rio de Janeiro (Brasil) e Augsburg (Alemanha) (CAp/UERJ). Integrante do Projeto de Extensão Práticas Pedagógicas em Educação Física Escolar: Outras Possibilidades (CAp/UERJ). Integrante do Projeto de Pesquisa Inclusão em Educação Física Escolar: Desafios e Potencialidades da Prática Pedagógica (CAp/UERJ). Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa GESDI - Gêneros, Sexualidades e Diferenças nos Vários Espaços Tempos da História e dos Cotidianos (FFP/UERJ).

José Guilherme de Oliveira Freitas

Possui graduação em Licenciatura Plena em Física - Fundação Técnico Educacional Souza Marques (1978-1981), Pós Graduação em Psicopedagogia Diferencial da Aprendizagem - PUC-RJ (1995-1996), Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001-2004), Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005-2010) e Pós Doutorado em Educação - UFRJ (2012-2013). Atua como Pesquisador no Laboratório de Pesquisas, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação - LaPEADE/UFRJ na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, desde 2005, e como Coordenador do Grupo de Estudos sobre Sexualidades, Identidades, Diversidades e Inclusão GESEI/LAPEADE desde 2014.

Juan Leal Garcia

Professor de Educação Física da Rede Pública de Macaé, lotado no Colégio Municipal do Sana. Membro do grupo de pesquisa GESDI e mestrando em Educação pelo programa de pós-graduação da FFP/UERJ. Professor/treinador de Corfebol há dezoito anos.

Leonardo José Mataruna-Dos-Santos

Doutor em Educação Física pela Universidade Gama Filho, consultor da UNESCO e Membro dos Comitês de Educação e Ciências Sociais da Agência Mundial Antidopagem. Possui uma larga experiência em pesquisas acadêmicas em gestão de projetos. Atua no ensino superior desde 1999, tendo começado sua carreira na UFRJ e atualmente é professor na Canadian University Dubai, e diretor do Curso de Graduação em Gestão do Esporte. Atua também como Professor nos programas de Pós-Graduação da Coventry University no Reino Unido e da Universidade Salgado de Oliveira no Brasil. Também é Diretor de Relações Internacionais da Federação Internacional de Educação Física e membro das Academias Olímpicas do Brasil, Portugal e México. Como Jornalista atua na Arabian Gulf Football League nos Emirados

Árabes e como comentarista de esporte paralímpico no Sportv - Rede Globo.

Luzandra Siqueira Lima

Licenciatura e Bacharelado em Educação Física pela Unisuam-RJ

Maicon Salvino Nunes de Almeida

Doutorando em Educação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2020-2024). Mestre em Educação na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2020. Graduado em Pedagogia na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2017. Tem experiência na área de Educação, com pesquisas que enfatizam Inclusão em Educação, Educação Democrática e Educação de Refugiados. Desde 2016 membro do grupo de pesquisa LaPEADE (Laboratório de Pesquisa, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação/UFRJ).

Márcia Miranda

Possui graduação em Licenciatura em Educação Física pela Universidade de Brasília (1996) e mestrado em Educação Física pela Universidade Gama Filho (2004). Atualmente professora do Instituto de Aplicação CAP UERJ/RJ e professora do curso de graduação em Educação Física da Universidade Augusto Motta - UNISUAM/RJ. De 2005 até 2013 foi professora titular da Universidade Gama Filho. Tem experiência na área de Educação Física Escolar, com ênfase em ensino e aprendizagem das habilidades esportivas, atuando principalmente nos seguintes temas: tênis de campo, aprendizagem motora, crescimento e desenvolvimento motor. Atualmente atuando na área de Educação Física Escolar e Educação Inclusiva

Marco Antonio Xavier

Bacharel em Educação Física pela UFRJ. Licenciatura equivalente em Educação Física pela A Vez do Mestre/UCAM. Pós-graduação

Lato-Sensu em Treinamento Desportivo pela UFRJ. Pós-graduação Lato-Sensu em Treinamento de Força pela UFRJ. Pós Graduação Lato-Sensu em Educação Física Escolar pela UNESA. Professor de musculação na Academia do Tijuca Tênis Clube e Personal Training. Professor de Educação Física da Rede Municipal de Educação de Teresópolis.

Maria Luíza Mendes Santos

Graduada em Licenciatura no curso de Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2021) / Escola de Educação Física e Desporto (UFRJ / EEFD) e graduanda em Bacharelado em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro / Escola de Educação Física e Desporto (UFRJ / EEFD). Bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UFRJ. Integrante do LEPIDEFE - Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Inclusão e Diferenças na Educação Física Escolar (EEFD-UFRJ). Experiência na área da deficiência visual com ênfase na modalidade de Goalball, tanto na iniciação quanto na vertente profissional.

Michele Pereira de Souza da Fonseca

Doutora em Educação (PPGE/UFRJ), Mestre em Educação (PPGE/UFRJ), Licenciada em Educação Física (EEFD/UFRJ). Professora associada 1 da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EEFD/UFRJ). Coordenadora de Extensão da EEFD/UFRJ. Fundadora e Coordenadora do LEPIDEFE - Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Inclusão e Diferenças na Educação Física Escolar (EEFD/UFRJ). Coordenadora da Pós-Graduação gratuita em Educação Física Escolar na Perspectiva Inclusiva (PGEFEPI/UFRJ). Coordenadora adjunta do Comitê Científico GTT Inclusão e Diferenças do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte - CBCE (2021-2023).

Rosineide Freitas

Professora Assistente da UERJ / Unidade CAP-UERJ. Pesquisadora das questões raciais no Brasil. Integrante do Fórum Estadual de Mulheres Negras do Estado do Rio de Janeiro - FemnegrasRJ

Simone Parreira Correia

Licenciatura e Bacharelado em Educação Física - Unisuam/RJ. Pós-graduação em Psicopedagogia: qualidade de vida na terceira idade -Unisuam /RJ.

CONVIDADAS

Amanda Mendonça

Professora Adjunta da Faculdade de Formação de Professores – FFP/UERJ. Doutora em Política Social pela Universidade Federal Fluminense, mestre em educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação - PPGE / UFRJ e especialista em gênero e sexualidade pela UERJ. Bacharel e licenciada em Ciências sociais, também possui segunda licenciatura em Pedagogia. Realizou estágio de pós-doutoramento em educação na Universidade Federal Fluminense e está concluindo o segundo estágio pelo programa de pós-graduação em educação da UERJ. Integra o Observatório da Laicidade e Educação – OLÉ e é pesquisadora associada do Grupo de Pesquisa e Estudos Gêneros, Sexualidades e Diferenças nos Vários Espaços Tempos da História e dos Cotidianos (GESDI).

Janaína Gomes Lopes

Janaína Gomes Lopes é jornalista, fundadora do Afro Esporte um laboratório de conteúdo sobre atletas negros, empreendedora apaixonada por esporte e produtora de conteúdo no @mialopesmia.

Karla Noelia Cruz Morales

has Degree in Communication Sciences with a Master's Degree in Human Development from the Universidad de Occidente. Member of the Olympic Research Institute of the Universidad de Occidente and Associate Professor to the Department of Social Sciences and Humanities. Collaborator as facilitator for the Design of Plans and Programs of the Degree in Physical Education and Sports Sciences of the Universidad de Occidente. Participant in the 55th International Session for Young Participants at Olympia Greece by IAO.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Assédio – 27; 29; 75
Atletas LGBTQIA+ - 17; 26; 135; 139

C

Capoeira – 34; 79; 83; 85; 86; 88; 89; 90; 95; 97; 100
Cáritas Arquidiocesana – 114; 115
Círculos de Cultura - 7
Corpo feminino – 37; 38

D

Desengajamento Moral – 50; 63; 64; 75; 76
Desigualdade – 27; 33; 37; 57; 78; 103
Diversidade – 15; 20; 21; 22; 23; 25; 27; 31; 52; 102; 123; 136; 138

E

Educação Física Escolar – 19; 21; 23; 25; 34; 50; 70; 79; 80; 101; 126
Empoderamento – 38; 48; 62; 64; 75
Esporte na Escola – 34; 121

F

Formação continuada – 13; 14; 21; 22; 23; 25
Formação inicial – 13; 14; 21; 22; 23; 25

G

Gênero – 20; 27; 30; 33; 39; 50; 57; 78; 126; 129; 138

I

Identidades – 27; 29; 130; 144

Inclusão – 17; 20; 30; 35; 49; 67; 76; 79; 102; 110; 112; 116; 119; 136

J

Jogos da Diversidade – 13; 26

L

Legado – 30; 34; 67; 133; 134; 139; 141

M

Medalhista – 28; 53; 55; 58; 61; 65; 136

O

Organização das Nações Unidas – 93; 96; 114; 122

P

Participação feminina – 16; 28; 32; 41; 52; 136

Políticas – 51; 110; 117; 123; 127; 138

Práticas Pedagógicas – 13; 21; 23; 25; 70; 133

Projeto de Extensão – 13; 25; 80; 102; 141

Protagonismo Feminino – 16; 36; 47; 51; 61

R

Raça – 19; 25; 30; 42; 63; 67; 69; 70; 71; 72; 96; 107; 122; 124

Racismo – 18; 26; 69; 72; 74; 76; 92; 100; 137; 138

Refugiados – 18; 105; 109; 110; 111; 115; 116; 118; 121; 123; 128

Rio 2016 – 17; 107; 117; 124; 137

Rodas de Conversa – 7; 13; 19; 30; 133

Rodas Olímpicas – 8; 15; 19; 25; 139

S

Segunda Guerra Mundial – 107; 122

T

Tóquio 2020 – 16; 22; 25; 31; 36; 43; 58; 67; 78; 140

Este livro, para nós, do projeto de extensão intitulado "Práticas Pedagógicas em Educação Física Escolar: Outras Possibilidades" da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), é muito especial porque representa os esforços da nossa equipe em organizar e operacionalizar a formação de professores em um período bastante complexo. Pensar a educação para além da sala de aula, através do incentivo à pesquisa e à extensão é de extrema relevância na formação docente. Apresentaremos aqui uma experiência na formação de professores pensada e operacionalizada a distância durante e no pós pandemia Covid 19, no ano letivo de 2021. Cumpre ressaltar que as experiências aqui narradas são reais e representam reflexões e práticas do chão da escola. Porém, mais do que isso, representam a obstinação por uma educação justa, de qualidade e para todos, todas e todes.



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Pedro & João Editores



ISBN 978-85-265-0948-7

